

# O QUE NARRAM PROFESSORAS ATIVISTAS NEGRAS:

Narrativas de  
(re)existências pedagógicas

VOLUME 7

Organizadoras:

Joana Maria Leôncio Nuñez

Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios



**Coleção Documentação Narrativa  
de Experiências Pedagógicas**

**O que narram Professoras Ativistas Negras:  
Narrativas de (re)existências pedagógicas**

**Volume 7**



Coleção Documentação Narrativa  
de Experiências Pedagógicas

**O que narram Professoras Ativistas Negras:  
Narrativas de (re)existências pedagógicas**

**Volume 7**

Joana Maria Leôncio Nuñez  
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios  
[Organizadoras]

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

Joana Maria Leôncio Nuñez; Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios [Orgs.]

O que narram Professoras Ativistas Negras: Narrativas de (re)existências pedagógicas. Coleção Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas. Vol. 7. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 137p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0499-4 [Impresso]

978-65-265-0500-7 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526505007

1. Narrativas pedagógicas. 2. Trabalho docente. 3. Experiências de vida. I. Título.

CDD – 370

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Revisão:** Lourdes Kaminski

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

## **Coleção**

Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas

## **Coordenação**

Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios

## **Apoio**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade -  
PPGEDUC  
Grupo de Pesquisa DIVERSO





## SUMÁRIO

<b>Prefácio</b>	9
<b>Berê</b> Suely Santos	
<b>Apresentação</b>	13
<b>Narrativas de (re)existências pedagógicas</b> Joana Maria Leôncio Nuñez Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios	
<b>Resistir para Existir</b>	17
Ana Celia dos Santos Pereira	
<b>Narrativas de uma professora negra em Salvador: memórias, práticas antirracistas e identidade</b>	27
Anália Santana	
<b>A arte de ser professora</b>	47
Anete Carvalho dos Santos	
<b>Resistir é uma arte</b>	59
Carla Caroline S. de Santana	
<b>Encontros e caminhos pedagogicos e afetivos</b>	75
Jucy Silva	
<b>Afrografias de mim e tão nossas</b>	87
Juliana Monique de Souza de Araújo	
<b>Que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz</b>	99
Luciene Cardoso	

<b>Memórias de uma travessia: Educação e negritude como instrumentos de emancipação</b>	<b>115</b>
Maria Lívia Ferreira dos Santos	
<b>Minha história minha resistência</b>	<b>129</b>
Maria Lúcia dos Santos	
<b>Autoras</b>	<b>135</b>

## Prefácio

### Bere<sup>1</sup>

O livro *O que narram as professoras negras ativistas: narrativas de (re) existências pedagógicas* para o qual fui convidada a prefaciar conduz a uma leitura inspiradora e agradável. Neste livro professoras-autoras apresentam histórias e narrativas pedagógicas de (re)existências, trajetórias de vidas, modos de ser, existir, viver há muito invisibilizadas e silenciadas. Em seus textos falam de nós, das nossas histórias, tomando como ponto de partida experiências atravessadas pelas condições e contextos políticos das diversas práticas pedagógicas.

O contexto em que foi desenvolvido é atípico por conta da pandemia, por isso identifico que é comprometido com o bem-estar das mulheres negras que diante do panorama de crise sanitária, produziu luta política, (re)existências, reconstrução comunitária, provando que o movimento de mulheres negras não esteve alheio ao ciclo histórico e ao genocídio que o país atravessou, o que lhes exigiu altruísmo e resistência. Neste aspecto considero que foi uma proposta de resgate à vida, através da possibilidade de refletir sobre si mesmas, inspiradas no movimento Sankofa de voltar atrás e buscar o que esqueceu, como estratégia para Bem Viver, e talvez encontrar a cura.

Ao refletir sobre a leitura dos textos narrativos percebi o quanto de vulnerabilidade e susceptibilidade trazem sobre a vida das mulheres negras. Lembrei dos escritos de Carolina Maria de Jesus, não somente pela representatividade, mas também pela forma de expressar o sentir, denunciar e descrever situações vividas por aquela estimada escritora, também me trazem

---

<sup>1</sup> Em homenagem a nossa ancestralidade negra escolhi a palavra *Bere* que em Yoruba significa início e aqui tem o sentido de prefácio.

lembranças da forma de observar o mundo presente nos textos de Conceição Evaristo em sua arte escreviente refletindo e debatendo experiências de vida. Quem se dispuser a ler os textos identificará nos mesmos, características destas duas mestras de nossa literatura.

Os relatos me estimularam a memória revelando lembranças outras, tão caras à nossa existência de mulher preta, então, revisitei Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Makota Valdina. O que está escrito é fruto dos ensinamentos destas ancestrais no decorrer das disputas travadas contra as ações dos desdobramentos da colonização nos tempos atuais, repaginadas para permanência do racismo, patriarcalismo, exploração, no qual nós, somos as maiores vítimas.

Nesse sentido, os textos atendem ao propósito da pesquisa doutoral de Joana Leôncio no qual novas Carolinas, Conceições, Lélías, Luizas, Beatriz, Macotas e tantas outras representantes de nossa história cultural apresentam memórias que demarcam a potencialidade das contra narrativas dominantes que invisibilizam ações que assumem o compromisso político de resgatar atuações pedagógicas que são silenciadas. É neste aspecto que Ana Célia Pereira, Anália Santana, Anete Carvalho, Carla Caroline, Jucy Silva, Juliana Monique, Luciene Cardoso, Maria Lívia e Maria Lúcia, descrevem suas narrativas de (re)existências imbricadas e atravessadas por experiências de vida e profissão que tão lindamente contribuem para o campo da educação.

Ouso dizer que o pressuposto de (re)existir, na perspectiva apresentada pela professora Joana Leôncio, que nos presenteia com este trabalho, propõe refletirmos acerca de possibilidades epistemológicas e interseccionais, comprometidas com a humanidade e os direitos da pessoa negra, inspirada na ancestralidade, onde a intenção é colaborar para a aproximação entre a educação formal e a experiência.

É fato que o lugar destinado a mulher preta na sociedade, a coloca em desvantagem, embora historicamente tenhamos buscado saídas para garantir a sobrevivência das nossas e nossos em todos os aspectos, muitas vezes esquecendo de nós mesmas. O texto é a

prova desse movimento onde todas as narrativas traduzem minuciosamente a mesma estratégia, montada a partir de diferentes lugares, utilizando a mesma práxis de identidade para o antirracismo, em prol de uma coletividade.

As narradoras se dispuseram a doar um pouco mais para ensinar e indicar que os marcadores de suas vivências apresentam soluções para vários desafios da vida cotidiana, entre eles, a busca pelo direito à uma educação inclusiva, pluricultural, democrática e diversa. Por isso, antes de qualquer conclusão, indico esta obra como um excelente instrumento para aplicação da Lei 10639/2003.

No mais, resta dizer que os textos traduzem o perfil de mulheres pretas que encabeçam a atual revolução negra. São as protagonistas das lutas ancestrais desde longe até a atualidade com a Marcha de Mulheres Negras de 2015. São donas de seu destino, falam por si, para garantia da vida de muitos. Penso que novas dimensões desse trabalho serão apontadas por quem se dispuser à prazerosa leitura. Está feito o convite.

Suely Santos  
Coordenação da Casa da Mulher Negra da Bahia  
Rede de Mulheres Negras da Bahia



## **Apresentação**

### **Narrativas de (re)existências Pedagógicas**

A escrita das narrativas pedagógicas de (re)existências foi um trabalho desafiador que exigiu autoria, alteridade, compromisso, ensaiar, escrever, (re)escrever e compartilhar em um exercício constante de transgressão pedagógica como prática de liberdade (hooks, 2013). Chegamos ao fim de um movimento narrativo coletivo e estamos felizes em compartilhar com vocês as histórias de vida e as experiências pedagógicas de (re)existências de nove professoras/autoras deste livro que mobilizaram, nestas escritas, afetividade, prazer da troca, respeito às experiências, representatividade, dignidade e respeito às identidades, ancestralidade articuladas em narrativas de (re)existências.

Estas mulheres habitam o espaço da docência com uma força ética-estética-política que as convocam a conhecer, compreender e publicizar suas experiências como professoras negras ativistas dos Movimentos de Mulheres Negras da Bahia, movimentos antirracistas, antissexistas etc. Elas criam epistemes pedagógicas, baseadas em modos de ser, conhecer e se posicionar pedagogicamente em suas práticas escolares, diante dos fenômenos educativos na escola e fora dela. Estas narrativas são resultantes de um trabalho de pesquisa-formação<sup>1</sup> engajada ao ativismo nos movimentos de Mulheres Negras e na educação que é nosso espaço de pertencimento.

A docência, aliada ao ativismo nos movimentos de mulheres negras, movimentos antirracistas, movimentos religiosos de Matriz

---

<sup>1</sup> A pesquisa-formação faz parte das ações do Grupo de Pesquisa DIVERSO com professoras da Educação Básica da Bahia, desde 2015. Neste caso específico, trata-se de um trabalho voltado também para a investigação desenvolvida na tese de Doutorado de Joana Leôncio.

Africana, potencializa estratégias de conhecimento coletivo e formação baseadas em outros modos de se posicionar a partir da decolonialidade e do feminismo negro. Enquanto professoras, as autoras dos textos narrativos deste livro protagonizaram pedagogias antirracistas, antissexistas que vem se opondo às desigualdades socioculturais, de gênero, raça, classe, interseccionando subjetividades negras com práticas político-epistemo-metodológicas e pedagógicas de (re)existências refletidas em suas histórias de vida e profissão.

Os movimentos sociais participam e partilham entre si dificuldades e este é um desafio profundo, pois sabemos que ser professora negra, em um cenário como este que vivemos nos últimos anos tiveram contornos complexos de grandes aprofundamentos das opressões que se abateram sobre nossa sociedade e transbordaram na escola, através do racismo, sexismo, LGBTfobia etc.

A inspiração para refletir, conhecer e divulgar pedagogias desenvolvidas por professoras negras ativistas resulta de nossa, minha crença de que estas docentes, intelectuais ativistas, potencializam a decolonização nos espaços escolares em seus modos de habitar a profissão, sobretudo, em seus repertórios políticos de pensar, ser, conhecer e atuar relacionados às representações vividas no ativismo que atravessa suas vidas.

O livro conta com nove narrativas de (re)existências que “situam-se como disputas, na perspectiva de reinventar e refundar ações cotidianas de enfrentamento ao desperdício das experiências (...) A narrativa é concebida, aqui, também como um ato político, em que os sujeitos se posicionam diante da realidade, do outro e do próprio conteúdo narrado” (RIOS, 2021, p.183). Entedemos que estas narrativas de (re)existências de professoras ativistas pretas reconfiguram a docência, a sua autoria e modos de produção de saberes na escola e nos enfrentamentos e disputas político-epistemo-sociais. As nove narrativas tratam de formas de vida e luta que foram fundantes para o processo de reconfiguração da

profissão e da ação política dos movimentos sociais em que cada um das professoras faz parte.

Convidamos vocês, leitoras e leitores, a partilhar e ler este *ato de resistência e insubordinação* em forma de narrativas que conta de movimentos de encontros, reconhecimentos, superações coletivas, atravessamentos que evocam, por meio da própria narrativa e voz, *a história de um nós compartilhado* construídos em espaços de autoria e de experiências entrecruzadas no chão da escola e nos movimentos sociais de luta racial.

Outono, 2023

Joana Maria Leôncio Nuñez  
Jane Adriana Vasconcleos Pacheco Rios  
Organizadoras

## Referências

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios. **Profissão docente em questão!** Salvador: EDUFBA, 2021.



## Resistir para Existir

Ana Celia dos Santos Pereira

Eu sou Ana Célia dos Santos Pereira, mulher negra, quilombola, filha de agricultores e de famílias escravizadas em fazendas onde nasci sem direitos a terra, educação, moradia. Sou um dos oitos filhos dos meus pais: cinco mulheres e três homens. Não frequentamos a escola quando crianças, mas me lembro que aos meus 5 anos ficava na janela para observar as crianças que passavam em frente à casa que morávamos para irem à escola. Achava lindas, as meninas de saia, livro nas mãos. Era um sonho! Nunca tinha visto uma escola, só ouvia falar e perguntava para minha mãe por que não íamos pra escola como as outras crianças. Ela só respondia que não podíamos porque escola era para pessoas ricas! Que eles não tinham dinheiro para pagar, mas eu não sabia o que era uma escola particular e escola pública e ficava me perguntando: por que isso? E cresci com essa pergunta; e uma vontade de lutar contra essa ideologia que minha mãe me falou que escola era só pra rico. Mesmo sem saber e sem conhecer uma escola, acreditava que toda criança deveria ir à escola, tinha um sonho de um dia ir a uma escola para saber o que as crianças faziam porque elas passavam felizes, cantando, gritando. Minha mãe falava que na escola se aprendia a ler e escrever, então, ela nos ensinou as letras do alfabeto, os números e isso aprendemos rapidinho.

Certo dia, nossa família foi convidada para uma festa na escola da região onde morávamos que ficou marcada em mim, tinha uma música de uma apresentação que as crianças fizeram que falava assim: – Eu sou rica, rica, rica de marré, marré, marré. Eu sou rica, rica, rica de marré de si. As crianças bem-vestidas representavam a família rica e as mal-vestidas representavam a família pobre. A família rica ficava com os filhos da família pobre, depois ficava pobre por ter adotado os filhos e a mãe pobre que doou os filhos

ficava rica. Então, fiquei me perguntando se minha família era pobre porque tinha muitos filhos, pois eu sempre fui curiosa e queria saber o porquê das coisas. Entendi que eles não podiam pagar nossos estudos, que eu iria crescer, estudar, trabalhar e ajudar meus pais. E outra coisa que ficou marcada foi a presença de crianças negras na festa da escola, que conheci pela primeira vez. Na apresentação só tinha crianças brancas e só depois dos meus 15 anos comecei a entender sobre preconceitos, foi quando passei a saber que minha mãe e meu pai também não sabiam sobre direitos e não sabiam nos explicar. Nossa chegada ao quilombo foi abertura para o conhecimento, vi também várias famílias entregarem suas filhas às famílias que chegavam aqui no quilombo e nas comunidades vizinhas em busca de meninas para trabalhar. Eu sempre questionava por que as meninas voltavam do mesmo jeito que foram, sem estudar. Perguntava pra elas, que me relatavam como era a vida nas casas dessas famílias. Algumas vezes, minha mãe pedia que eu fosse, só que eu preferia trabalhar no campo, sempre quis ser livre, não tinha costume de conversar com minha mãe e contar pra ela o que minhas amigas falavam, dos abusos, assédios, violências que sofriam nas casas das famílias que as levavam. O pior era que não sabia que isso era crime! Era como uma coisa normal.

Foi aí que conhecemos umas pessoas da comunidade da Pimenteira que participavam do movimento da igreja católica junto à igreja católica do MST (Movimento Sem Terra) e criamos no quilombo também, o movimento religioso. Foi aqui onde comecei a participar dos movimentos sociais, sindicato dos trabalhadores rurais de Camamu, comecei a ir para encontros da pastoral da criança. Comecei ajudando minha mãe a preencher o livro da pastoral da criança, depois comecei a catequizar as crianças na igreja católica, depois participei de um curso de teologia popular na cidade de Valença. Tinha 15 anos quando comecei no grupo de jovens, depois passei a ser catequista e ter o convívio com a realidade, ver de perto a carência das pessoas (bem mais carentes que nós). Caminhávamos quilômetros a pé para ir às missas e lá

cantávamos, tocávamos as músicas da época, falava-se muito do social, o que me fez despertar o interesse pela causa social. Eu fiquei pensando: Por que as pessoas do Barroso achavam que éramos ricos? Nós, que não tínhamos nem onde morar? Eles tinham terra própria. Sempre fui curiosa e percebi a falta de valorização da identidade. Acredito que esse meu desejo de justiça tenha vindo de meus ancestrais, pois meu avô paterno me falou que eu pareço muito com a mãe dele. Perguntei porque e ele falou que ela gostava muito de perguntar, que eu era muito inteligente, valente e teimosa. Minha bisavó se chamava Ana e foi meu avô que pediu à minha mãe que colocasse o meu nome de Ana.

Decidi que iria estudar, ser professora e ajudar as crianças e minha comunidade porque sempre fiquei incomodada ao ver o quanto o nosso quilombo é rico em cultura, saberes, natureza e percebia que as pessoas não conseguiam enxergar. Costumo falar que são as marcas da escravidão que ainda não foram abolidas de nosso povo. Engraçado que mesmo com todas as marcas negativas do início, foi difícil, porque não via ninguém com o mesmo desejo que eu tinha, não enxergavam as necessidades, às vezes, parecia impossível. Até que começou a Associação e isso foi tomando espaço, conhecimento da necessidade e apoio de outras pessoas como Sr. Antônio Correia e apoio de entidades como Koinonia, uma ONG que faz parte da Rede de Mulheres Negras da Bahia que nos apoiou com projetos e oficinas de formação para mulheres.

Aquela festa da escola me deixou muito feliz e fez despertar em mim um desejo de lutar porque eu não me conformo com a desigualdade, porque educação é direito de todos. E em todas as brincadeiras que fazia depois daquele dia, eu queria ser a professora, liderava as brincadeiras, aprendi as letras das músicas. Amava desenhar no chão, nas paredes da casa com carvão e fazer bonecos com barro. Até hoje gosto de criar, inventar coisas, acredito que através da educação podemos conquistar muitas coisas.

Com o tempo saímos da fazenda, passamos por outras com as mesmas dificuldades, sem escola, sonhos e sem futuro, foi quando meus pais decidiram vir para outra fazenda, aqui no Quilombo do

Barroso, onde fomos acolhidos com muito carinho, onde tivemos a oportunidade de sermos reconhecidos e valorizados, encontramos pessoas iguais a nós e com os mesmos sonhos e objetivos. Pessoas negras, pobres, excluídas da sociedade que nos viam como superiores a elas; já nós, encontramos neles igualdade. No quilombo não tinha escola. Nos reunimos com outras famílias que viviam a mesma angústia de não frequentar a escola, alguns caminhavam quilômetros a pé com fome e sofriam todo tipo de humilhação para ter acesso à escola, até que um dia decidimos e criamos uma escola. Como já tinha um movimento religioso, foi onde vimos juntos o quanto as crianças sofriam na caminhada pra chegar a uma escola e a forma como eram tratadas, então, decidimos que a senhora Maria de Lurdes Nascimento seria a professora da Escola Reunida Barroso, que até hoje tem o mesmo nome. A professora era do quilombo e, embora, não tivesse formação, sabia ler e escrever e tinha a vontade de ensinar e o sonho de ver o desenvolvimento da comunidade. Foi quando fui à escola pela primeira vez, com 9 anos. A professora era delicada e tinha uma dedicação, acolhia todas as crianças e aprendi a ler na primeira semana. Uma alegria!

Enfrentei muitos desafios e, muitas vezes, ouvi pessoas que diziam “vão entrar burro e sair cavalo”, porque acreditavam que só quem tinha formação acadêmica teria condições para ensinar, mas não desistimos de lutar e mostramos o quanto a professora tinha pra passar pra nós e até hoje a escola funciona. Anos depois, devido à sua idade, a professora deixou de ensinar. Foi quando eu já conhecia e namorava com um jovem do quilombo que também só tinha estudado até o quinto ano do Fundamental I, falei com ele para participar do concurso público, porque eu não podia, por não ter não como comprovar que tinha estudado o primeiro ano do Fundamental I, porque na época, a escola não era registrada. No ano de 1994, ele fez o concurso de professor, passou e começou a ensinar na escola da comunidade. Ivanildo dos Santos Pereira deu continuidade a seu estudo no programa do governo para formação de professores, PRÓ LEIGO, para conclusão do Ensino Médio e

PROFORMAÇÃO para conclusão do Magistério e até hoje é o professor do quilombo, com quem me casei e tivemos dois filhos: Ana Carine e Isaque. Continuei a estudar com meu esposo e meus filhos e consegui concluir o Fundamental. Neste momento, pensei que meu sonho iria acabar ali, com duas crianças, distante da cidade, tudo difícil e dei continuidade ao meu trabalho junto à Igreja. Foi então que juntamos com outros jovens e famílias para buscar um transporte para conduzir os alunos para sede, fomos ao prefeito do município várias vezes, foi muito difícil, mas conseguimos, então, voltei a estudar. As estradas em péssimas condições, acidentes de carro, mas nada me fez desistir: nem o preconceito, nem as discriminações que enfrentávamos, nós que morávamos na roça, quilombolas negros/as e pobres.

No meu primeiro ano de colégio, no sexto ano, participei de um concurso estadual de criação de texto, ganhei em primeiro lugar. Não imaginava. Quando chegou um povo da Secretaria do Estado da Bahia, ninguém do colégio tinha me falado que eu tinha sido a ganhadora do prêmio, de repente, chamam meu nome: Ana Célia (fiquei nervosa, pensei que tinha feito algo de errado), você foi premiada no projeto Criando texto (CENA DE RUA). Fiquei feliz e ao mesmo tempo triste porque só a minha sala aplaudiu. Os professores diziam que o prêmio deveria ser para eles e isso me deu mais força para lutar, pois sempre pensei que eu iria mostrar pra eles que o povo da roça não é inferior a ninguém. O que nos falta é oportunidade e investimento para mostrar quem somos e o que temos, porque nos disseram tanto que não somos nada, que muitos acreditam e muitos querem que continuemos assim.

Muitas vezes, chegamos no colégio sujos de empurrar carro atolado na lama para podermos chegar no colégio. Um dia, alguns de meus colegas foram obrigados a limpar o banheiro que estava sujo de lama porque eles foram lavar os pés. Estava na sala quando ouvi os barulhos de grito. Quando saí que vi a cena tomei a vassoura das mãos de meu colega e corri atrás do zelador. Fiquei tão revoltada com a humilhação que estava fazendo com meus colegas e falei que ele deveria nos respeitar, falei um monte de coisa

e a partir desse dia fui vista de outra forma e reconhecida como liderança. Nunca permiti ser humilhada e não permitia que humilhassem ninguém, principalmente se fosse da roça.

Tudo isso aumentava ainda mais o desejo de ser professora para preparar as crianças e emponderá-las para que não permitissem mais serem humilhadas nesses colégios. E até hoje luto pelo direito de nossas crianças que saem do quilombo para estudar na cidade porque sei o quanto é difícil. Comecei o meu trabalho na escola como voluntária, fazendo trabalhos culturais nas festas juninas, na celebração do Dia da Consciência Negra, falando dos trabalhos de valorização da identidade e meu trabalho começou a crescer além da escola. Uma das dificuldades é a distância, pois as crianças pegam 2 transportes da comunidade até o colégio, sem falar na forma de avaliação, que sempre questionei: a forma que avaliam o aluno que mora do lado do colégio é a mesma para quem sai de casa às 10 horas da manhã, chega no colégio às 13 hora, sai às 17:30 horas, sem merenda, chega em casa às 21 horas para concluir o Ensino Médio. E essas dificuldades só aumentam. Muitos de nossos jovens desistem porque eles não aguentam o preconceito e a perseguição de alguns alunos que moram na cidade. O colégio não combate isso junto aos estudantes, finge não ver ou acha normal. Eles me contam que alguns alunos da cidade humilham os/as mais calados. Os que chegam primeiro, que já conhecem como funciona o preconceito, acompanham os novos que chegam para que não sejam maltratados. Estes alunos mergulham a cabeça dos meninos da roça no vaso sanitário, se chegar com dinheiro são obrigados a pagar lanches senão eles batem. São essas coisas que me fazem lutar e conscientizar as famílias e as crianças. Eles acreditam que somos tolos e sem conhecimento, então, é preciso orientar para chegar de cabeça erguida, sabendo nossos direitos.

Fiquei um tempo sem estudar e só agora estou concluindo a graduação em Pedagogia. Mesmo sem formação, fazia trabalhos voluntários e essa luta se deu também, devido aos encontros da Pastoral da Criança e na Formação do Curso de Teologia Popular,

Associativismo, Formação de enfrentamento à Violência contra Mulheres na escola da comunidade. Juntas viemos lutar por uma educação de qualidade para nosso povo, uma educação que fale de nossa realidade. Temos que enfrentar muitos desafios e um deles foi que junto com outras mulheres decidimos que não iríamos mais permitir que pessoas de fora da comunidade viessem trabalhar em nossa escola. Colhemos assinaturas das pessoas e encaminhamos para a prefeita que estava na gestão do município, que não gostou, mas não desistimos, não permitimos que outras funcionárias entrassem na escola, trabalhamos seis meses como voluntárias, mas não permitimos que outras pessoas ocupassem o espaço que poderia ser das mulheres do quilombo, que precisavam de oportunidades.

No município, desde 2000, que venho fazendo trabalho na escola. Por meu esposo ser o professor, eu acabo me envolvendo, além do desejo de lutar, e isso tem trazido muitas conquistas e desafios também. Já fui até impedida de entrar na escola, mas nunca baixei a cabeça e isso só fortaleceu o desejo de lutar. Inventam um monte de coisas pra justificar a proibição e por último disseram que eu precisava ser pedagoga, mas não tinha condições de fazer faculdade devido à distância e ao financeiro. Então, consegui colocar internet em minha casa e já estou concluindo!

O meu trabalho sempre foi voluntário, ajudando a fazer festas, eventos nas datas comemorativas, construção de hortas, músicas, danças e trabalhos de identidade do quilombo, envolvendo as famílias e a comunidade na escola e isso incomoda porque dá autonomia ao povo, além de buscar uma educação de qualidade, uma educação que respeita o nosso jeito de ser, de falar, de vestir. Quando chegamos aqui no quilombo, o povo tinha um jeito cultural de falar diferente de outros lugares e eu via muitos criticarem e dizer que era errado e isso aconteceu muito na escola, onde coordenadores falavam que os professores deveriam corrigir. Aquilo me deixava triste por saber que nossa língua se perdeu justamente por quem deveria ser pesquisador das línguas e culturas.

Então, defendo uma educação que seja além da escola, que valorize os saberes e fazeres da comunidade, que tenha uma

relação com a família, formando um cidadão social, trabalhando e valorizando o lugar onde mora, o meio ambiente, a cultura da comunidade, nossa ancestralidade, empoderando nossas crianças, nossa história e pertencimento, o trabalho da agricultura. Entre tantas outras coisas, buscamos também o respeito ao nosso território para garantir emprego e renda pra mulheres da comunidade, impedindo que políticos venham fazer indicação de empregos no quilombo e enfrentamos a fúria de muitos.

Fui presidente da Associação por 4 mandatos e estou em mais um. Esse desejo e sonho pela educação me fizeram lutar incansavelmente e junto com outras comunidades quilombolas construímos a Lei de Diretrizes Curriculares Municipal, que nos garante e assegura alguns de nossos direitos e lutas como professores/as e servidores/as da comunidade, dando-nos oportunidades de trabalho, o que é especialmente, importante. O trabalho nos permite oferecer melhores condições às nossas crianças, nos fortalece na luta contra o machismo que ainda é grande. Muitas mulheres sofrem violências de seus maridos pela falta de oportunidades e a cultura de que a mulher precisa de um homem para sobreviver. A falta de renda na comunidade leva jovens a se casarem cedo, terem filhos e ficarem sem saída, sofrendo vários tipos de violências. Essa é mais uma das minhas preocupações e parcerias com outras entidades que apoiam nossos projetos de formação, capacitação, empoderamento, formação de mutirões para uma ajudar a outra. Conseguimos também uma cozinha comunitária para trabalhar com melhorias na vida e na renda das mulheres da comunidade, criando oportunidade de ganho e de mostrar os saberes de nosso quilombo, onde produzimos doces pastosos de diversos sabores, doces de corte, bombom, geleias, cocadas, estamos já com plano de produção de licores, temperos, pães, porque têm equipamentos para essas produções.

Fui monitora do projeto Mais Educação em 2012, onde fiz um trabalho de horta na escola, visando melhorar a alimentação da escola, trabalhando as receitas das nossas famílias produzidas junto às alunas. Teve também um trabalho de valorização da

identidade, onde discutíamos autoestima e história familiar de violência contra crianças e adolescentes. Foi muito difícil, enfrentamos barreiras, pois este tipo de violência era comum entre as crianças que, algumas vezes, chegavam queimadas, espancadas, principalmente, as que vinham de fora do quilombo. Tínhamos que trabalhar com a criança e a mãe várias vezes. O mais difícil foi uma adolescente que sempre chegava na escola machucada, às vezes, inventava coisas que não justificavam as marcas no corpo. Uma vez, 4 horas da manhã a ouvi chamar na porta de minha casa: – Tia Ana! Levantei e encontrei essa adolescente toda suja, me pedindo ajuda e dizendo: – Minha mãe quer colocar pimenta em mim. Fazia relatos de várias histórias. Tive que levar essa menina para o Conselho Tutelar, que terminava entregando a menina para a mãe. No outro dia, a mãe vinha para a escola tirar satisfação comigo que a enfrentava calma e cautelosa e explicava que nosso objetivo não era puni-la ou condená-la e sim lhe ajudar porque a mãe também precisava. Essa mulher era mãe de oito filhos, solteira, tinha uma vida tão sofrida que pedi ao Centro de Referência da Assistência Social e ao Conselho que fizessem um acompanhamento com ela, mas não fizeram. A relação com a filha aos poucos melhorou, ela foi morar em outro lugar, porém, o sofrimento continuou, pois perdeu dois filhos para a violência.

São essas situações que me fazem acreditar que a educação precisa ser um trabalho que vai além da escola, é um trabalho social, familiar e minha luta por justiça só alimenta a fúria de muita gente e as perseguições contra minha estada na escola. Não desisto nunca e encontrei muitas entidades e coletivos parceiros que apoiam essas causas.

Temos ainda um museu no quilombo. Quando fizemos o estudo de reconhecimento e certificação do quilombo recolhemos muitas peças históricas do nosso povo e hoje temos esse museu com mais de 200 peças e é uma atração para visitas. Conseguimos também um projeto de fortalecimento institucional em parceria com o Instituto Unibanco para trabalhar a educação com cultura e identidade, esporte e lazer, a construção de um espaço de reunião e

aulas e momentos de lazer, compras de computadores e outros materiais para apoiar os alunos, nesta pandemia, nas aulas *online*, por não terem acesso à internet. Estou muito feliz por realizar parte desse sonho, pela possibilidade de ajudar crianças e adolescentes neste momento tão difícil da pandemia. Um alívio para o sofrimento que passamos com a perda de um grande líder que nos ajudou a fundar a Associação e me ensinou a lutar e acreditar em tudo que estamos vivendo. Foi uma perda trágica: nossa liderança, Antônio Correia dos Santos, foi assassinado por lutar e acreditar que éramos capazes e dizer não e não aceitar sermos humilhados. Era um grande parceiro, acreditávamos nos mesmos ideais. Foi assassinado porque queriam nos fazer calar e parar de lutar e de acreditar porque não aceitamos ser tratados com inferioridade, fizemos uma carta aberta cobrando do Estado justiça por mestre Antonio Correia, estamos esperando que os culpados sejam punidos<sup>1</sup>.

Sou uma mulher negra e tenho orgulho da minha história, não desisto nunca e jamais deixarei de lutar pelo que acredito e lutarei sempre para que nossas crianças tenham a oportunidade de realizar seus sonhos e que nada impeça que todas as mulheres tenham seus direitos respeitados e que os homens sejam nossos parceiros e não rivais. E, justamente os relatos que citei acima, me levam a lutar e a acreditar que é possível construir uma educação onde professor, família e escola trabalhem juntos na formação social da criança. Eu tenho trabalhado com as crianças com desenhos na alfabetização, as crianças têm relatado fatos e descobri violências familiares, abuso sexual com crianças, violências físicas e psicológicas. É um trabalho onde o amor e a prática estão acima da teoria. A teoria é importante, mas sem a prática de nada serve. É preciso acreditar que juntos é possível construir uma sociedade igualitária com oportunidade para todos.

Quilombo do Barroso, Camamu-Bahia, 27 de julho de 2021.

---

<sup>1</sup> Matéria disponível em: <https://kn.org.br/noticias/carta-aberta-cobrando-reposta-do-estado-sobre-o-assassinato-do-sr-antonio-correia-dos-santos/7535>.

## **Narrativas de uma professora negra em Salvador: memórias, práticas antirracistas e identidade**

Anália Santana

Por que eu escrevo?  
Porque eu preciso.  
Porque minha voz,  
em todos os seus dialetos,  
foi silenciada por tempo demais.  
(SAM-LA ROSE, 2002, p. 60)

Peço a benção e a proteção a Nzambi Apumbo (Deus Supremo), licença à ancestralidade que me constitui como descendente de africanas e africanos, meus santos negros que são inspiração para a caminhada e, chegando nas encruzilhadas, haverá sempre escolhas a serem feitas. Agradeço imensamente à pesquisadora Joana Leôncio pelo convite para participar dessa pesquisa de doutoramento, importante no cenário que estamos vivendo. Escrevo por mim, pelos meus e por todxs aqueles que não puderam e não podem escrever.

Nesse contexto pandêmico, conjecturar minhas energias na luta pela continuidade da vida tem sido a maior das metas. Refletir sobre quem sou, minha constituição enquanto professora que se torna negra (SOUZA, 1993), a cada passo, minhas práticas, meu modo de ser e estar no mundo. Como me construo como ser coletivo e, ao mesmo tempo individual, é desafiante. Contudo, me lanço a cada dia na reconstrução da vida, pois, como nos diz o filósofo e ativista Ailton Krenak (2019), é preciso contar histórias para adiar o fim do mundo.

Aprendendo a ser eu a cada instante, tendo a consciência de ser inacabada, nessa interação com as outras, mesmo que virtual ou através da escrita. Na intinerância do mundo pandêmico de

isolamento social, de morte constante, de fome, falta de investimento na saúde e na educação, de guerra iniciada, tendo como base o que nos diz o cantor Emicida, parafraseando a periferia e a favela, que tudo que nós tem é nós. Continuar vivas é um ato celebrativo e de resistência. Vejo que o afastamento dos contextos coletivos e sociais que nos alimentam através da experiência cotidiana tem sido muito difícil, contudo, seguimos esperando vida, como nos ensinou Paulo Freire (1992).

Lançar mão das minhas memórias, das tantas pessoas que influenciaram e influenciam o meu modo de ser e estar no mundo. Talvez eu nem saiba como começar essa narrativa, mas narrar é se colocar no lugar de pessoa pensante, ser social que através da sua própria forma de ser, comunicar suas verdades, mesmo que transitórias, através do seu olhar ímpar, cheio de subjetividade, de afeto, de memórias. Audre Lorde (2015), escritora, feminista negra e poetisa norte-americana, no poema *Para Vocês* nos diz:

Seja você mesma e aprenda a valorizar  
Aquele impetuoso Anjo Negro  
Que te eleva num dia  
E te põe pra baixo no outro  
Protegendo o lugar de onde seu poder emana  
Correndo como sangue quente  
De onde emana sua dor

Ser eu mesma é me colocar a partir do contexto de existência, com as energias do anjo negro que me protege, então, começo dizendo que sou a filha mais velha dos nove filhos de Dona Ana Martins e senhor Alvaro Santana (*in memoriam*), moradores da zona rural de Irará-Ba, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes. Minha mãe é fruto do êxodo rural interno, onde a cada época a família ocupava uma terra para plantar e viver, depois ia mudando, até comprar um terreno em Irará e se estabelecer. Meu pai foi criado com os resquícios de escravidão. Nascido em 1943, viveu em uma Fazenda na cidade de Ouriçangas, localidade de Coqueiro. Órfão desde a infância, foi criado trabalhando desde a infância, dormia

na baía dos animais. Tudo que ele conseguia, juntou, comprou o pequeno sítio onde vive minha mãe até os dias atuais, no qual estou constantemente me energizando.

A lavoura de subsistência foi a principal ocupação da minha família e desde cedo trabalhei junto com meus pais nas diversas ocupações rurais familiares. Meus pais viam na educação o caminho para seus filhos, colocaram todos e todas na escola, nenhum dia faltei à aula por causa do trabalho rural ou pelo mau tempo. Quem estudava pela manhã trabalhava à tarde e vice-versa.

Para quem não sabe, nos anos setenta, a escola só começava aos sete anos, pelo menos na zona rural, quando entrávamos na primeira série. Antes de completar sete anos entrei na primeira série na Escola São João com a Professora Valdelice, na zona rural próxima de casa. Estudei nessa escola até a terceira série; a quarta série fui estudar na sede do município na Escola Juliano Moreira. À luz de vela e candeeiro fazia as atividades porque a energia elétrica só chegou na Mombaça quando eu tinha 17 anos, (1988), fazia minhas atividades com a ajuda de mãe, que só estudou até a quarta série do Ensino Fundamental.

Da quinta à oitava série, hoje sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, estudei no Colégio Joaquim Inácio de Carvalho, hoje escola estadual de Ensino Médio, para onde eu ia caminhando os seis quilômetros da Fazenda Mombaça até a cidade. Aprendi as questões básicas, pois não tínhamos livros para estudar no período da ditadura militar (1964-1983), as anotações dos professores e as explicações escrevíamos e assim foi passando... Ia me esquecendo: só perdi o ano na quinta série porque fui picada de cobra.

Nos primeiros anos de estudo na zona urbana de Irará, comecei a sentir no corpo, na pele e na vida, a exclusão social e racial. Muitos colegas não conversavam comigo e com outros colegas porque eramos da roça, eramos taxados de tabaréus, pés de barro etc. Eu não entendia naquela época o porquê, se fazíamos de tudo para conversar com certos/as colegas, mas eles não nos dirigiam a palavra.

O curso de magistério, eu fiz no Colégio São Judas Tadeu, atualmente escola estadual com ensino militar. O estágio supervisionado foi na escola São João, a minha primeira escola na roça. A professora que tinha me ensinado na terceira série foi quem me avaliou na conclusão do estágio: Professora Carmem, já falecida. Nos três anos de magistério também acontecia a mesma coisa: colegas de pele clara não conversavam nem formavam equipes com os de pele escura e da roça como eu. Anos depois vim perceber que aquilo era o racismo porque não tinha justificativa você estudar quatro, cinco anos com a mesma pessoa e ela nunca querer falar contigo.

Importa acrescentar que para as crianças e adolescentes da zona rural a ajuda nos trabalhos rurais é uma dinâmica constante na vida. Desde cedo eu trabalhava na roça, depois aos treze, quatorze anos trabalhava na barraca de frutas na feira livre de Irará, que era uma das mais concorridas da região até antes da pandemia. Aos dezessete, comecei a trabalhar numa lanchonete aos sábados, em seguida, na Lanchonete da Rodoviária da cidade, diariamente. O turno iniciava às cinco da manhã e terminava às oito da noite, recebendo meio salário mínimo, sem nenhum direito trabalhista.

A falta de perspectiva de trabalho, o êxodo rural me trouxe para Salvador dois anos depois de concluir o Magistério, em 26 de junho de 1992. Nesse mesmo ano meu pai, Alvaro Santana, faleceu, aos quarenta e sete anos, vítima de cirrose hepática. Minha mãe, viúva aos 45 anos, com nove filhos para criar, se tornou mãe e pai. Foi difícil, mas nunca ninguém passou fome. Dona Biita, como é conhecida na cidade, deu conta de todos e de tudo junto comigo e meu irmão Raimundo, que éramos os mais velhos.

Comecei a trabalhar na escola comunitária Regina Stukenborg, no bairro de Marechal Rondon, no mesmo ano, onde resido até os dias atuais. Essa experiência foi imprescindível, pois a equipe pedagógica trabalhava com o método Paulo Freire, tínhamos formação com o Centro Psicopedagógico da Bahia, Professora Lurdinha era quem dava formação para nós. Ainda nas escolas comunitárias, fui para a Escola da Paróquia São Lucas Evangelista,

que desenvolvia atividades junto à Pastoral do Menor e ao Projeto Ágata Esmeralda.

As atividades na escola eram desenvolvidas a partir da palavra geradora que tivesse sentido para a criança, inspiradas no método de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire, fazia a contextualização do significado, do uso etc, e daí se trabalhava as famílias silábicas, as listas de palavras e também o texto. A coordenação da Escola Comunitária Regina Stukenborg era dirigida pelo Professor Lourenço Leite (*in memoriam*), que nos anos 1990 era Professor da Universidade Católica. Havia uma equipe multidisciplinar bem organizada com supervisor, coordenação, gestores e vice-gestores. As decisões eram tomadas coletivamente, na maioria das vezes. Nesses anos tenho alfabetizado muitas crianças, seguindo as estratégias aprendidas na Escola Comunitária.

Encontros de formação coletiva com diferentes colegas dos bairros das comunidades católicas de Salvador fizeram parte da minha vida. A convivência com colegas negras, com formadores negros que iniciaram as reflexões conosco fez toda a diferença.

A minha construção nessas encruzilhadas de formação/ação/ensino/estudo/pesquisa/autoconhecimento/tornar-me negra, para a constituição da professora que sou hoje, foi a influência de todas as experiências positivas e também negativas. O que foi positivo me fez crescer e experimentar sensações, práticas e vivências que são significativas. O que foi negativo me ajudou a ter estratégias de como lidar com as frustrações, os não e as maldades que passamos tanto na vida profissional como na vida pessoal.

Hoje me sinto uma educadora comprometida com minha prática, reflito sobre ela, tento sair da queixa e da vitimação, aliás, odeio essa classe que só faz falar mal da secretaria e só quer receber o salário no final do mês para pagar a prestação do carro e do apartamento de classe média, odiando as crianças. Eu, na medida do possível, vou motivando os meus alunos e as minhas alunas para desejarem sonhar, buscarem a transformação pessoal e profissional através da educação. Digo que elas e eles podem e se

tiver ações afirmativas mais efetivas, poderão mais ainda. Já consegui alfabetizar crianças que eram estigmatizadas por colegas como já fadadas ao fracasso.

Eu, muitas vezes, para tudo dizia sim e até me fazia de tapete para os outros pisarem, mas com o tempo fui aprendendo a dizer não, a usar a palavra e dar minha opinião, a dizer não para companheiro, para filha para colegas etc. Quando as colegas ficavam calados em situações complicadas da docência, como também em situações da vida cotidiana, falavam por trás, mas quando chegava no AC (Atividade Complementar) ficavam todos calados e ainda ficam. Eu falava e ainda falo, exponho a situação conflitante e minha opinião, reflito sobre a situação mesmo sendo um diálogo de surdos...

Nos tornamos professoras melhores com o tempo, se nos permitirmos viver intensamente a docência, muito além do conteudismo, da cara sisuda, da professora que só vai para a escola porque não teve coragem de mudar de profissão. A docência pode ser boa mesmo no caos que é o sistema educacional do país e da cidade de Salvador. Precisamos ser girassois que sempre se viram para onde está o Sol para buscar sua luz. Eu quero ser girassol, não quero ser erva frágil que seca com o primeiro raio forte de Sol. Na educação é preciso ter utopia para continuar sonhando com a transformação pessoal, social, cultural e política.

A formação pedagógica do Ilê Aiyê me ajudou muito a me descobrir negra, não ter vergonha da minha descendência africana porque eu só entrei na universidade após dez anos de magistério, em 2001. Logo quando passei no concurso em 1999, da prefeitura de Salvador, o início dos anos 2000, aconteceu o Seminário Brasil Terra de Quilombos, realizado pelo projeto de Extensão Pedagógica do Ilê. Nunca fui filiada ao bloco nem participei do carnaval, contudo, essa entidade negra foi relevante na minha formação para construir uma prática antirracista que reconhecesse as experiências das populações negras como participantes da construção positiva dessa nação.

A Formação Pedagógica do Ilê Aiyê ocorria em escolas ou, algumas vezes, na sede do Bloco Afro e eram encontros de um

turno ou o dia inteiro. Os educadores discutiam conosco sobre o legado africano no Brasil, faziam técnicas de socialização e motivação, levavam imagens de personalidades negras, livros sobre a cultura negra, passavam transparências explicando que a África é um continente e não um país como muita gente pensa ou que o Egito fica na África, não fora dela como aprendi no Magistério. Nessa formação aprendíamos sobre as primeiras civilizações negras egípcias e outras importantes no continente.

Os encontros eram sempre em círculo, com músicas, conto de histórias, dramatizações, havendo uma interação e positivação da cultura e das heranças africanas. A secretaria providenciou o kit pedagógico com os Cadernos Pedagógicos do Ilê, esses foram distribuídos para todos/as os/as cursistas e também enviados para as escolas. Cada caderno tinha uma temática específica: Quilombos, As revoltas Negras, Mãe Hilda, Reinos Africanos etc.

Foi com as renomadas educadoras do Ilê que aprendi que nosso cabelo é crespo porque nossos ancestrais vieram dos lugares mais quentes da Terra, que o cabelo crespo é uma proteção para o cérebro do Sol escaldante; que nossa melanina acentuada é uma proteção para os raios solares. Aprendi que somos descendentes de processos civilizatórios riquíssimos oriundos dos povos ameríndios e de África que contribuíram ou construíram vários mundos, embora não sejam visibilizados.

Aprendi a dizer para os meus alunos que não se calassem e nem se caíam diante das situações de discriminação e racismo. Falassem ou falem com a professora, com a diretora, falem com alguém, se defendam, não com violência nem com outra discriminação. Questionem, digam que racismo é crime, busquem se fortalecer para lutar contra essa mazela que é o racismo na nossa sociedade. Talvez, eu nem saiba como fazer, mas vou arriscando passos.

Foi maravilhoso participar daquela formação pedagógica, nunca mais fui a mesma depois daqueles meses e da culminância que ocorreu na escola em que eu trabalhava. Aprender com o Professor Jorge Conceição, Makota Valdina Pinto, Jonatas

Conceição, ambos *in memoriam*, a Professora Arani Santana, Ana Célia Silva, e depois as duas foram minhas professoras no curso de pedagogia na UNEB.

Os cadernos de Educação do Ilê foram a base inicial do conhecimento para as próximas caminhadas que tive. Aprendia e lia para os minhas e meus alunos aqueles ensinamentos. Os Quilombos, as Personalidades negras, o movimento negro, os reinos africanos naqueles cadernos colaboraram muito nessa descoberta tardia da negritude, fazia grupo de dança afro na escola, ensinava aos alunos e até uma menina com deficiência visual aprendeu com a diretora Valda e comigo a dançar. Rainara hoje é casada, tem filho e sempre que nos encontra lembra dessa época.

Eu não faço parte oficialmente, do Movimento Negro, nem do Movimento de Mulheres Negras, mas, sendo negra e consciente da relevância desses movimentos para nossa emancipação, me nutro deles para minha reconstrução enquanto mulher negra, educadora antirracista em permanente reconstrução. O conhecimento e as experiências construídas nas lutas contra o racismo e pela ocupação do espaço por essas entidades nos fazem ser portadoras de histórias, memórias e saberes que corroboram para uma sociedade mais plural.

Não ser filiada oficialmente ao MNU e nem ao MMN não retira a importância deles e a influência na minha formação enquanto professora, enquanto mulher negra em constante processo de reafirmação existencial negra. Foi uma opção a não filiação, pois desde sempre fui convidada a atuar nesses movimentos, mas, como já faço parte da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho e ela dialoga com esses movimentos, me sinto contemplada. Outra coisa importante: sou muito ativa e para participar das entidades é preciso presença efetiva, então, não me filiei, por falta de tempo livre, mas nas diversas atividades desenvolvidas em Salvador marco presença, leio muito, converso com as pessoas filiadas, aprendo, escuto, acho que até mais que muitas pessoas filiadas.

Nós negras e negros somos o que somos pela luta, sangue e suor dos nossos antepassados e ancestrais. Se hoje eu sou mulher,

da roça, negra e professora da Educação Básica, estou doutoranda em Educação, foi por causa de milhares, ou melhor, milhões de pessoas que deram suas vidas por minha/nossa liberdade na educação e nessa sociedade racista, excludente, misógina, machista, com resquícios de fascismo.

Penso que os processos civilizatórios negros, ameríndios e do Sul, que conhecemos através da perspectiva decolonial, corroboram para que aprendamos e ensinemos desde a Educação Infantil às nossas crianças o espectro coletivo que nos constitui enquanto povo espoliado, colonizado, escravizado, racializado e excluído que, através da resistência e da luta, nos trouxe até os dias de hoje.

Nessa jornada de vinte e oito anos de prática pedagógica existem muitas práticas significativas que podem ser contadas, mas escolherei uma que foi bem marcante na escola que atuo há dezessete anos. Essa situação envolve uma criança de 8 anos, uma professora com anos de experiência em sala de aula, uma turma de terceiro ano do Ensino Fundamental I e uma escola também de Ensino Fundamental I.

No ano de 2017, iniciando as atividades didáticas, acostumada a acolher as crianças com brincadeiras, rodas de conversa, apresentação de cada um falando o que gosta, o que tem medo. Nesse mesmo dia, na maioria das vezes peço que as alunas e os alunos desenhem o que fizeram de significativo nas férias. E sai de tudo nos desenhos e também eles fazem a descrição oral do que desenharam e o porquê. Esse meu aluno, que vou denominar de Manuel Quirino, desenhou que estava no terreiro e fez obrigação de Yemanjá. O desenho estava representando fielmente a sua descrição, ele também veio com algumas contas no pescoço para a escola. Isso foi motivo para os colegas ficarem estarecidos e dizerem que era coisa do diabo. A influência familiar e de alguns pastores neopetencostais é gritante nesse sentido.

O educando Manuel Quirino dizia em alto e bom som que quando crescesse iria ser Drag Queen. Se vai ser, essa é uma decisão dele, mas é imprescindível minimizar essas mazelas que

destroem vidas, pois ele sofria a discriminação por sua orientação sexual e também o racismo religioso aos oito anos.

Eu sempre relato em classe a importância do respeito à religiosidade das/os colegas, que os orixás não são demônios, pois a diversidade religiosa é um campo muito importante para a convivência respeitosa entre as pessoas. Vivemos em um país onde atitudes de intolerância religiosa estão acontecendo diariamente em todas as cidades, especialmente com a eleição desse governo que propaga a intolerância, o extremismo e ações antidemocráticas.

Naquele ano não deu tempo, pois tudo começou logo no primeiro dia de aula. Eu tive que respirar fundo e começar a falar aquela velha estratégia do respeito, que assim como os evangélicos e católicos exercem sua religião abertamente, as pessoas do candomblé também têm os mesmos direitos, que os orixás são forças da natureza etc. Tinha dia que era muito difícil porque ficava de 30 a 40 minutos só resolvendo os atritos de racismo e discriminação sexual com crianças entre 7 e 10 anos. Manuel Quirino não se abatia, enfrentava os colegas com altivez e coragem, assumindo sua religião e, junto comigo, rebatendo os insultos.

Mas, dia sim dia não eu ouvia na sala “ele é da macumba” ou esse “viadinho”. Eu colocava para pedir desculpas e ia administrando a situação sempre refletindo com eles dizendo que ninguém ali sabia como ia ser quando crescesse. Retornamos novamente a conversa, pesquisamos no dicionário e vimos que macumba é instrumento musical e a religião é candomblé, organizamos elementos de cada religião, eu imprimi e coloquei na sala, então, quando nas conversas saía a expressão macumba, eu mostrava e dizia: a religião é candomblé. Se bem que no Rio de Janeiro macumba tem uma dignificação social positivada entre adeptos e os outros, não se constituindo como intolerância religiosa, mas em Salvador o contexto é diferente e tem conotação pejorativa, constituindo-se como intolerância e preconceito religioso.

Manuel Quirino era uma criança decidida, enfrentava todos os colegas e isso me motivou ainda mais a instrumentalizá-lo na luta antirracista na escola. Quirino é um exemplo para mim porque se

eu tivesse uma educação antirracista na infância não teria sofrido tanto quando desmereciam meus cabelos crepos, minha pele de ébano ou me excluía de tudo.

Tive a ideia de fazer uma aula multimídia sobre religiosidade e usei a música de Lenine, “Diversidade”, que fala da diversidade religiosa. Usei elementos das diferentes religiões, acrescentei as imagens dos orixás que não aparecem inclusas no panteão das religiões oficiais. Usei bastante imagens de todas as religiões e perguntei para eles/elas se tinha alguma coisa escrita ali que dizia que os orixás eram demônios. Eu dei essa aula para todas as turmas da escola.

Outra ação muito importante foi realizar uma pesquisa nas turmas de terceiro ano para ver se outras crianças também eram do candomblé, mas não se assumiam por medo da repressão e da discriminação religiosa. Organizei um projeto pedagógico, pedi autorização da escola e dos pais que se dispusessem a colaborar autorizando as crianças a participar da pesquisa. Enviei a autorização para casa e só participaram da pesquisa, as crianças autorizadas pelas famílias. Depois surgiu a necessidade e ampliou-se para as outras turmas, então, convidei as outras turmas a participarem.

Sempre que possível, nos momentos coletivos a gestão da escola fazia a sensibilização para o respeito à religião dos outros. Ocorriam rodas de conversa no acolhimento inicial dos turnos matutino e vespertino; momentos reflexivos com roda de conversa sobre a temática quando ocorria algum incidente de desrespeito religioso na escola. Melhoraram sensivelmente os estereótipos, mas eles sempre aparecem. É um trabalho que deve ser realizado constantemente, pois o público da escola vai mudando a cada ano.

Participaram da pesquisa crianças do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A maioria das minhas duas turmas de terceiro ano foi entrevistada e com os depoimentos e o resultado da pesquisa, escrevi o artigo “Diversidade étnica e religiosa na Educação Fundamental I: Construindo o respeito?”, que foi publicado num livro editado em 2020.

Os dados da pesquisa apontaram que têm muitas crianças na escola que frequentam os terreiros com seus familiares, assim como as crianças que frequentam as igrejas evangélicas ou católicas. Com a pesquisa diminuíram os ataques a Manuel Quirino, muitas crianças da própria turma se identificavam como sendo de terreiro, começaram a dizer que iam para os terreiros, algumas delas fizeram desenhos dos orixás com os quais se identificavam para eu usar no artigo do livro. Observamos que foram muito significativos, tanto a pesquisa realizada quanto o trabalho pedagógico desenvolvido com a turma, que também reverberou pela unidade escolar.

É oportuno acrescentar que nenhuma educadora se interessou por dar continuidade ao trabalho ou realizar essa experiência na escola. Eu também não dei continuidade porque as outras turmas não apresentaram nos diagnósticos a necessidade. Sempre que possível, apoiada na perspectiva da legislação (Lei 10.639/2003 e 11.645/2008), busco refletir sobre a diversidade religiosa na escola.

Observa-se que um total de onze crianças das diferentes turmas do grupo pesquisado declararam ser adeptas ou suas famílias frequentavam o candomblé naquele ano. No terceiro ano, 5 crianças. A partir da pesquisa as relações melhoraram em classe, mas claro que alguns conflitos de vez em quando se apresentavam.

Manuel Quirino concluiu o ano com rendimento bom, foi aprovado para o quarto ano e continuou afirmando sua pertença religiosa. Os estereótipos de sexualidade também precisam ser trabalhados diariamente, mas nem sempre isso ocorre porque muitas de nós ainda nos sentimos inseguras/os quanto ao trabalho com essa temática. Portanto, “[...] no espaço escolar, observa-se uma invisibilidade das crianças que são de famílias iniciadas no candomblé ou que frequentam essa religião, mas elas existem como apontou a pesquisa e como também observamos na convivência diária com elas” (SANTANA, 2020, p. 11).

Acrescento aqui parte da narrativa de Manuel Quirino na pesquisa, quando relatou seu sentimento de pertencer ao candomblé:

Eu me sinto bem, o pessoal me dando conselho, meu santo vindo, me curando, me tirando, abrindo meus caminhos e ele conversando comigo, pedindo para eu melhorar na escrita e na leitura. Os erês vêm e comem muitos doces e na Padilha do meu erê tem muito doce. Aprendo que a gente não pode fazer racismo, a respeitar os espíritos nas brincadeiras. As plantas têm que pedir licença por causa do axé, o Iroko, abioju são plantas. Eu sei o nome de vários orixás: Nanã, Ogum, Oxumaré cobra, Obaluaê. (SANTANA, 2020, p. 12)

Outra aluna, que chamamos de Kênia, se expressou dizendo que se sentia bem sendo do candomblé, mas não contava isso para todo mundo, porém para a professora ela contava:

Porque às vezes eu durmo lá no terreiro do meu tio, eu gosto dos santos, orixás, agora esqueci [...] do pai de santo de minha Avó, Pai Raimundo, Pai Gilmar, Mãe Rose. Eu aprendo um bocado de música, as danças dos orixás, dança de Nanã, de tocar os atabaques, aprendendo a arrumar quando tem festa, ajudo meu tio a arriar<sup>1</sup>, a passar pipoca. Eu tenho um bocado de conta: amarela, verde, vermelha, azul, minha vó disse que eu nasci feita. (SANTANA, 2020, p. 12)

Me marcou muito essa afirmação “para a pró eu conto”; essa relação horizontal, que demonstrava a confiança e a segurança que ela sentia na professora para revelar sua pertença religiosa. Eu não estava ali para julgar ou depreciar a pertença religiosa delas, mas para ajudá-las a se fortalecer e assumir sua religiosidade, a colocar sua conta no pescoço e assumir sua religiosidade, coisa que ainda é muito discreto nas escolas de Ensino Fundamental I de Salvador.

São depoimentos expressivos que estão presentes na escola, mas invisibilizados pelo racismo religioso e pela intolerância religiosa que violentam as subjetividades dos nossos alunos e alunas. Ainda há muito o que fazer nessa área. Penso que a diversidade religiosa ainda é vista como tabu em todas as esferas

---

<sup>1</sup> Colocar as oferendas para os orixás.

educativas do país. Isso precisa ser refletido e mudanças nas posturas são urgentes e necessárias.

A Educação Básica enquanto solo fértil nos abre muitas encruzilhadas educativas e aprendi a amar esse campo de ação, reflexão, pesquisa e prática educativa. Embora nos falte reconhecimento, vamos nos empoderando e reescrevendo nossa existência enquanto profissionais e pesquisadoras. Em tempos de pandemia, reencantar as crianças para esse retorno à escola, ao aprendizado escolarizado e à construção do conhecimento é o nosso maior desafio atualmente.

Foi muito significativa para mim essa experiência do trabalho efetivo com a religiosidade na escola, mesmo que desenvolvesse práticas enfocando a diversidade étnica e cultural, amparada pela legislação na escola há algum tempo. Essa atividade foi reveladora do quão pertinente é a realização de atividades que tragam a realidade dos educandos para a sala de aula. Não sei se agi corretamente, mas os resultados foram muito importantes para uma reflexão colaborativa no ambiente escolar. Talvez eu nem tenha a consciência de alguns enfrentamentos que ousou fazer, usando as fissuras e brechas que nos restam nessa colonialidade do ser, do saber e do poder que enfrentamos nesse país e no ambiente escolar.

Observa-se que a violência psicológica causada pelo racismo é muito perigosa, causando sofrimentos e tristeza nas crianças e em nós. Voltando à questão da solidão nessas práticas, ela vai seguindo nos rondando, pois não há uma adesão sistemática da coletividade escolar para que isso se torne uma prática efetiva; são ações episódicas realizadas por uma pessoa que pôs como princípio educativo essas ações.

Como nossa/minha perspectiva é trabalhar as práticas antirracistas para que o amor vença a dor, como nos impulsiona bell hooks, insistiremos/insistirei na prática educativa que inclua, que preze pela diversidade religiosa, cultural, étnica, sexual dentre outras, para que tanto as crianças quanto eu consigamos vislumbrar um esperar de mundo melhor, menos violento, menos racista e mais humanizado.

Aprendi com a saudosa Makota Valdina Pinto que não somos descendentes de escravos e sim descendentes de povos que foram escravizados mercantilmente. Povos esses que trouxeram memórias, culturas e processos civilizatórios que foram cruciais para nossa existência hoje, pois a escravidão é uma ação exploratória que desde a primeira propriedade privada ocorreu na sociedade. Todavia, a escravização mercantil e de coisificação que fizeram com os povos negros africanos deixou marcas profundas em toda a sociedade e em cada uma/um de nós.

Saber que tenho uma origem, um solo inicial dos nossos ancestrais é honrar seu legado e me posicionar perante o mundo, a partir da roça, interagindo com a cidade há quase trinta anos, sendo negra, moradora da periferia, mas também pesquisadora, estudante, educadora, formadora com identidades múltiplas que dialogam comigo. A reconstrução da pele negra que se recobre de máscara branca (FANON, 2008) é um desafio diário.

A filosofia Ubuntu nos ensina que só existe o “Eu sou porque nós somos”. Se estou nessa posição hoje, não tenho mérito nenhum sozinha, pois foi uma rede de colaborações, um rosário circulado, nas rodas da pedagogia negra, ensinadas por Narcimária Luz e Marco Aurélio Luz, discutindo o negro no livro didático com nossa querida militante e cientista educacional, Professora Ana Célia Silva, nos ensinamentos sobre história da África com a Professora Marli Geralda, do conhecimento sobre as Línguas Bantu e as Africanias com a Professora Yeda Pessoa de Castro, das pedagogias de terreiro com a Professora Vanda Machado, dos processos civilizatórios conhecidos, nas visitas aos terreiros mesmo sem ser iniciada, mas aproximada.

Ouso me perceber como uma agente ativa na Educação Básica, na busca do desenvolvimento de práticas antirracistas. Sei que tenho muito a aprender e a ensinar também, porém, através do diálogo e da intencionalidade podemos ensinar a combater os silenciamentos e desigualdades e produzir resistências que reverberem nas nossas vidas. Uma semente só germina se for plantada, mesmo entre pedras, no terreno duro ou no asfalto.

Mesmo nesses lugares difíceis, das suas fissuras podem brotar flores e plantas.

Eu não saberia dizer qual atividade teve mais relevância nessa caminhada de quase trinta anos de magistério. O trabalho nas escolas comunitárias de Marechal Rondon, Campinas, na Paroquia São Lucas Evangelista. O curso de Pedagogia, ou a formação no Ilê, ou o Estágio Supervisionado ou o Tirocínio Docente no Mestrado com/ou o próprio curso de Mestrado em Educação em Educação e Contemporaneidade. Cada um contribuiu para a minha construção/reconstrução em cada momento histórico vivido. São muitas as influências formativas, a prática, a teoria, a vivência, o estudo, as experimentações, os exemplos dos educadores e educadoras, os cursos de formação que tínhamos pela Secretaria Municipal de Educação ou pela Secretaria de Alfabetização Continuada do Ministério da Educação, coisa rara hoje.

Nessa perspectiva, percebo que a imersão nos conhecimentos sobre ancestralidade, memória, culturas negras africanas e afrobrasileiras foi e tem sido imprescindível. Isso sim me acalmou o coração, me ascendeu a autoestima, a confiança e a percepção das nossas histórias como valorativas na reconstrução do ser mulher negra da roça interagindo na cidade e se alimentando das diversas possibilidades de coexistir nessa sociedade racista e desumana. Reacender a humanização dentro de mim é o que fazem as culturas negras na minha vida. Já dizia o poeta e escritor Aimê Cesaire que negro era e negro ficaria e levo essa máxima para a minha existência: negra sou e negra ficarei.

Conversando com as mais velhas da Irmandade do Rosário, ou com os mais velhos que se aproximam de mim e eu deles, aprendendo sobre a religiosidade negra do meu lugar de catolicismo negro sem ser iniciada nas religiões de matriz africana, porém, nutrindo um profundo respeito e luta pelo respeito à diversidade religiosa.

Se tornar professora antirracista é uma postura ética, uma tomada de decisão que envolve os diferentes aspectos da nossa vida, um processo contínuo que precisa ser retroalimentado diariamente.

Nessa procura, nem sei se já sou; sigo tentando. Sabemos que isso não acontece por investimento das entidades oficiais, mas na coletividade, nos movimentos de negros, nas coalizões negras e no movimento de mulheres negras que dão subsídios para nossa reconstrução. Eu compro livros de literatura tanto para uso pessoal como para o trabalho na escola, de pensadoras/es e pesquisadoras/es negras, pago as formações, seminários, cursos, etc. Assisto a lives, vídeos, podcasts, etc, que nesse tempo de pandemia têm sido muito úteis. Existe um investimento árduo que é feito contando apenas com alguns poucos pares.

O que dói é saber que estão sempre nos sugando, mas reconhecimento não temos quase nenhum. Exemplo disso é que na Rede Municipal de Salvador somos muitas mulheres negras com práticas e formação na educação antirracista, porém, nosso trabalho fica restrito às nossas salas de aula e projetos alternativos voluntários. Existe uma gama de algumas colegas, ou melhor, amigas que são professoras antirracistas, pesquisadoras e com vasta experiência na educação em vários níveis e são/somos invisibilizadas nas redes onde atuamos.

O fazer da prática pedagógica antirracista é um fazer, na maioria das vezes, solitário. Percebo que se assemelha ao que bell hooks (2010) fala no texto *Solidão da mulher negra*, onde ela diz que na vida da maioria de nós mulheres negras quase não existe amor ou experimentamos quase nenhum amor. Ou que é coisa rara ter sido discutido/pensado sobre o amor na vida das mulheres negras em público e quase não se conversa sobre isso. A sobrevivência obrigou a repressão do amor, mas ele é imprescindível para nossa construção como ser que se faz nas relações.

Penso que a construção dessa prática pedagógica antirracista necessita de amor, de coletividade, de apoio, mas quase ninguém pensa sobre isso ou sequer é simpática ou simpático a nossos enfrentamentos. A solidão bate quando eu não sinto a simpatia no rosto de alguns colegas, quando não tenho com quem dividir as alegrias e as frustrações no fazer pedagógico, quando tenho que gastar os poucos recursos que me restam se eu quiser me

instrumentalizar com materiais, obras literárias, eventos ou participar de alguma coletânea escrevendo textos sobre minha prática. Ninguém financia nem oferece salários dignos de modo que possamos retirar para essas ações e que não faça falta no orçamento.

Me apoio em bell hooks (2010), quando a autora ressalta que o amor pode ser uma presença ativa na vida das mulheres negras como também em nossos lares. É imprescindível acrescentar que o amor tem que estar presente também nas vidas de todas educadoras e educadores, assim em nossas escolas, creches e universidades. Acredito que a aducação antirracista é um ato de amor conosco e também com as educandas e os educandos.

Se a praticidade e a arte do amor se iniciam com nossa competência de autoconhecimento e afirmação (hooks, 2010), então, cada educadora que desenvolve uma prática antirracista, inclusiva e que prioriza a diversidade ao invés da individualidade está efetivando um ato de amor ou a arte de amar e com isso minimizando a solidão e a falta de amor na vida de muitas meninas negras e meninos negros.

Se isso é a prática do amor, eu tenho amor na minha vida e prática pedagógica. São muitos os meus amores: minha filha, minha mãe, meu companheiro, minha prática antirracista, meus alunos e alunas, amigas e amigos, a Irmandade, minha família sanguínea, as artes, o estudo.

No chão da escola comunitária antes e da escola pública agora, nas atividades acadêmicas ou sociais e culturais, plantando a semente do baobá, das contribuições que as irmãs e irmãos do Rosário me dão, dos tantos e tantas educadoras/es, a família, os amigos, o movimento negro e de mulheres negras, das feministas negras, vou caminhando por entre as gretas e frestas, busco o ar, as energias da luta e da resistência me constituem enquanto educadora antirracista.

Cabe acrescentar que a Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho é uma entidade com diversas características: religiosa, social, política, cultural e de origem africana, então no seu contexto, ela pode ser considerada sim um movimento social,

onde as lições das Comunidades Eclesiais de Base<sup>2</sup> também permeiam sua existência.

As Comunidades Eclesiais de base são imprescindíveis enquanto movimento social dentro da Igreja Católica e suscitaram muitas atividades culturais, sociais e reflexões temáticas, até mesmo políticas para a emancipação e tomada de consciência dos leigos e leigas dessa religião.

As memórias, o patrimônio material e imaterial, os saberes e as práticas dessa Irmandade que já passa dos quatrocentos anos de existência, contudo, tem 336 de reconhecimento oficial, pois sua data é 1685. Ela impacta bastante na minha existência enquanto mulher negra, membro, pesquisadora da entidade e educadora.

Dessas pequenas fissuras vão surgindo algumas flores e plantas no esperar que vislumbra práticas e vivências menos dolorosas. No canto, na dança, na voz, na fala, nas rodas de conversa e na narrativa de si e de nós vou/vamos nos reconstruindo nesse caos no qual estamos imersas/imersos. Lançando olhares e semente para o futuro porque a filosofia Sankofa nos inspira a buscar, naqueles que nos antecederam, a força para a continuidade desses passos que vêm de longe. Nesse sentido, urge acrescentar novas pegadas nas encruzilhadas, caminhos e estradas. Na perspectiva de dias melhores, porque está muito doloroso e nós não queremos dor, queremos amor, muito amor.

## Referências

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscara Branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

---

<sup>2</sup> Comunidades Eclesiais de Base são comunidades inclusivistas ligadas, principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor. In: **Portal Geledes**, 2010, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor> Acesso em: 12 set. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

LORDE, Audre. Para vocês. 2015. **Portal Geledés**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-poesia-de-audre-lorde> . Acesso em: 10 ago. de 2021.

SAM-LÁ ROSE, Jacob. **Poetry, Sable: the Literature Magazine for writers**. Winter,2002, p. 60.

SANTANA, Analia. Diversidade étnica e religiosa na Educação Fundamental I: Construindo o respeito? In: SANTOS, Deyse Luciano de Jesus; ARAÚJO, Jurandir de Almeida; SOBRINHO, Raquel Alves (org.). **“Conhecereis a Verdade e a Verdade vos Libertará!”: Ancestralidades, religiosidades, educações e identidades na educação contemporânea**. Curitiba: CRV, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **“Tornar-se negro” - As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

## A arte de ser professora

Anete Carvalho dos Santos

Meu nome é Anete Carvalho dos Santos, tenho 46 anos, moro e trabalho na cidade de Santo Amaro, no Estado da Bahia. Sou professora, com formação inicialmente em Magistério e graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com Especialização em História da África pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atuo em sala de aula há 22 anos no mesmo município onde resido. Sou mulher negra, lésbica e mãe solteira de dois filhos: uma menina de 26 anos e um menino de 16 anos. São os filhos que a vida me deu de presente e eu, enquanto mãe solo, quebrando as barreiras impostas por essa sociedade machista e sexista, acolhi com muito amor. Na minha família sou vista como a pessoa que levanta polêmicas porque me posiciono sempre contra o racismo, a violência contra mulher, a homofobia, dentre outros temas que negam os direitos humanos, incomodam e, por isso, muitos não aceitam falar a respeito.

Venho de uma família humilde e muito grande. Tenho onze irmãos e muitos sobrinhxs e sobrinhxs netxs. Uma família onde tudo vira festa, com muito barulho e alegria. E como toda família, a minha também não é perfeita! Por isso, vivemos momentos tensos, momentos intensos, entre altos e baixos, mas o mais interessante é que procuramos sempre colocar em prática os ensinamentos dos nossos pais, especialmente os ensinamentos da nossa matriarca. Minha mãe, mulher negra, símbolo de resistência e solidariedade, sempre me mostrou a importância da vida, de estar atenta às questões sociais, aos direitos e à solidariedade para com o próximo/a. Ela me deixou várias lições e exemplos de vida. Entre tantas qualidades que tinha, a que mais admiro era a sua humildade, pois sempre estava disposta a ajudar e dividir o pouco que tinha com alguém que precisava. Além disso, conseguia mobilizar outras

peessoas para alguma ação comunitária. Posso dizer que cresci numa família de militantes, pois, minha mãe, meus irmãos mais velhos, junto com outras pessoas da comunidade, desenvolviam várias ações sociais comunitárias e criaram até uma associação de bairro. Eu era muito pequena, mas lembro com prazer das reuniões e vários mutirões para a construção da sede, sem falar das atividades artísticas, culturais e políticas que aconteciam no nosso bairro. Foram bons tempos que me proporcionaram muitos conhecimentos. Ainda criança fiz parte de um grupo infantil que foi criado por uma das minhas irmãs mais velhas, que o liderava com outras pessoas. Nesse espaço de convivência nos reuníamos para cantar, rezar, brincar. Fazíamos passeios culturais pela cidade, visitávamos o abrigo de idosos, organizávamos campanhas, ensaiávamos quadrilha junina, íamos à missa, ou seja, tínhamos uma participação social bastante agitada. Por isso, víamos o grupo como a extensão da família, uma família mais ampla.

Em meio a todo esse movimento, ainda criança tive a oportunidade de participar de um grupo de dança e logo depois de teatro, que abriram ainda mais o meu olhar para o mundo. Penso que aquelas experiências trouxeram para a minha vida novos conceitos e conhecimentos que ajudaram na minha formação. De lá para cá, continuei envolvida em grupos de jovens e ações da comunidade até chegar ao movimento negro e decidir ser professora. Minha mãe foi a grande mentora de tudo isso e por “Ela” ter sido a pessoa que mais influenciou na minha escolha profissional é que lhe dedico, *in memoriam*, esse texto.

“SER PROFESSOR, ARTE E AMOR”. Esta foi a frase sobre a qual refleti durante o processo de formação para o Magistério e, no período do estágio, carreguei essa frase estampada na camisa durante três meses. Lembro-me como hoje: essa frase foi sugerida por mim e aceita por todas as colegas que faziam parte da turma. Isso mesmo: Magistério! Foi a minha primeira formação e que abriu as portas para o meu acesso à academia. Escolhi fazer Magistério porque me identificava e porque era um dos cursos que tinha disponível no Teodoro Sampaio, escola pública de Ensino Médio

aqui da minha cidade. Lembro que na época a escola também ofertava o ensino nas áreas de Administração e Contabilidade, mas o desejo pelo magistério me acompanhava, principalmente por causa de minha mãe. Sou a penúltima filha de uma família de doze filhos criados – pois, minha mãe acabou perdendo 5 filhos durante sua longa maternidade – criando, então, 6 mulheres e 6 homens. Minha mãe, mesmo não tendo a oportunidade de frequentar a escola e com todas as dificuldades que uma família pobre enfrenta, sempre possibilitou aos seus filhos o acesso à educação e sonhava um dia ter filhas professoras. Ela então realizou o seu sonho – ainda em vida – quando as três filhas mais novas resolveram fazer Magistério. Uma dessas filhas sou Eu. Aprendi a ler cedo e com 6 anos já estava alfabetizada. Antes de ser matriculada na escola, fiz “banca” – antigamente era assim que se chamava o que hoje é Reforço Escolar – e lá comecei a ter contato com as letras e os números. Depois da banca minha vida escolar toda foi em escolas e instituições públicas.

Hoje penso com carinho nas professoras que passaram pela minha trajetória escolar e deixaram marcas positivas que me ajudam a ser a professora que sou. Essas mulheres, cada uma com o seu jeito peculiar, me mostrou um caminho. Ainda lembro o jeito de minha professora alfabetizadora, sempre meiga, muito segura e responsável no cuidado com seus alunxs. E na quarta série do Ensino Fundamental tive a oportunidade de conhecer o lado profissional e materno de uma professora que era temida por todos os alunos naquela escola. Foi ela quem identificou uma dificuldade na minha fala e na minha escrita e me ajudou a superar tal dificuldade antes que eu ingressasse no ginásio. Já na quinta série, uma professora de Matemática me mostrou o quanto é prazerosa a arte de ensinar, despertando em mim a vontade de ser professora. Chegando no Magistério, comecei a pensar na possibilidade de entrar em uma universidade por influência de uma professora maravilhosa. Ela era inspiradora e se mostrava muito preocupada com o futuro de suas alunas, que na sua maioria eram mulheres negras e periféricas. Ela sempre nos provocava sobre a necessidade

de buscar uma formação superior, pois a universidade seria uma ponte para acessarmos espaços sociais e econômicos que tanto a sociedade classista e elitista nos nega. A partir de então, me senti mais impulsionada a buscar a autonomia que ainda criança já almejava. Sentia a necessidade de ser independente, dizia sempre que não iria me casar, desejava ter uma profissão, um emprego e ser livre de qualquer opressão. Então, por que não dizer que essas mulheres, além das referências familiares, influenciaram minha formação pessoal, profissional e de militância? Considero que a minha prática pedagógica hoje reflete as experiências vividas com elas e que, de uma forma ou de outra, mudaram a minha vida. Com cada uma aprendi o que bem afirmou nosso mestre Paulo Freire: “Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.”

Ser professora e atuar no cenário realista que é a sala de aula não é muito fácil. E aqui me refiro à realidade da escola pública, pois é onde atuo. Este ambiente é onde o professor convive com pessoas de diferentes realidades, seja a realidade pessoal – vontades, desejos, comportamentos, limitações físicas e/ou psicológicas de cada indivíduo; e a realidade social na qual esse indivíduo está inserido – pobreza, fome, desemprego. Como se não bastasse lidar com essas dificuldades, o professor também precisa enfrentar um sistema que tenta a todo custo sucatear o ensino público por meio do não investimento nas escolas e a não qualificação dos seus servidores, ou seja, de todos os profissionais que estão na ponta, tentando promover a educação para esses indivíduos/alunos. Por essas questões a arte de ensinar pressupõe enfrentamentos muitas vezes desgastantes e, por que não dizer, desafiadores. Mas acredito na Educação e, particularmente, reconheço que acima de tudo essa arte não deixa de ser encantadora.

Logo, não me arrependo de ter escolhido tal profissão, pois com ela me sinto completa e realizada. É gratificante quando vejo o brilho nos olhos de um aluno ao descobrir algo novo ou quando

o indivíduo consegue ler as primeiras frases superando todas as condições adversas que lhe são ofertadas. Isso pressupõe a superação desse indivíduo e a sua inserção em um novo contexto social, lhe possibilitando novas oportunidades de vida. É em meio a tantos desafios que o processo de educação me motiva a continuar para que eu possa atuar como ferramenta na mudança de vida de pessoas, sejam elas crianças, jovens ou adultos.

Durante os meus vinte e cinco anos de magistério e mais de vinte e dois anos atuando em sala de aula, aprendi que ninguém nasce pronto, mas vai se construindo a cada experiência vivida, a cada troca de conhecimento. Lembro que minha primeira experiência formal com o magistério foi numa creche, com crianças de 3 anos. Digo formal porque antes precisei trabalhar com reforço escolar para suprir as necessidades financeiras do curso de Magistério, pois meus pais não tinham condições de bancar todos os gastos que o curso exigia, como fardas, materiais pedagógicos, festinha de encerramento do estágio, lembrancinhas para alunos, dentre outras coisas.

Eu estava recém-formada quando recebi um convite que para mim foi muito desafiador: ensinar crianças de três aninhos numa creche em Salvador, no bairro de São José de Amaralina. Essa foi minha primeira experiência em sala de aula, na condição de professora regente, e lembro que inicialmente fiquei um pouco preocupada, me perguntando se daria conta de uma turma de mais ou menos quinze alunos com a faixa etária de três anos. Para mim essa foi uma experiência inesquecível porque até hoje lembro como pude ajudar aquelas crianças a desenvolverem várias habilidades importantes para sua idade. Mas não foi fácil, pois algumas crianças apresentavam déficit de atenção, tinham muita dificuldade para se concentrar, por isso não conseguiam desenvolver as atividades propostas. No intuito de despertar a atenção e a concentração daquelas crianças comecei a usar a música durante as aulas e tal ludicidade tornou-se uma estratégia utilizada em todo o contexto de aula: nas atividades voltadas para desenvolvimento da coordenação motora, na matemática ou na

linguagem. A música despertou nas crianças uma boa concentração e elas passaram a desempenhar melhor suas atividades. Criávamos uma musiquinha para tudo, buscando dar ritmo e movimento às atividades e, dessa forma, não as esquecer. Recordo-me vagamente (digo vagamente, pois não lembro o seu nome, nem suas feições) de um aluno que me chamou atenção inicialmente por conta do seu jeito arredio, aparentemente violento, mas depois de algumas investigações percebi que todo aquele comportamento era devido às condições de vida e aos maus tratos que recebia. O que na verdade ele precisava era apenas de carinho, atenção e limites, além da alimentação que em casa faltava e na creche ele tinha. Esse aluno me ensinou a perceber alguns limites, me tornando mais sensível na arte de ensinar, pois foi a partir daí que comecei a perceber o meu papel enquanto professora, entendi que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas sim trocar conhecimentos e perceber que o outro sempre tem algo a oferecer. Nesta creche trabalhei apenas um ano, pois precisei retornar para Santo Amaro por questões pessoais, mas sinto que foi ali que dei início à minha jornada pedagógica.

Retornando à Santo Amaro, pouco tempo depois, por meio de concurso, passei a fazer parte do quadro de professora efetiva, onde até então trabalho. Durante os quase 22 anos como professora do ensino público, na Secretaria Municipal de Educação desta cidade, desempenhei diversas funções com públicos diferentes: estive coordenadora de escolas; ocupei o cargo de diretora escolar; fui coordenadora de área na Secretaria de Educação; trabalhei com EJA (Educação de Jovens e Adultos) tanto na coordenação quanto na regência de sala; trabalhei com crianças com deficiência na APAE; atuei com alunos do Ensino Fundamental II e hoje leciono para alunos do Ensino Fundamental I. Certa feita, me ocorreu um episódio numa escola que atuava durante um momento conturbado na política da cidade, onde a gestão municipal não separava profissionalismo de politicagem. Lembro-me que naquele momento nós professores vivíamos momentos tensos, muitos sendo humilhados, desrespeitados, ameaçados. Foi justamente

neste momento que aconteceu este episódio que na época me deixou muito preocupada e inquieta.

Lembro que a diretora dessa escola, assim como muitos outros servidores que atuaram durante aquela gestão, apresentava um comportamento meio ditador, o que dificultava o trabalho no ambiente escolar. O positivo era que nós funcionários não compartilhávamos de tal comportamento e deixávamos isso muito nítido. Sempre me posicionava diretamente colocando o meu ponto de vista, defendendo uma educação democrática e justa. Por esse motivo, percebia que não era muito bem-vista por ela (diretora). Eu ensinava nesta escola durante dois turnos: pela manhã e à tarde. Em um dos turnos trabalhava com uma turma bem agitada, crianças entre nove e onze anos de idade, alguns muito levados, mas nada que eu não conseguisse contornar. Num certo dia, durante a aula a diretora invadiu o espaço da sala de aula com dois rapazes e, sem se apresentarem, começaram a falar com as crianças num tom ameaçador como se fossem policiais. Falaram sobre o comportamento das crianças, a vestimenta, o uso do boné de maneira muito agressiva. Não gostei da forma como eles se direcionaram às crianças, inclusive, por terem sido muito mais estúpido com um dos alunos que os desafiou. Questionei sobre suas posturas, por que entraram na sala interrompendo a aula e foram rudes com as crianças sem nem mesmo se apresentarem. No momento em que estava conversando com um dos rapazes, aquele aluno que os tinha desafiado se revoltou ainda mais e começou a dizer palavrões, quando o outro (rapaz) o pegou pelo braço para retirá-lo da sala. Foi então que me dei conta que o aluno tinha sido conduzido até o banheiro e logo fui verificar. Ao chegar lá percebi a porta fechada, então, solicitei que abrissem, pois ouvia choro e gritos da criança. Entrei no banheiro e imediatamente tomei a criança dele dizendo que não seria daquela forma, gritando e/ou ameaçando que poderia educar, e que deixasse comigo, pois conhecia o aluno e sabia de suas fragilidades. Consegui acalmar o aluno e muito revoltada chamei a atenção dos funcionários para

que todos ficassem cientes do ocorrido e, demonstrando toda minha indignação à diretora, conversei com ela.

Este acontecimento me deixou muito preocupada, pois pensei o quanto o contexto político da cidade influenciou aquelas pessoas a terem certas posturas. Mas, ainda que me sentisse temerosa, a indignação diante da minha postura de professora e minha trajetória de militância me deram forças para questionar aquela situação. Resolvi procurar a Secretaria de Educação e relatar todo o ocorrido. As pessoas, na época responsáveis, se mostraram contra aquele tipo de comportamento e me garantiram que não tinham conhecimento da visita dos rapazes à escola. Confesso que fiquei mais tranquila, mas ainda indignada com o ocorrido. Lembro que no momento levei também esse relato, em forma de denúncia, em uma reunião da RMNBA – Rede de Mulheres Negras da Bahia – durante uma roda de conversa e confesso que ali me senti muito mais forte, pois quando ouvi as companheiras, percebi que não estava sozinha e isso me fez seguir com a certeza de que esse também seria um dos meus desafios de professora.

Esses anos de experiências na área de educação, particularmente atuando nas instituições públicas do município de Santo Amaro, me fortaleceram como profissional, me fizeram amadurecer e, principalmente, tornaram-me mais humana, sensível às fragilidades dos outros e outras. Durante esse tempo tive oportunidade de conviver com públicos e espaços diferentes. Aproveito para aqui agradecer a todas (os) aquelas (es) que me ajudaram e/ou me ajudam neste processo: os alunos e alunas que passaram por mim e deixaram impressões significativas, as colegas de trabalho que trocam experiências que me fortalecem na luta diária contra esse sistema injusto, os profissionais que enxergam em mim uma profissional, as mães e pais que confiam os seus filhos e filhas a mim e acreditam na educação.

Diante de acontecimentos e vivências de prática pedagógica, peço licença para brevemente, registrar aqui, mais dois momentos que marcaram profundamente minha vida enquanto professora,

tendo em vista que aqui na minha cidade muitos me identificam como “professora” e isso soa para mim como uma nova identidade.

No ano em que iniciaria o trabalho com o público da EJA, não lembro ao certo em que ano se deu esse acontecimento, mas sei que seria, para mim, uma nova experiência, e lembro que a escola para onde fui enviada para lecionar à noite ficava situada num dos bairros de periferia daqui da cidade. Era uma escola pequena e com um número reduzido de pessoas matriculadas neste segmento e, por isso, não formavam as turmas necessárias de acordo com o número de professoras que estavam lá disponíveis. Para tentar solucionar este problema, como estratégia a escola criou uma campanha na qual nós, professoras, iríamos nas casas convidando as pessoas da comunidade que não tinham concluído o Ensino Fundamental I para se matricularem em tal segmento e assim conseguimos formar as turmas com um número satisfatório de alunos. Durante a busca por alunos, um jovem senhor me chamou a atenção. Quando cheguei na sua casa, me apresentei e apresentei a proposta da escola. Ele imediatamente se recusou a se matricular alegando que não tinha mais idade nem paciência para isso, que o tempo dele já havia passado. Diante do exposto, percebi que ele apenas precisava de um incentivo e isso fiz, convencendo-o, por fim, depois de alguns argumentos, fazendo com que ele e o seu irmão, que estava em uma outra série, também se matriculassem. No primeiro dia de aula, lá estavam os dois muito animados na certeza de que seriam meus alunos. Foi quando apresentei ao jovem senhor a sua professora e ele se recusou a fazer parte de uma outra turma que não fosse a que eu ensinasse. Mais uma vez precisei usar vários argumentos para convencê-lo a continuar e não desistir. Pouco tempo depois, fui transferida para uma outra escola, mas este aluno continuou estudando e conseguiu concluir o ciclo. O positivo nesta história é que a partir de então ele se dedicou aos estudos, concluiu o Ensino Médio e, ainda que eu não tenha sido sua professora, na prática ele desde o primeiro contato me tratou como se fosse. E até hoje, em qualquer lugar que o encontro, ele me recepciona como sua professora e faz questão de narrar toda história, agradecendo-

me por tê-lo motivado a seguir com seus estudos, pois se não fosse assim, a sua vida não teria passado por várias mudanças positivas. Suas palavras me emocionam sempre porque me fazem perceber o quão importante é a minha profissão e o quanto eu tenho de ir contra este sistema que está estabelecido nesta sociedade.

Outro fato que me marcou muito, em meio a tantos outros, aconteceu na escola na qual hoje leciono. Quando cheguei nesta escola, os funcionários me alertaram sobre um aluno que estudaria comigo. As pessoas o qualificavam como um menino violento, brigão, indisciplinado, mal-educado e, inclusive, contavam algumas histórias meio macabras em relação a ele e sua família. Eu não me deixei influenciar pelas informações, preferi conhecê-lo pessoalmente sem pré-julgamentos e realmente percebi que aquele seria mais um desafio para mim. Um aluno mais velho, estudando numa turma de crianças mais novas, porque ele estava em idade/série distorcidas, já havia repetido o mesmo ano (série), algumas vezes, e não conseguia acompanhar o aprendizado da turma porque não sabia ler e apenas copiava. Além desse aluno tinham outros na turma, nesta mesma situação, mas esse aluno me chamou a atenção por causa dos julgamentos que já se faziam sobre ele e também por sua carência e os maus comportamentos que, ao mesmo tempo, retratavam seu desejo de aprender. Lembro o que ele sempre repetia: “Minha mãe disse que sou burro e por isso nunca vou conseguir ler”. Então, entendi que sua revolta e muitos dos seus gestos grosseiros eram apenas o reflexo da condição de vida que lhe era oferecida. Pois bem, percebi que precisava ajudá-lo a superar aquele momento e a partir daí procurei desenvolver na classe atividades que despertassem a autoestima dos alunos, fazendo com que toda a turma se enxergasse como alguém que faz parte de uma sociedade onde todos têm direitos e deveres, onde é preciso respeitar o outro para ser respeitado.

Além disso, fiz um trabalho diferenciado, direcionado à alfabetização desse aluno e a sua irmã – que estudava na mesma classe. Intensifiquei as atividades de leitura e escrita propondo alguns desafios e os incentivando a buscar ajuda com as pessoas

próximas para desenvolver as atividades de treino de leitura que passava para casa. Foi um grande desafio, mas que teve um bom resultado, pois em cada avanço que ele conseguia ter, era perceptível sua mudança de comportamento. Por fim, esse aluno conseguiu superar essas dificuldades, aprendeu a ler e passou a ser um dos alunos mais participativos e interessados da classe. Na escola sua transformação passou a ser comentada pelos funcionários que, a partir de então, o viam de forma positiva.

Esse processo de trocas de experiências me faz perceber que a sala de aula é para mim o espaço de autonomia, de compartilhamento, de trocas, de construção e transformações. É o lugar que me legitima enquanto professora porque consigo sentir a verdadeira necessidade do indivíduo e ajudar na sua formação, ainda que seja apenas na construção da sua autoestima. Entendo que o autoconhecimento motiva o indivíduo a refletir e isso o torna mais preparado para enfrentar várias circunstâncias que lhe são oferecidas.

Sei que são grandes os desafios impostos à educação, mas, ainda assim, compreendo que enquanto professora posso colaborar, mesmo que seja um pouco, na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.



## Resistir é uma arte

Carla Caroline S. de Santana

Resistir é uma arte na sociedade em que vivemos. Uma arte porque o existir nos exige que desempenhemos vários papéis, exige da gente uma força sem tamanho, uma força descomunal. Existir é apenas uma forma de irmos contra toda uma lógica social que teima em invisibilizar-nos, então, eu como mulher, mulher preta, mãe, filha educadora, resisto para continuar existindo.

Me chamo Carla Caroline S. de Santana, natural de Santo Amaro da Purificação, filha de Zélia e Augusto, ambos com primário incompleto. Minha mãe é dona de casa, empreendedora, fazia doces e espichava cabelo para ter renda; meu pai é mestre de obras e estavam sempre atentos à nossa criação. Sou a caçula de 5 irmãos.

Apesar de meus pais terem pouco estudo, sempre se preocuparam que tivéssemos oportunidades para estudar. O incentivo começou com as minhas irmãs mais velhas, que demonstravam aptidão para docência. Para elas meu pai construía recursos de madeira, como relógios e outros instrumentos que precisassem para trabalhar com reforço escolar e até para que aprendêssemos as horas. Essa é uma das lembranças sempre comentada por elas em alguns encontros familiares.

Diante de tanta ocupação diária minha mãe não abria mão de sempre me ocupar com reforços escolares, atividades esportivas, música, artesanato e, mais do que nunca, agora vejo o quanto foi importante para minha vida o bordado, a pintura, a dança. Tudo isso é um pedaço essencial da artesã que sou; é uma forma que minha mãe encontrou de me dar oportunidades para a vida e em sociedade, pois diante das dificuldades eu teria outras opções de atividades remuneradas, assim como também uma terapia para a vida. Minha mãe estava sempre a trabalhar, mas todos os dias reforçava: “Se quer ter um bom futuro, tem que estudar, nada vai cair no seu colo de

mão beijada! Nada é fácil!”. E realmente não é, Mainha! Pela minha dificuldade inicial passei por algumas coisinhas na escola que me esforço para que meus filhos e alunos não passem. Menina preta, gorda, de cabelos crespos, foram inúmeros apelidos, pois não atendia aos padrões e isso me entristecia.

Na escola de educação religiosa, as crianças quando completavam 8 anos já podiam fazer catequese e algumas podiam participar como anjos no mês de Maria. Me empolguei, desenhei meu vestido de primeira eucaristia, falei com minha mãe e além da eucaristia também queria ser anjo. E lá fui eu no sábado encontrar a professora e o grupo no sábado para a missa. Toda a minha turma estava lá, quando a professora começou a chamar as colegas que fariam parte do coro de anjos e eu me levantei, pois queria ser anjo, quando ouvi: – Você não pode ser anjo. E como criança eu queria saber o porquê e ela simplesmente disse que eu não podia, pois anjos tinham cachinhos e eu não tinha! Cabelo crespo e trançado nagô não atendiam aos padrões. Hoje entendo que o não ter cachos não me encaixava nos padrões do que era belo; foi uma forma de dizer: Você não se encaixa aqui! Me pergunto quantas como eu ouviram ou viveram situações como essa. O quanto impactou na vida, na autoestima de crianças? Quanto alguém que se destina a educar deixa marcas na personalidade das crianças que estão ali a se desenvolver?

Mais do que nunca busco recordar na minha caminhada como docente dessas e outras histórias, pois temo ações negativas, já que elas causam uma mistura de medo, ansiedade, responsabilidade, não só empatia, mas a responsabilidade de estar tocando a vida do outro. Confesso que doeu, doeu muito! Pois os apelidos se intensificaram na escola quanto ao cabelo, à dificuldade e ao peso. Algumas vezes, ao se referir a mim a professora dizia: – Chama a gordinha ali. Para as outras crianças era um prato cheio, entretanto, podemos pensar no racismo recreativo que se encaixa mais na minha história como criança negra, mecanismo utilizado pelo racismo estrutural através de críticas ao fenótipo específico que evidencia o racismo biológico da nossa sociedade. “Brincadeiras”

racistas que se desenvolvem ao longo dos anos através do imaginário social do estereótipo da aparência são naturalizadas em muitos espaços como a escola por serem entendidas com um peso menor e menos impacto na vida do indivíduo. Entretanto, engana-se quem acha que essa prática é ingênua, já que de ingênua ela não tem nada, pois tem é mecanismo de desumanização, que interfere de forma perversa na vida de quem sofre. O educador, a escola, têm mecanismos científicos e humanos capazes de lutar contra a naturalização dessa prática para que não se dissemine, entretanto, me deparei com algumas situações nas quais tais práticas são vistas apenas como piada negra por não conseguirem ou julgarem saber como se consolida o racismo, mas essa mazela social possui muitos mecanismos. Alguns da minha idade dizem que não fizeram a diferença na sua vida, mas como temos personalidades diferentes, algumas coisas deixam marcas profundas.

Minhas irmãs mais velhas sempre foram referências para mim na educação escolar, seja exercendo sua profissão em escolas do distrito ou na sede. Desde a infância aguardava a chegada das minhas irmãs com materiais escolares para as brincadeiras de escolinha, a produção de lembranças, cartazes, tudo isso despertava a minha curiosidade e me motivava a fazer, além de ir com elas às escolas para acompanhá-las, rodar atividades no mimeógrafo, e o que eu mais gostava: as escolas que trabalhavam eram nos distritos, as pessoas eram mais acolhedoras, os espaços para mim como criança eram enormes. Era um lugar mágico, posso dizer.

Ser professora é uma atividade desafiadora. Insistem que o lado maternal descrito no percurso da história da educação seria um laço maior no professorar, entretanto, esquecem que até mesmo a maternidade tem seus limites, precisa impor limites na relação com os seus. No entanto, durante muito tempo se valem dessa identidade maternal que ligam ao professorar e que manter relação deveria se manter no suportar toda a desvalorização, falta de respeito, as péssimas condições e a falta de investimento digno à educação que nos faz passar por situações ultrajantes. No nosso país, o educar, o instruir, o incentivar; tantos nomes que se dá. As

trocas de conhecimentos na minha trajetória surgiram pelas relações sociais que o meio me permitia e com o passar do tempo com as relações estabelecidas que surgiram nas experiências de trabalho. Confesso que essas relações foram regadas a muitos desafios, mas também a felicidade de ver os tracejados se transformarem em letras, das letras em sílabas que ganhavam vida nas leituras e que essas leituras os faziam chegar e voar para onde quisessem e me deram uma sensação de realização.

Na rua onde passei a minha infância e adolescência também havia algumas mães de colegas que eram professoras, então, nós conseguíamos brincar de escolinha, pois sempre havia papel, livros, quem seria a professora, quem seriam os alunos, o que iríamos ensinar e em cada discurso era fácil perceber o espelho das ações dos nossos professores nas nossas interpretações nas brincadeiras, a imitação dos nossos coleguinhos de escola e até das professoras que sonhávamos ser, que era bem semelhante àquela novelinha infantil onde a professora encantava com sua prática acolhedora e carinhosa, entretanto, não se parecia em nada com as professoras de diversas realidades como a minha. Como a ausência de representatividade negra nas telinhas teve um significado nas nossas histórias pessoais que nos levaram até à falta de autoestima; até mesmo acreditar que podemos exercer a docência de forma afetiva e que essa afetividade tenha um impacto nos resultados pessoais e sociais.

Uma outra situação que me faz refletir é o quanto pequenas comunidades educam nas relações interpessoais. Falo isso por conta da responsabilidade afetiva que a vizinhança na minha infância exercia, que se dava desde o tomar conta, o olhar a criança que estava ali junto com os seus a brincar, na criação de atividades lúdicas que acabavam por ter ramificações no auxílio das atividades cotidianas escolares, nas oficinas de artesanato e se estendia nos conselhos para fugir de situações de perigo e conflitos. Isso me remete à educação em espaços não formais onde essa dinâmica social de acolhimento é significativa, faz a diferença não só naquele momento, mas impacta a vida adulta.

Sempre estudei em escola pública, da quinta à oitava série, e isso representou a liberdade. Tive alguns professores que marcaram minha trajetória tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Professoras que deram impacto positivo como a professora Paula Brito, professora de Artes, mulher negra, linda, alegre; com ela experimentava uma arte mais dinâmica; professora Lucimar, de Matemática, com ela a matemática era simples, as equações. Aprendia sem dificuldades, me destaquei na matemática, em outras disciplinas, mas mesmo em uma cidade e escola majoritariamente negra, o preconceito não era nada despercebido, pois surgia dentro da sala de aula com apelidos referentes ao cabelo, com rimas sobre a cor e os docentes muitas vezes nada faziam, não estavam preparados, não sabiam como enfrentar ou naturalizavam, deixavam passar. Infelizmente, mesmo com tanta informação e formação ainda persiste a invisibilização e a recorrência de práticas racistas no ambiente escolar, no ambiente educacional. Mas o que seria preciso? Será que não há ferramentas suficientes que sejam capazes de descolonizar esse currículo que é afetado diretamente por toda a dinâmica social?

Na escola havia uma grande movimentação, pois entre a 7ª e a 8ª série aconteciam apresentações culturais. Recordo-me de uma apresentação sobre diversidade cultural e religiosa na qual minha equipe apresentou as baianas e os orixás, à frente do seu tempo, um diferencial para trazer uma reflexão e conhecimento sobre as religiões de matriz africana. Para alguns de nós que não éramos adeptos da religião foi uma grande descoberta, para mim uma bela vivência, mas para a minha amiga foi tão bonito poder mostrar a sua vivência religiosa, da qual ela tinha um orgulho tão grande. Era uma beleza vê-la dançar e falar de sua religião; vimos como foi importante valorizar e respeitar a diversidade. Recorrendo ao currículo, como já havia citado, anteriormente, anos à frente do seu tempo, a escola, os docentes já encontravam forma de trazer e valorizar as múltiplas identidades e acredito que isso fez toda a diferença para mim e para muitos.

Finalmente, chegou a época de cursar o Ensino Médio e optei pelo curso Normal (antigo Magistério) e a maioria das minhas colegas da outra escola estavam lá comigo: uma sala de 40 mulheres e um homem. Me envolvi em vários movimentos dentro da escola, era ativa e sempre tinha bons projetos. Havia momentos de passar o dia inteiro na escola, principalmente em épocas de feira de conhecimento, feira de literatura, domingo cultural. As feiras de literatura eram o momento do contato com os alunos, eram o nosso laboratório onde construíamos atividade lúdicas para acolhimentos das escolas visitantes, apresentações voltadas ao público infantil. As feiras de conhecimento movimentavam toda a escola e as famílias, cada turma queria trazer o melhor e conseguia. Que saudade! Experimentar, desenvolver recursos lúdicos pedagógicos no processo de conhecimento da área de atuação não era nada fácil, pois os recursos eram escassos, mas para ter o resultado que almejávamos todos se doavam. Era também o momento no qual as realidades se encontravam e também se confrontavam o público das escolas públicas e o público das escolas particulares. Naquele momento as diferenças eram vencidas pela alegria de quem estava ali presente, crianças que queriam ver os personagens, professores que buscavam ideias de jogos ou atividades a serem desenvolvidas, gestoras que buscavam parcerias para apresentações pontuais em suas escolas.

Havia os domingos culturais, desenvolvidos pelos professores de Arte, Marcia Costa, e o professor de Educação Física, Moises Padilha. Estávamos na escola aos domingos com apresentações artísticas, esportivas e culturais. Olha esse diferencial! A comunidade também se envolvia, era lazer e conhecimento misturado; era a valorização do potencial dos alunos. Quantas descobertas, quantos talentos surgiram. A escola foi um grande diferencial na minha vida e na de muitas/os que ainda caminham comigo cotidianamente. Fica evidente que a Arte e a Educação, quando de mãos dadas, têm impactos significativos no contexto de ensino-aprendizagem.

As responsabilidades foram crescendo, enfim, estágio, momento de observar as práticas docentes e logo após assumir a classe. A escola pública, uma sala de aula do 4º ano do Ensino Fundamental, onde as crianças tinham entre 10 e 14 anos de idade. Senti a falta de um envolvimento maior da docente, pois apesar de o universo escolhido ser um espaço já conhecido, era outra situação. Estar ali como responsável pela mediação do conhecimento me fez compreender o quão difícil é a posição docente. Quanta responsabilidade! Você marca a vida do outro! Hoje encontro alguns deles e adoro ouvir: – Professora! Tia! É costume de alguns espaços educacionais e da própria comunidade chamar o professor de tio (tia). Lembro de ouvir de uma professora que ela não era parente de ninguém e sim professora. Pareceu-me ríspida, mas sigamos.

Me tornei mãe adolescente. Confesso que mil coisas passaram na minha cabeça, inclusive ouvi de alguns funcionários da minha antiga escola que minha vida iria acabar por ali. Entretanto, eu senti uma força tão grande que não desistiria de crescer profissionalmente. Concluí o curso normal no ano de 2004 e anos depois, após a conclusão, voltei à escola para acompanhar um aluno especial e encontrei essa funcionária e tive o prazer de dizer-lhe que minha vida não acabou com a chegada do meu filho, pois ele foi um combustível para que eu seguisse. Entretanto, vejo que dentre muitas que se encontravam na mesma situação que eu, chegar à trajetória acadêmica era realmente um diferencial. Não se tratava só de força de vontade, pois existe, socialmente construída, uma força motriz que nos impede, segrega, principalmente a mulher preta, mãe adolescente, de ascender socialmente, que nos impede de ingressar na vida acadêmica, de ser empreendedora, mas em se tratando da vida da mulher negra, mãe solo ou não, a sociedade vai mitigando os sonhos, as dificuldades vão pesando, as cobranças são imensuráveis e, principalmente, vão nos ensinando a desistir e suportar o insuportável. Tive toda uma rede de apoio familiar, meu esposo, meus pais, minhas irmãs, mas nem assim nada nunca foi fácil. E mais ainda aprendemos a desconfiar

quando algo acontece com alguma facilidade e estamos sempre a esperar a dificuldade. E sobre essa parte da minha vida registro aqui, um trecho de um poema que escrevi:

Olha aquela árvore  
Ela fêmea, é uma mulher  
Olha aquela mulher de olhos fundos  
Antes menina, cheia de sonhos  
Raízes firmes no chão a segurar  
Olha o seu tronco forte,  
De galhos firmes a florear  
Olha os frutos que ela dera  
São lindos, são seus  
Olha o que ninguém sabe,  
Por dentro dela para se nutrir  
Para não desabar  
Ela tira forças até de onde não há  
Olha que ninguém sabe  
que às vezes nem cabe o que falar  
Olha que cobram dela um florescer  
Nunca esmaecer,  
Olha o que ninguém sabe!  
Olha o que ninguém sabe!  
O que só ela, só ela sabe!  
Seu tronco já fora morada, sua copa abrigo  
Sua seiva alimento  
Olha o que ninguém sabe!  
Quantas vezes quis acalento  
Quantas vezes secou por dentro  
Suas forças quase esgotaram  
Olha que ninguém sabe!  
Que mesmo em tempo de poda  
Ela não se acomoda,  
Teima em continuar  
A desafiar, ela cresce, floresce  
e suas raízes firmes ao solo  
Continuam a se agarrar  
Olha que em tempo de seca,

Uma gota de água alimenta  
Suas forças a renovar  
Olha o que ninguém sabe!  
Que mesmo só ou de mãos dadas  
Essa menina mulher árvore  
Teima em resistir  
Teima em existir  
Ela cresce, floresce, esmaece  
Contraria  
Mas existe, resiste  
E quando ela se for seus frutos  
Já deram frutos  
E ela continuará a coexistir.

O ingresso na Faculdade particular teve significado muito bom, mas também me fez pensar, refletir sobre oportunidade, ocupar espaços, lugar de fala e a estrutura social e econômica que torna aquele lugar também comercial, não só científico, fruto de uma lacuna deixada pelo racismo estrutural que, muitas vezes, é ocupado por indivíduos que possuem jornadas árduas de trabalho e que também não tiveram oportunidades de apenas vivenciar as fases socialmente construídas como apenas estudantes, que em suas jornadas duplas, triplas, vivem na corda bamba. Não é intenção desmerecer ou desprestigiar, de forma alguma, pois eu sou fruto dessa estrutura que muito foi negada, principalmente, quando se fala em qualidade da educação e estrutura curricular que atenda à multiplicidade social. Muitas oportunidades foram ceifadas pela estrutura social em que vivemos, alguns encaixam até o conceito de Meritocracia, entretanto, não cabe pensar em meritocracia quando está tão evidente uma disparidade social e educacional.

O curso de Pedagogia no ano de 2007, em uma faculdade particular, não foi nada fácil poder custear com trabalho pesado, família unida, alguns planos adiados, um espaço de grandes lições pessoais e profissionais, jornada dupla, tripla de trabalho. A instituição foi um laboratório de vida. Naquela faculdade uma professora, em especial, mudou a minha vida acadêmica:

Professora Alessandra, de Literatura Afro-Brasileira. Sua didática, seu posicionamento como mulher preta mexeu comigo de uma forma que passei a ter um olhar mais atento, crítico sobre as práticas educativas, pois até então na minha vida escolar ninguém havia se posicionado daquela forma. Voltemos, então, a pensar o quanto o currículo docente tem impacto na vida estudantil que está ali na base de preparação social, mas até então o olhar não enxergava as minúcias, mecanismos contidos na estrutura racial e social. Se é uma parte da preparação para a vida em sociedade, nos cabe trazer a problematização e a reflexão e, mais ainda, mecanismos de enfrentamento que a informação traz.

Uma recordação foi uma atividade com uma obra de Monteiro Lobato, que divide opiniões diante da sociedade por ser um ícone da literatura infantil, mas também por carregar uma escrita racista, misógina, pesada. A análise sobre a descrição de Tia Anastácia e de tio Barnabé, quando criança não havia percebido, entretanto, ao descortinar os olhos, aquele momento foi ímpar, aquela atividade foi um grande diferencial e mais do que nunca passei a ler com os olhos mais atentos. Levei para escola e apresentei a meus alunos e cada descoberta minha buscava compartilhar com eles, adaptando a faixa etária ao ano em que se encontrava; cresci junto com eles. Me fez perceber que se tornarmos os conhecimentos acadêmicos práticos, palpáveis a diferentes grupos, há um crescimento no contexto de aprendizagem social.

Naquele mesmo ano trabalhava em uma turma de 6º ano com Língua Portuguesa e criei um projeto chamado “Baú Literário”, cataloguei todos os livros de literatura que havia na escola, separei, forrei uma caixa, um caderno de 10 matérias e levava comigo a cada sala de aula. Analisávamos da capa ao conteúdo e cada aluno poderia ir ao baú escolher um livro, levar para casa, assinar a lista e 8 dias depois, apresentar os relatos. Alguns relatos eram orais, outros escritos colados neste caderno de 10 matérias. Tenho até hoje comigo.

Na maioria das escolas públicas, as bibliotecas eram utilizadas como espaço de segregação, aonde o aluno indisciplinado ia para ler

como uma espécie de punição, daí, vejo quantos de nós passamos a ter a leitura, a literatura como um desprazer quando recordávamos aquelas lembranças de castigo e punição. Os livros estavam lá para enfeitar as estantes, intocáveis, empoeirados ou até dentro das embalagens e os professores não tinham tempo, pela dinâmica cotidiana do exercício docente, de pegar um livro para ler por prazer ou ajudá-lo em sua formação didática ou até ampliar seus conhecimentos. Os livros estavam ali, desejosos de serem folheados, amassados e, graças às recordações de meu pai, da leitura refúgio da timidez, das questões pessoais, da professora Alessandra, os livros se tornaram peças vivas nas minhas aulas. No ano seguinte trabalhei com poema, com poetisas locais, com autobiografia e a delícia foi maior porque além das entrevistas, do café literário com a autora Vancir Sales, eles escreviam seus poemas e fizemos um livro com poemas deles que ainda guardo comigo. Era divertido, era com prazer que ia ao encontro deles. Aquela escola, aquelas turmas mudaram a minha vida; uma escola de distrito onde meus alunos que moravam mais distantes andavam até dois quilômetros para pegar o transporte que os traria à escola, para estar na escola antes das oito, estrada de chão de barro e até hoje é assim, mas estavam lá. A escola era refúgio; a escola era lazer, não era apenas espaço de saber convencional. É um dos lugares mais importantes da minha trajetória, foi o lugar do meu primeiro emprego docente, meu laboratório, minha casa, lugar de superação.

Trabalhei alguns anos em uma escola particular da minha cidade como professora de Artes. Devido às minhas habilidades, participação em grupo e, além de tudo, pelo prazer, aprendi muito nesse espaço escolar e tudo o que aprendi levei para outros espaços, principalmente para a escola pública, com realidades diferentes, mas dava sim para adaptar. No ano de 2014, recebi a coordenação de um programa na escola chamado “Mais Educação” e tive excelentes parceiros: a coordenadora escolar, os monitores, os pais dos alunos. Naqueles meses me senti realizada, mas também houve grandes momentos de frustração, pois a realidade da estrutura escolar não conseguia abranger toda a proposta do programa. As oficinas eram

de capoeira, dança, teatro, reforço escolar, no letramento em Português e Matemática, alunos do 6º ao 9º ano. A comunidade era carente de lazer e a escola era o centro de tudo. Começamos as oficinas, escolhemos trabalhar História Local e esta envolvia a história deles e seus familiares, através da contação de histórias. Na capoeira escolheram a figura do Besouro Mangangá; os professores de letramento trabalhavam a produção, a correção e a alfabetização através das escrita deles; o teatro trouxe as manifestações culturais locais, como o Lindro Amor, a Capoeira, o São João como festa popular, a dança afro, o samba. Só de recordar bate a saudade. Havia uma culminância no final do ano e cada escola iria à sede apresentar as atividades desenvolvidas através do ano no desfile, então, começamos as oficinas, oficina de fuxico: “Fuxico do bem”. As mães, avós, tias, os alunos vinham à escola através da doação de retalhos para produzir os fuxicos para o figurino. Alunos, professores e alguns pais arrancavam as cabaças para produção de artesanato, como bonecas das histórias locais em *biscuit* com cabaças, instrumentos com cabaças, ilustrações, produção de berimbaus, pinturas em telas, apresentações no teatro da cidade, viagem para o Forte da Capoeira, escreveram um cordel sobre a história de Besouro Mangangá. A movimentação na escola era tão grande que começou a despertar os alunos do Ensino Médio, eles queriam estar ali conosco e começaram a se oferecer como ajudantes, monitores, mas nem tudo são flores, nem sempre a energia e alegria dos alunos eram vistas com bons olhos por outros docentes, às vezes, incomodavam. Chegou o final do ano e eles brilharam. Como no decorrer do ano eles mostraram seu potencial, foi lindo, satisfatório, foi um sonho realizado e o cordel escrito por eles foi distribuído na caminhada, depois apresentaram o seu desfile na comunidade. Com a mudança para outro município foi difícil me despedir dos meus alunos, da comunidade, mas foi necessário.

No ano de 2016, tive a oportunidade de começar a vivenciar a universidade pública através de uma formação aos docentes do município em que atuava como professora contratada, São Francisco do Conde, e a Universidade Internacional da Integração

da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB. O curso intitulava-se Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar e os encontros aconteciam aos sábados, eram maravilhosos, mas confesso que estava exausta, depois de pegar quatro conduções diárias de segunda à sexta-feira para chegar ao trabalho. Como atividade de conclusão apresentei o trabalho que já realizava com meus alunos, através dos livros de literatura africana e afro-brasileira, nos livros disponibilizados pelo MEC, pela rede, onde escolhia e desenvolvia oficinas com as minhas turmas de 5º ano. Aquela universidade me prendeu, me pegou pelos pés e pela metodologia de ensino de alguns professores. No meio do curso, perdi minha jovem irmã, amiga, minha parceira, para um AVC, aos 41 anos de idade.

Após a apresentação da atividade fui convidada por algumas colegas, que se tornaram grandes amigas, a participar de um grupo chamado “Crespas e Cacheadas de Santinho”, que utiliza o cabelo como elo condutor para discutir as questões étnico-raciais na sociedade, na educação, nas políticas públicas. O grupo é formado por professoras com formações diferentes, tais como licenciadas e bacharéis em Pedagogia, História, Geografia, mas com algo em comum: a busca pela luta e valorização da estética e cultura do povo preto. Realizamos oficinas em escolas com professores/as, alunos/as, comunidade escolar, nas praças, organizamos atividades em espaços variados. Estar com elas teve um grande impacto na minha vida pessoal e como docente.

No ano seguinte, a Universidade abriu um edital para portadores de diplomas e eu consegui ser classificada para cursar História e lá ia mais um sonho a ser realizado. Um grande desafio: família, saúde, filhos, trabalhos estudo, tudo em um pacote só. Houve momentos de pensar em desistir, mas o não já é uma certeza nas nossas vidas e eu não me permitia desistir e houve pessoas da minha rede que não me permitiam desistir. Eu repetia em meio a vários momentos: não vou desistir. Mas houve também momentos que me faziam pensar se aquele espaço era pra mim, com tantas demandas.

Sigo firme no contato com colegas de outras culturas, países, de outras comunidades, cidades, estados. É muito enriquecedor, tanto pelo conhecimento quanto pelas relações pessoais. O currículo da Universidade é ímpar e alguns professores são exemplos por sua trajetória, didática: Professora Maria Claudia Cardoso, minha orientadora, exemplo de mulher preta acadêmica; Clícea Maria Miranda, Igor Oliveira Fonseca, Cristina Teodoro, Acácio Almeida, que já não está mais na Universidade, entre outros. Vários docentes pretos, acadêmicos/as na luta antirracista, pesquisadores/as, cientistas ativos/as, socialmente.

Na universidade não pude estar presente, como vários dos meus colegas, pois meus horários eram organizados diante da minha realidade familiar, de trabalho, então, não fui a aluna que estava dentro de todos os projetos, de todas as atividades da universidade, pois as minhas demandas eram e continuam a ser grandes, assim como de outras mulheres pretas que resolvem viver a atividade acadêmica; o tempo e as responsabilidades exigem um balancear, um ponderar das coisas. Ainda sonho com o mestrado, com o doutorado, mas essa pandemia mais do que nunca tem exaurido o tempo.

No ano de 2016, fui convidada por uma colega para integrar um grupo onde mulheres iriam ter contato com instrumentos de percussão com o objetivo de discutir políticas, combate à violência contra mulher. Era um espaço de encontro e terapêutico para mim, pois me ajudava a sair das atividades cotidianas e relaxar, além de ser também um espaço de aprendizado. Me envolvi e até os dias de hoje, mesmo quebrando e emendando, estamos na ativa nas Mulheres Percussivas, que utilizam a música, a percussão como espaço de resistência, que resiste através da musicalidade de raiz negra, ocupando espaços majoritariamente masculinos, narrando histórias ancestrais, trazendo a força que habita em nós, através da música.

Logo, após, surgiu o Grupo Maria Firmina, formado por mulheres fortes de áreas e vivências diferentes, que lutam, discutem sobre questões sociais de valorização da identidade da mulher preta na sociedade, do combate à violência e discutem sobre o espaço que ocupamos socialmente. Todas essas vivências

têm um grande impacto na minha vida como educadora, como docente, como professora, como aquela tia, mãe de aluno que segue na luta por dias melhores. Que apesar de tudo entende que a educação é essencial para mudança, para uma sociedade não racista que não veja o corpo preto apenas como um número nas páginas dos obituários, como um elemento de criminalidade, como corpo hipersexualizado, sem potencial intelectual. Sou aquela que acredita que se nos esforçarmos para lutar por políticas públicas para o povo preto e para toda a sociedade, a vida em sociedade se transformará em um lugar melhor. Acredito que as escolas têm um papel primordial, que o currículo deve atender da melhor forma cada realidade, cada território e que o investimento na educação, nas estruturas das escolas, no professor é a solução.

Nesse meio tempo fui acolhida e me inseri em vários espaços, desempenho tantos papéis, sou tantas que, às vezes, me perco em mim. Sou Carla, aquela que carrega a menina, que ama dançar, que é tímida, mas que usa a voz quando necessário. Sou CARLA mãe e como mãe tenho todo o amor, mas também todos os temores de uma mãe com filhos homens pretos que, independente das oportunidades e do comportamento que tenham na sociedade, os olhares para seus corpos já os condenam e isso me causa ansiedade e temor. Sou também esposa, filha, irmã, tia, professora que ama o que faz, mas que também, às vezes, se entristece com o descaso, com a educação e a falta de valorização docente, artesã que tem não só o artesanato como renda, mas também como instrumento de resistência e de identidade. Sou Carla, aquela que produz as bonecas pretas, amiga, empreendedora, estudante, pesquisadora, aquela que toca percussão, aquela que participa de movimentos sociais que combatem o racismo, de movimento de mulheres negras que lutam pelos direitos das mulheres. Sou aquela que briga pelo que acredita diante da falta de políticas públicas, sou aquela estranha do outro lado da rua, sou invisível aos outros, às vezes, conhecida por muitos. Sou CARLA, UMA MENINA-MULHER QUE TEIMA EM EXISTIR.



## Encontros e caminhos pedagógicos e afetivos

Jucy Silva

Meu nome é Jucy Silva, sou de Salvador, nascida em 29 de maio de 1967, ao amanhecer, com muita chuva, casa alagada e, segundo minha mãe, ela teve que abandonar a casa assim que meu umbigo foi cortado, por causa disso sempre pensei que nasci no inverno. A parteira, Dona Izabel, foi quem fez meu parto, por este motivo eu não fui à maternidade: nasci em casa aos cuidados dela, da minha avó e das minhas tias.

Sou a segunda filha de Maria da Conceição Vilas Boas de Oliveira e Rosalvo Silva, uma dona de casa e um motorista de taxi autônomo. Morávamos na casa de meus avós com mais duas tias e primos, a casa era cheia de pessoas e aos poucos foi ficando vazia com o falecimento do meu avô, Sr. Tinô, e logo depois, da minha avó, D. Rita.

Com minha avó aprendi a solidariedade de uma mulher negra, que nasceu em Valença, uma característica que ela conseguiu passar para minhas tias. Ela também gostava de fazer tapetes de retalhos e doces.

Com minhas tias aprendi a força da fé, a devoção a Santo Antônio, São Lázaro e Santa Bárbara, a participar das festas de largo, a caminhar na lavagem do Bonfim com uma sacolinha de umbu na mão. Eram adeptas da Umbanda. A fé na umbanda, que mistura a ancestralidade africana com a fé católica, é muito forte na minha vida e na profissão.

Com meus alunos e alunas eu sempre converso sobre minha história, que devemos cuidar da nossa saúde física e espiritual, independente da religião e que é importante se conectar com sua fé, seja uma oração, uma reza ou uma vela acesa com fé. Eu acredito que esta conexão nos fortalece para buscar sonhos, para perceber que

somos capazes. O racismo destrói sonhos de crianças e jovens e eu, dentro da minha prática, levo um pouco das minhas experiências.

Por muitas vezes, ouvi dos estudantes que eu sou igual à mãe ou avó deles, que eu dou palestra, mas na verdade eu sou sim igual a muitas mães e avós e, minha filha, por muito tempo falava isso também, pois sempre queremos o melhor para nossos filhos e filhas, fomentando para que eles atravessem esta fase da vida de forma mais tranquila.

A minha infância foi marcada por alegrias, muitas brincadeiras e algumas limitações, mas o incentivo para estudos era aplicado todos os dias, pois minha mãe fazia a gente levantar cedo para cuidar da vida (pois a morte estava parida) e não deixar a vida passar.

A rua em que morávamos e até hoje resido tinha muitas crianças e os vizinhos também cuidavam dos filhos dos outros, depois nos tornamos adolescentes e ainda permanecemos com este vínculo do chamado “criados juntos”. Era esta ideia mesmo: o mais velho falava e coitado daquele que desrespeitasse, principalmente as grandes matriarcas da rua, as cuidadoras: Dona Izabel, a parteira, Dona Menininha, a Mãe de Santo da casa de Umbanda, e Dona Bebê, a Yalorixá do terreiro.

Hoje em dia, essa vivência e esse modo de cuidar reverberam em todos os espaços e atuações da minha vida. O olhar diferenciado e acolhedor, o estar presente e agregar sempre os que estão em volta, mesmo sem vínculo de sangue, me faz resgatar a minha infância e o modo como fui criada, fazendo-me refletir sobre uma herança ancestral de valor inestimável.

Essa aprendizagem pavimentou a minha atuação como professora da rede pública de educação. Uma apuração aguçada e cuidadosa para os alunos, vistos também como filhos, sobrinhos, primos... Aqueles que mereciam um olhar mais atencioso, uma compreensão mais profunda e um educar para além da disciplina. Essa mesma aprendizagem possibilitou um local de trabalho acolhedor, familiar, junto aos meus colegas e, muitas vezes, irmãos.

Na minha infância, vivenciei um tempo e lugar onde não existia intolerância religiosa, havia o respeito das pessoas por todas

as outras religiões e nós, crianças e adolescentes, não éramos impedidos de comer caruru, munguzá e participar das festas dos Erês. Tudo acontecia de forma natural e muito significativa.

A aprendizagem era contínua, todas as mais velhas ensinavam alguma coisa; quando uma não sabia mandava procurar a outra e diziam: “– Fale com fulana que ela é que terá uma boa resposta”. Além destas matriarcas que não tinham muitos “estudos”, tinha as professoras formadas na mesma rua e estas tinham um papel de alertar a importância da escola, de avisar das matrículas, da referência das escolas. Tinha uma professora que passava e perguntava para nós: “Está estudando ou enrolando? Em coro respondíamos: “Estudandooo”. Ela era uma referência, tinha uma grandeza e muitas meninas naquela época falavam que queriam ser iguais à Pró Cica: altiva, determinada, independente e superatenciosa.

A referência da Pró Cica reverbera em mim no sentido do afeto e atenção, construo um diálogo próximo com os estudantes e, às vezes, até repito a frase dela.

A reação deles é diferente: os meninos riem muito e dizem “SQN (Só que Não)”; outros respondem pelo outro dizendo que só bebem ou namoram. As meninas, algumas respondem que estão estudando, outras que é muito aperto de mente, mas eles têm uma relação diferente, me tratam como uma amiga, mas quando eu cobro dizem que eu pareço a mãe deles. Observo que é uma geração que não construiu uma relação mais forte com as pessoas mais velhas.

Quando eu estudava no Ensino Fundamental tinha uma disciplina que se chamava Educação para o lar, onde se realizavam aulas de bordado, culinária, crochê, arte com vidros e corte e costura. Os meninos tinham aulas de técnicas comerciais e técnicas industriais.

Eu gostava das aulas de Educação para lar, pois eram aulas práticas; as aulas de culinária sempre ensinavam a fazer doces e sobremesas e eu tinha oportunidade de falar sobre o doce de umbu de minha avó, iguaria bastante diferente, que todo mundo ficava

surpreso, pois o doce era bem parecido com uma geleia, e eu sentia orgulho de minha avó fazer um doce que ninguém conhecia.

Acredito que a partir das vivências de casa e das aulas de Educação para o lar eu compreendi o poder das mãos, como as mãos poderiam nos ajudar a modificar coisas. Um bordado de crochê pode dar sofisticação e beleza para uma simples toalha de pratos e isso se consegue fazer com um rolo de linha, uma agulha e com as mãos fazendo uma trama, trazendo tranquilidade e a oportunidade da reflexão e purificação dos pensamentos.

A professora de Artes, uma mulher negra, falava para gente que aquelas aulas deveriam servir como meio e não como fim para as nossas vidas, que eram importantes para a vida toda e que nós poderíamos ser outras coisas, inclusive, professora. Foi a única vez que ouvi uma professora falar que poderíamos ser muito mais do que o lugar historicamente reservado para meninas negras, que possivelmente era no trabalho doméstico, sem direito de escolha. Muitas vezes, a coordenadora do SOE (Serviço de Orientação Escolar) havia perguntado a minhas primas se queriam trabalhar e mais tarde, no Ensino Médio, esta pergunta foi feita a mim também, porém, estas palavras na época não surtiram muitos efeitos, pois só mais tarde compreendi o objetivo da disciplina e o lugar reservado para nós mulheres negras. Algumas meninas não gostavam de participar ou não conseguiam levar para a escola alguns materiais, mas sempre a professora dava um jeito de ajudar.

A lição dada por esta professora, e fortalecida pela conduta das mais velhas da minha família, traduzo como estratégias de sobrevivência para romper barreiras da opressão. No cotidiano da minha prática pedagógica, oriento os estudantes que é possível trabalhar e estudar, porém, o trabalho não pode interferir nos estudos. Hoje, temos os estágios que são importantes, mas, muitas vezes, este estágio é um subemprego de mão de obra barata que compromete a continuidade dos estudos. Muitos reagem de forma positiva, buscam informações sobre o ENEM, mas a maioria quer fazer um curso técnico, trabalhar e depois cursar uma faculdade e, infelizmente, ainda é muito enraizada a ideia de que tem que

trabalhar e pagar a faculdade. O grande problema é que, às vezes, eles /elas não conseguem romper a barreira do subemprego.

Hoje eu consigo analisar o quanto esta disciplina demarcava lugares específicos e tinha objetivos machistas que nos colocavam em situação de desvantagem. Eu acredito que a professora de Artes tinha esta consciência, mas ela conduzia de forma diferente, ressignificando a disciplina, valorizando sobre outra ótica. Era a maneira de burlar aquela perversidade durante o Ensino Fundamental, nos encorajando de maneira que percebêssemos que é possível virar o jogo. O discurso da professora de Artes apontava para uma saída diante daquela situação perversa e ela marcou pela firmeza das suas palavras ao acreditar que nós poderíamos ir mais longe.

Esta experiência foi potencializada em mim através de tudo que o movimento negro educador proporcionou. Durante todos estes anos, cada momento da minha prática é direcionado à importância da continuidade dos estudos, ao resgate da identidade e à valorização das vivências apesar de muitas limitações nas quais esbarramos dentro e fora da escola.

O momento da descoberta deste lugar identitário, de mulher negra, e a tomada de consciência de quem eu era, é um momento que eu considero de virada, de uma nova vida, pois os aprendizados eram constantes e partilhados com a minha família. Interessante que ao conversar sobre este assunto surgiam comentários de que era assim mesmo e nunca mudaria, mas tinha sempre vozes que me apoiavam, como eram as da minha tia e da minha mãe. Estas vozes ilustravam minhas falas, contando casos de sofrimentos por causa do racismo e do machismo.

Saindo do Colégio Antônio Carlos Magalhães, do Ensino Fundamental, minha mãe dormiu na fila para conseguir vaga no Colégio Estadual Luiz Vianna, em Brotas. Eu estava meio contrariada, já que meu desejo, nessa época, era fazer magistério no colégio ICEIA, queria ser professora, pois desde a antiga oitava série que eu dava banca em casa a primos e vizinhos, mas minha mãe alegou que o transporte era caro para arcar com as despesas

minhas e do meu irmão mais velho e no Luiz Vianna não precisava de transporte, pois, por ser perto de casa, iríamos andando.

No Colégio Luiz Vianna só tinha curso de Auxiliar de laboratório e Nutrição e minha mãe me colocou neste referido curso e concluí o Ensino Médio. No Luiz Vianna, tive a sorte de ter aulas com o professor Carlos Petrovich, que chamávamos de Petrô, oficinas de arte que eram ensinamentos de vida e motivação; também lembro da professora de francês, Selma Ribeiro. As linguagens sempre foram bastante presentes em minha vida.

Após terminar o Ensino Médio eu me desliguei da escolinha, pois pagava muito pouco e logo em seguida fui contratada como recepcionista de uma loja de conserto de televisão e rádio e depois em duas grandes empresas: uma no shopping center Iguatemi, na produção de bijuterias, e outra em uma grande empresa pioneira na entrega de pizzas.

Neste tempo, fiz diversos cursos em diversas áreas, mas, ainda não vislumbra o ingresso em uma universidade. Em 1987, minha tia Lucinha conseguiu uma bolsa de inglês na ACBEU (Associação Cultural Brasil Estados Unidos). Ela era funcionária antiga da copa, fui estudar lá no horário das 18:00 às 19 horas, um divisor de águas na minha vida. A ACBEU proporcionou o meu encontro com o Movimento Negro, ou seja, encontrei pessoas que marcaram toda a minha trajetória de vida. Nessa época, muitas pessoas negras faziam curso no ACBEU e elas falavam sobre assuntos que eu não compreendia muito, mas, eu ficava interessada, formaram grupos de estudos para fortalecimento da aprendizagem da Língua Inglesa e marcavam encontros no Bar Quintal e no Bar Lugar Comum.

Depois, tive que mudar de horário e terminei me afastando destas pessoas e com um pouco mais de dificuldade, consegui concluir o curso de inglês, mas mesmo com esse curso tive dificuldades para conseguir um emprego. Cinco anos depois, eu estava trabalhando em uma empresa chamada Zucca Pizzaria e também vendia colares e brincos feitos por mim. O ano era 1992, eu tinha terminado o tal namoro e minhas amigas da infância retomaram os convites para sair, era a época do Gera Samba e

Nosso Ritmo e elas me chamaram para um samba no Bar Quintal, que era para ajudar uma professora do Edgard Santos, que estava se candidatando, não recorro se era para vereadora ou para a APLB sindicato. Era a professora Edenice Santana, mulher negra que eu tenho como referência e maior respeito.

Quando adentrei o espaço do Bar Quintal comecei a reconhecer as pessoas que estudavam comigo na ACBEU e eles me perguntaram se eu já havia entrado na Universidade, eu falei que não tinha tentado, mas tinha interesse. Neste reencontro ancestral, eles me falaram da Cooperativa Steve Biko, porém, naquele ano não tinha mais como estudar, pois já era final do ano, mas tinha um curso do Niger Okan, de Matemática, Inglês e Português que eu logo fiz a inscrição, assisti algumas aulas de Matemática, mas não deu para conciliar, pois minha carga horária de trabalho era muito grande.

Em 1993, eu resolvi estudar por conta própria e me organizei para sair do trabalho, o que soava como uma bomba na minha família: minha mãe ficava preocupada, mas apoiava, meu pai também apoiava completamente e meus irmãos ficavam com medo de aumentar as despesas para eles.

No final de 1993, pedi demissão da empresa e o patrão, branco, não queria aceitar, pois ele disse que investiu em mim porque eu saí da contagem de comandas e fui trabalhar no setor pessoal; ele até insinuou que eu favorecia os funcionários aumentando as horas extras. Ele não aceitava a ideia da carta de demissão, pois costumava demitir e constranger as funcionárias e só pagava na justiça, às vezes, alegava até roubo para não pagar. Não foi fácil, mas fui apoiada pelo meu novo namorado. Comprei um freezer e passei a vender sorvetes em casa e ganhei uma bolsa no curso pré-vestibular Base, o que permitiu que eu concluísse o pré-vestibular.

Nessa época, eu frequentava os eventos e aulas de CCN (Cidadania e Consciência Negra) da Steve Biko e algumas reuniões do Niger Okan, o que era fortalecedor, pois as aulas na Biko eram potentes.

Em 1994, passei no Curso de Letras Português/Inglês e suas respectivas Literaturas, da Universidade Católica do Salvador; também tinha pensado em fazer Pedagogia, mas Letras falou mais alto. Logo no início do curso fui contratada pela prefeitura de Salvador para trabalhar na Central 156, da Secretaria de Comunicação. Era a gestão da prefeita Lídice da Mata, fui indicada por minha cunhada que trabalhou na campanha e era supervisora da Central 156.

No terceiro semestre eu consegui o crédito educativo e as coisas melhoraram, logo depois arrumei um estágio remunerado, trabalhei na Rede Estadual da Bahia na Educação de Jovens e Adultos e consegui estágio na Bahiatursa. O ingresso no Ensino Superior nos coloca em uma posição de respeito na sociedade e tudo começa a mudar, principalmente na nossa comunidade. Lembro da vizinhança comentando e mostrando meu nome no jornal, virei notícia na rua, uma das poucas mulheres a ingressar na universidade, da mesma forma que fui a primeira pessoa da família a ingressar na universidade.

Com todas as dificuldades enfrentadas durante a graduação, eu consegui concluir meu curso de Letras em dezembro de 1999, mesmo ano em que eu comecei a ensinar no pré-vestibular do Instituto Cultural Steve Biko, um novo divisor de águas na minha vida, A Biko me formou e eu ajudei a formar muitas pessoas. Costumo dizer que a Biko me preparou para ingressar na Educação Pública.

Em novembro de 1999, fiz o concurso para professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e fui aprovada. Em 2003, prestei concurso para o município de Salvador. Ao adentrar no ensino público, levei comigo a força da Biko, a ideia de uma educação libertária, de respeito e, acima de tudo, acolhedora. Todas as vivências são pautadas na educação para uma cidadania plena, uma educação popular, inclusiva, antirracista, que oportuniza a juventude a vencer as barreiras impostas por uma sociedade opressora e a seguir de cabeça erguida.

O Colégio Edvaldo Brandão Correia está localizado no bairro remanescente de quilombo; as energias se canalizam para o lugar destinado à sua missão. Entrei na escola e já existia o projeto Beleza Negra, baseado na noite da beleza negra do bloco afro Ilê Ayiê. No início era só um desfile, porém, com a minha experiência na Biko e as experiências de outras professoras, ampliamos o projeto com diversas oficinas, tais como dança afro, capoeira, poesia, teatro e rodas de conversas sobre juventude negra e incentivo à continuidade dos estudos. Ao longo do ano eram desenvolvidas diversas ações pedagógicas, palestras, oficinas, debates e visitas externas. Um projeto que cresceu muito, ficou maior que a escola e a comunidade chegou a invadir a escola para participar e precisamos remodelar.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu durante o meu primeiro estágio, era no turno vespertino em uma escola na ladeira da Barroquinha e lá atendiam jovens com defasagem escolar. Foi um curto espaço de tempo, pois chegou uma professora efetiva para o meu lugar, porém, de muito aprendizado. A diretora fazia um minicurso com as estagiárias, o que me fez entender ainda mais a dinâmica do ensino público.

Anos depois, após o ingresso na rede estadual, entrei para a rede municipal. Inicialmente trabalhei em uma escola em Pirajá e logo depois cheguei à Escola Municipal de Nova Sussuarana. Sussuarana é um bairro de população negra e feminina que pulsa negritude nas suas ruas e nas instituições que lutam contra o racismo através de suas ações.

As alunas da Nova Sussuarana são alegres, trabalhadoras de diversos segmentos, chefes de famílias, algumas com problemas de violência doméstica que encontravam na sala de aula um refúgio e acalento. Quando eu entrava na sala lembrava das mulheres da minha família, das minhas vizinhas e amigas e eu me questionava sobre qual deveria ser mesmo o meu papel naquele espaço; além dos conteúdos formais, o que eu realmente deveria ensinar e o que eu poderia aprender.

O diálogo foi fortalecido com rodas de conversas entre nós, sobre nossas vidas e nossas histórias e uma pergunta que permeava as discussões era sobre os saberes e fazeres que elas traziam, a oportunidade de mostrar suas habilidades, talentos e de contar sua história. Eu as deixava confortáveis para permanecerem na sala e produzir conhecimento, juntas aprendemos diversas coisas novas e nos empoderávamos umas com as outras.

Destaco o projeto da cerimônia do Kwanzaa, onde trabalhamos de julho a dezembro, discutindo valores e herança africana. Eu conheci a cerimônia do kwanzaa na Steve Biko e fiquei muito reflexiva com seus princípios, inclusive diversos princípios do kwanzaa já foram temas anuais do Instituto Cultural Steve Biko.

Quando fiz a especialização em Língua Inglesa, uma das disciplinas solicitou um projeto pedagógico para trabalhar a Lei 10.639/03, na disciplina de Língua Inglesa. Eu fiz a proposta para mais duas colegas e elas aceitaram. Na verdade, fizemos para o Ensino Médio e, eu depois adaptei para aplicação na EJA. O projeto se inicia com o tópico conhecendo o Kwanzaa, os seus princípios e o que motivou a criação da cerimônia, estudamos também sobre o idealizador Maulana Karenga e sobre a Revolta de Whatts. A princípio, houve uma resistência das pessoas evangélicas, mas, tivemos um momento para falar sobre a ideia equivocada de associação do kwanzaa sobre as religiões de matriz africana, sobre a intolerância religiosa e a importância de conhecer e respeitar a nossa ancestralidade. Estudamos também, separadamente, cada símbolo e seus significados e após todo este processo de estudos a cada princípio fazíamos uma relação com a nossa realidade. Ao final fizemos um seminário para toda comunidade escolar, eles apresentaram todos os princípios e trouxeram exemplos práticos com música e poesia. A parte mais marcante foi a homenagem UJIMA (trabalho coletivo e responsabilidade), na qual a turma homenageou o colega Ivan Santos, que mantinha sozinho uma escolinha de futebol no bairro de Sussuarana e atendia muitas crianças do local. Foi um momento marcante de reconhecimento e fortalecimento e o

trabalho foi gratificante, pois potencializou diversas habilidades e competências que antes não tinham sido mostradas. O projeto mobilizou a escola e possibilitou diversos aprendizados.

A turma sugeriu o tema Saúde e fizemos o projeto Saúde da população negra, em parceria com as professoras de Ciências e de Língua Portuguesa. Um projeto que trouxe informações importantes de como cuidar da saúde e quais doenças atingem mais a população negra. O projeto mais recente, o Caderno de Receitas Bilingue, obteve grande impacto em toda escola, pois lançamos um caderno com receitas das próprias alunas, das suas famílias ou das suas vizinhas e amigas. Uma tentativa de resgate de saberes populares e ancestrais. O Projeto Caderno de Receitas Bilingue tem o objetivo de resgatar receitas afetivas da família ou da comunidade.

Iniciamos com debates sobre alimentação e eu perguntava sobre quais alimentos traziam saudade, qual alimento eles tinham na memória afetiva e o motivo da saudade. Muitos tinham referência de um prato feito pela mãe, avó, uma tia ou vizinha; a referência feminina era unânime e a saudade era de carinho, consolo e afeto. Logo após estudavam o gênero textual receita na Língua Inglesa e os vocabulários referentes a alimentos, número e medidas. No decorrer das aulas, os alunos e alunas traziam uma receita de casa que tinha este caráter afetivo, alguns traziam das esposas, outras traziam sua própria receita ou de uma amiga, mãe, avó, vizinha ou outros familiares.

O interessante é que as receitas eram bem diversificadas, eram receitas de sucesso entre familiares e/ou na comunidade. Destaque para uma farofa de alho, cenoura e manteiga, o cuscuz de carimã e o amendoim torrado com orégano. Eu observava o quanto era importante a valorização deste conhecimento, pois à medida que as receitas surgiam fazíamos um paralelo com nossa ancestralidade. Em todo percurso do projeto foi destacada a importância de preservação destes saberes, a valorização da autoestima, e tradições da culinária afro-brasileira. Após a organização das receitas, toda a turma do Tempo de aprendizagem 5 (TAP V) construiu seu próprio

caderno, em uma oficina criativa de cadernos costurados, ministrada por mim e com dedicação escreveram nos cadernos suas receitas. No dia do lançamento, houve uma celebração e uma noite de homenagens para todos/as que, com muita garra conseguiram concluir com êxito seu caderno bilíngue.

Todos os projetos desenvolvidos têm como base o protagonismo dos/das estudantes; eles/elas são protagonistas da sua própria produção de conhecimento e este movimento é importante para toda a turma que resgata a autoestima e consegue seguir produzindo e para mim, pois eu reconheço muito bem as dificuldades deles/elas para se manterem na escola, no emprego e também para educar seus filhos. Eu acredito em uma educação libertária, que transforme as pessoas, que oportunize sonhar.

## Afrografias de mim e tão nossas

Juliana Monique de Souza de Araújo

Peço licença às minhas mais velhas e aos meus mais velhos, saúdo todas aquelas e aqueles que pavimentaram as estradas para que o meu caminhar fosse menos tortuoso. Reverencio minha mãe, Silvane Gesonias, a primeira professora de quem tenho lembranças e minha maior referência de ensinar, e meu pai, Gilberto Francisco, que exerceu o ensinar ao seu modo.

A Educação sempre foi prioridade na minha família. Minha mãe e meu pai, a partir de esforços de seus pais, puderam estudar e se formaram no antigo Magistério, sendo que ele desistira da profissão, mas minha mãe segue lecionando. Guardo diversas recordações de sua atuação como professora, muito querida entre suas turmas, recordo-me que todos os anos recebia mimos e presentes dos estudantes e seus pais e ainda hoje recebe visitas afetivas de seus ex-alunos.

Minha mãe realmente acredita que a Educação é capaz de transformar e inculca a mesma crença em mim, pois acessar o conhecimento é internalizar possibilidades, construir autonomia e viver para liberdade. Apreendi com ela que se faz Educação com afeto, respeito e cuidado. Acho que sempre quis ser sua aluna, mas ela achava que era eticamente inviável por ser sua filha.

Estudei a minha vida toda em escolas públicas e com isso pude vivenciar todas as mazelas que lhes acometem e, mesmo diante das dificuldades, sempre me apliquei para extrair tudo aquilo que elas podiam me oferecer. Durante o Ensino Fundamental não havia na cidade vaga para mim e minha irmã no mesmo turno no qual minha mãe trabalhava, então, como não era prudente nos deixar sozinhas em casa e nossa família não tinha condições de manter alguém para cuidar de nós, fomos morar com nossa avó paterna em Muritiba/BA.

Mesmo com o impacto de me separar da minha mãe e de duas irmãs, vivenciei a situação com bastante dedicação aos estudos, algumas rebeldias, traslados para a casa de minha avó materna, mas sempre acreditei que somente a Educação poderia nos permitir uma vida mais digna. Todo esforço e resultado foram percebidos por uma professora de Português, que também era diretora de uma escola particular de grande referência na cidade.

A professora fez uma proposta de desconto para meus pais a fim de me propiciar um estudo com melhor qualidade, o que não pôde ser aceito por minha família. Eu compreendi o porquê de não ir para a escola particular e penso que foi difícil essa decisão para eles, mas também a mais adequada e justa, pois não seria possível propiciar a mesma oportunidade para minhas irmãs.

Fui mantida na mesma escola pública e com muito afincio concluo o Ensino Fundamental, então, peço para retornar para perto da minha família, assim volto a morar em Cabaceiras do Paraguaçu/BA e dou prosseguimento ao Ensino Médio numa escola pública que prometia ser modelo, já que era recém-inaugurada. Cursei o primeiro e segundo anos nela, mas no terceiro ano fui obrigada a mudar, novamente, de Cabaceiras do Paraguaçu/BA, pois a escola enfrentava a falta de diversos professores, principalmente nas Áreas de Ciências da Natureza e Matemática, por isso, peço para morar novamente na casa de minha avó, em Muritiba/BA. Mesmo com a mudança, a qualidade pouco havia melhorado, estando na turma C, que reunia estudantes mais velhos e repetentes, fato que impacta a forma como os professores lidam com a turma, mas concluí o Ensino Médio aos 16 anos, em 2007.

Prestei vestibular para o curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus de Salvador, e com isso começa outro desafio, que me acometeu desde o resultado até quase o início do semestre. Enfrentei a falta de local de moradia, recorri a pessoas, familiares e conhecidos que pudessem me ajudar, sem êxito, mas, faltando pouquíssimos dias para iniciar as aulas consegui uma grande ajuda de um amigo da família que trouxe a notícia que uma prima dele queria uma pessoa para dividir um

apartamento, colaborando apenas com as contas de água, luz e condomínio.

Início meus estudos e, quando as condições financeiras ficaram ainda mais difíceis, meus pais já não conseguiam me ajudar como antes e não havia conseguido um estágio ou emprego, então, decidi tentar uma vaga na residência universitária da UNEB. Lembro-me que consegui auxílio-alimentação e, mesmo com esses desafios da falta de renda, fazia Iniciação Científica voluntária na própria faculdade.

Sempre me interessei por Artes, em 2003, passo a integrar um projeto social, mas quando passei no vestibular tive que interromper devido à mudança de cidade. Entretanto, em 2010, retorno o fazer teatral de forma intensa, com outra perspectiva, pois agora poderia me expressar de modo autônomo e, no mês de setembro deste mesmo ano, crio, junto com Cláudio Nyack, a Companhia de Artes Elementos, inicialmente, um grupo de teatro, mas que hoje atua em diversas frentes como Arte, Educação, Cultura, Audiovisual.

Essa companhia possui como objetivo protagonizar corpos negros e diversos, viabilizar nossas histórias e ideias, além de valorizar os processos individuais e coletivos de seus membros. Foi neste espaço que pude escrever minha primeira dramaturgia, encenar e atuar em um trabalho autoral, que conciliei com a finalização do curso de Administração, aos 20 anos.

O teatro foi uma experiência única de poder desenvolver e reconhecer competências de comunicação, de poder me expressar e vencer as limitações. Há um forte autojulgamento quando nos expomos para outras pessoas, mas o teatro fortaleceu minha autoestima, por isso, nas aulas, sempre busco as ferramentas de jogos teatrais, experiências sensoriais, jogos lúdicos, estímulo a criatividade associada à minha disciplina técnica para poder torná-la mais proveitosa.

Essa experiência multidisciplinar me permitiu construir uma relação mais próxima com as turmas e trazer um pouco mais de leveza, através das abstrações, conto histórias, apresento

brincadeiras e contextualizo, os instigo a correlacionar o jogo com o assunto teórico. É bem verdade que é um desafio, mas é muito gratificante quando eles conseguem perceber esse movimento.

Neste entremeio, fiz meu primeiro contato com a sala de aula, na condição de professora, e passei a ministrar aulas de teatro no Programa *Mais Educação*, na Escola Estadual Rubén Dário. Os estudantes participavam das aulas no contraturno e lembro-me de um adolescente negro retinto e gordo, que sofria com diversas violências, pois seus colegas o acusavam de feder. O menino era extremamente inteligente, mas todos os processos nos quais estava imerso acabavam por deixá-lo mais indisciplinado.

O menino não tinha as orientações sobre cuidados pessoais. Lembro-me de uma ferida que tinha na perna e que nunca sarava e como instrutores tínhamos que organizar o horário do banho, então, fui conversando com ele sobre higiene, banho e troca de roupa. Aproximei-me dele, dando-lhe acolhimento e cuidado e ele demonstrou que o comportamento de um sujeito reflete nos traumas que ele absorve ao longo de sua vida.

Fui cativando este menino, aproveitando os jogos teatrais e as práticas que instigavam a sensibilidade, como o “reconhecimento do rosto”, onde podiam tocar-se e olhar-se através do espelho. Coloquei-o como responsável para ser meu ajudante nas atividades e exercício das aulas, repreendi comportamentos de outros colegas que o agrediram, em contrapartida, ele decorava os textos, ajudava na organização das cenas, liderava a turma e em pouco tempo ele assumiu um personagem e o fez brilhantemente.

Percebo que, enquanto professora, dedicar um acolhimento, um olhar cuidadoso, fez aflorar seus talentos e qualidades. Nós educadores precisamos gostar de pessoas, de se encontrar nos olhos das nossas meninas e meninos, num processo de conhecer e de se reconhecer nas histórias de vidas de cada um. Utilizo essa estratégia até hoje, de observar, ouvir as dores e estimular a superação desses desafios.

Acredito que iniciar com aulas que estimulam a sensibilidade me constituiu como uma professora que se preocupa com as

subjetividades, as histórias de vida dos meus estudantes, mas algo que me move é o descontentamento com as desigualdades, a não aceitação de não ser respeitada quando ainda era estudante, a raiva ao perceber o desprezo com o qual as pessoas tratam a escola pública e seus estudantes, em sua maioria negra, por acreditar que é possível transpor isso e é por isso que me mantenho educadora.

Na faculdade, na condição de estudante, iniciei meu contato com pesquisa, integrando o Núcleo de Pesquisa e Extensão do DHC1/UNEB, depois monitoria de extensão na Incubadora de Empreendimentos Econômicos-Solidários da Bahia (INCUBA) e neste projeto eu aplicava os meus conhecimentos em gestão, contextualizados para os princípios da Economia Solidária, e esta vivência me apresentou uma perspectiva sobre a formação de Administradora, pois o contato com catadores de reciclagem e cooperativados, pessoas que faziam da economia coletiva o seu meio de sobrevivência, me aproximou de uma realidade que precisava ser refletida e colaborou com minha construção humana.

Dentro deste trabalho, destaco a experiência no projeto Ecofolia Solidária, que consistia em prestar auxílio aos catadores e suas famílias durante o Carnaval. Nos dias em que atuei vi famílias inteiras dormindo embaixo de instalações, ouvi das pessoas em situação de rua que via nesses festejos um momento de garantir uma renda, escutei os relatos de trabalho e da necessidade de se dividir entre a reciclagem e o trabalho de “cordeiro”, das discriminações, dos acidentes com as latas e os vidros. Mas também vi o olhar de gratidão pelo almoço e jantar oferecidos pelo projeto, o sorriso no rosto por garantir alimento e preço justo por seu trabalho, por ser tratado com humanidade. Sem dúvida, é o lado dos festejos carnavalescos invisível, explorado por atravessadores, mas que, em contrapartida, também é vivo e sensível.

O referencial humanitário dessa experiência foi extremamente importante para perceber que as desigualdades se acentuam, que os invisibilizados são sujeitos históricos que precisam ser ouvidos, respeitados e acolhidos e com eles se aprende sobre a vida e os enfrentamentos diários para se manter vivo.

Estabelecer essa reflexão crítica me aproxima de meus pares, enxergar as desigualdades e como isso implica nas oportunidades. Os desafios cotidianos para gerar um bem social constituem experiências que me mobilizam a pesquisar, intervir e colaborar, buscando sempre um meio de mudança, espaços que subjagam, mas também se tornam oportunidade de conhecer e modificar.

A Educação é a mola propulsora para formação integral, então, compreendo que nós precisamos repensar nossas práticas docentes, pois, mesmo parecendo utópico, educar é uma missão. Quando esta missão pouco atinge as escolas públicas, isso significa que poucos jovens negros e pobres terão acesso à educação ressignificada, que não seja mera repassadora de conteúdos e mesmo estes conteúdos bem elaborados pouco interessam e motivam o estudante porque este não consegue se perceber agente do processo, capaz de intervir na realidade e isto é bastante preocupante e tende a motivar constantes evasões.

As minhas experiências enquanto estudante e professora de escolas públicas me instigaram a querer estudar e colaborar com o processo de ressignificação do conhecimento, então, quando percebo que a Educação Profissional atua sem a preocupação prática e reflexiva, me questiono até onde esta formação qualifica o estudante para exercer a função prometida através do curso técnico e mais: o quanto colabora para a construção do senso crítico do estudante.

Foi em sala de aula, ainda pouco experiente e cheia de sonhos, que me questionei sobre essa formação integral do sujeito. Um processo formador não pode ser apenas um curso ou uma graduação; precisa fazer sentido, ampliar os horizontes de todas as pessoas envolvidas, educador e educando, trazer mudança de perspectivas, precisa empoderar perante a sociedade, impulsionar a ação, “[...] incomodar o sono dos injustos” (EVARISTO, 2007); não dá para resumir em conteúdo, é vivência, experiência e prática. A educação precisa ser capaz de formar para a vida e não para mecanizar o sujeito atendendo ao desejo do sistema vigente.

Concomitante ao trabalho como educadora, permaneço atuando como artista. Através do curso de Licenciatura em Teatro,

atuei na primeira montagem com elenco em sua maioria negra, na Escola de Teatro da UFBA, através da Companhia de Teatro da UFBA, na 52ª montagem, e o espetáculo *Gusmão: O Anjo Negro e sua Legião* foi uma das importantes ações de tensionamento ao racismo ao longo de tantos anos naquele lugar.

Em 2016, iniciei efetivamente minha prática docente na Educação Profissional, pois, através de uma seleção da Secretária de Educação do Estado, fui designada para lecionar a Disciplina Sistemas de Informações Gerenciais para os Cursos de Administração e Logística num Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP), onde atuei até 2018. Desde o início sabia que precisava ressignificar a Educação Profissional, agora não como estudante, mas na condição de professora: a mediadora do conhecimento e colaboradora no processo de formação humana.

O CEEP apresentava vários *déficits* estruturais, não havia laboratórios, livro didático nem recursos multimídias. Lembro-me de ter encontrado a Síntese da coleção História da África, ainda embalada, no lixo. Um misto de revolta e tristeza achar um rico material sendo descartado, da mesma forma que veio do MEC, então, o guardei como quem acha um tesouro, que de fato é.

Sempre me perguntei como não repetir os mesmos equívocos que tanto criticava quando fiz a graduação e o curso técnico em Logística. Minha experiência com o Teatro foi me instigando a buscar alternativas e ao alinhar conteúdos gerenciais com elementos teatrais fui trabalhando e criando minha didática. Naquele ano fui descobrindo como ser docente, vivenciando as dores e a sensação de que o trabalho ainda era muito pouco para aqueles sujeitos que de alguma forma dependiam de nós para acessar um conhecimento.

Nessa escola, junto com os pares começo a desenvolver ações voltadas às questões raciais, como a Semana da Consciência Negra, com visitas ao Centro Histórico, museus, filmes, palestras e debates, pois nos preocupávamos em compor a programação sempre com atividades para todas as turmas e modalidades, o que

trazia até incômodo aos colegas. Discutir sobre negritude, racismo e cultura africana é um enfrentamento cotidiano.

As ações que adotamos tinham um caráter educativo, ou seja, primeiro oportunizamos o acesso e depois promovemos debates, trocas, compartilhamentos inseridos nos planejamentos de nossas disciplinas. Atualmente, faço questão de inserir no meu planejamento as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como perspectiva de atuação, além de desenvolver pesquisas para reelaborar o conteúdo. Colaborar para a implementação dessas leis faz parte de minha militância como educadora, já que acredito que para empoderar nossos estudantes é preciso estimular sua autoestima através do reconhecimento de sua história e cultura. Além disso, tenho adotado, também, como prática para educar a mim mesma.

Devido à licenciatura em Teatro, que ainda curso, proponho-me a integrar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - (PIBID/UFBA) - Subprojeto Teatro, para praticar a docência do Teatro, ampliar a vivência em sala de aula, na Escola Municipal Antônio Carlos Onofre, com a turma do 4º ano do Ensino Fundamental I, e assim experienciar exercícios, jogos e teorias teatrais construídas a partir da filosofia africana UBUNTU.

A experiência do PIBID contribuiu muito para minha percepção sobre o ensino e o aprendizado, que não ocorre sem o afeto, o cuidado e a sensibilidade, e é fundamental despertar a vontade de estar ali, naquele espaço, conhecer a história de vida de crianças. Sempre tentava intervir no diálogo e, com muito carinho, estabelecendo o princípio UBUNTU naquele ano como uma nova perspectiva civilizatória para restaurar o senso comunitário em sala, uma comunidade que se constitui a partir do outro.

Nessa oportunidade, pude refletir sobre a aplicabilidade do Teatro com qualquer corpo estudantil. Entendendo que o teatro é uma forma de expressão capaz de desenvolver uma série de habilidades de comunicação e subjetividade, na experiência utilizada em sala, através do PIBID, pude replicar jogos, exercícios, princípios com turmas da Educação Profissional e destaco que essa aproximação influenciou a elaboração da pesquisa de mestrado.

Em 2019, faço o curso UBUNTU – Educação em Base Africana, que me apresenta ao universo da Educação Afrocentrada e propõe o recentramento a partir de África. Aqui reforço meus ideais enquanto uma pessoa negra, meus objetivos e minha luta por educação que corrobora para a autodeterminação do meu povo, e é neste curso que encontro os direcionamentos para a educação que acredito baseada na experiência histórico-cultural-transgeracional de pessoas negras.

Dentro destas perspectivas, vou redesenhando minha pesquisa de mestrado intitulada UJAMAA: Educação Afrocentrada de Economia Coletiva para o Cabula, que objetivou elaborar uma proposta educacional afrocentrada com o povo negro do Quilombo Cabula que favorecesse as iniciativas econômicas, buscando compreender sistemas, iniciativas e arranjos socioeducacionais e econômicos africanos para o desenho de uma educação emancipatória e sabia que precisava ser por abordagens colaborativas.

Assim, lancei mão da Pesquisa de Desenvolvimento como metodologia, sendo necessário entender o contexto do Quilombo Cabula, e de forma cooperativa construir a proposta de educação afrocentrada. Nossa solução se constituiu através de um canal do Youtube chamado UJAMAA: Educação Afrocentrada, no qual construímos uma série de diálogos com pessoas que detinham negócios e que faziam parte da comunidade cabuleira.

Esses diálogos foram analisados e identificamos os aspectos e as características de um negócio negro, assim, evidenciamos o fazer econômico do povo negro naquele território. Com esse trabalho o caminho de enxergar a nossa história, a história negra pela nossa própria ótica em todas as áreas potencializou meu entendimento do nosso próprio berço e como nos diferenciamos de outros povos, estamos presentes em todos os fenômenos, mas ao nosso modo e com nossos valores.

Enquanto realizava o Mestrado, iniciei um projeto na minha unidade escolar chamado Ciclo Negro de Cultura, Sociedade e Política, onde proponho aos meus estudantes de Administração e

Logística atrelar as competências gerenciais com as discussões sobre raça, atribuindo a responsabilidade de organizar uma atividade envolvendo toda escola, inserindo o debate racial nas turmas que trabalho, e como parte do objetivo dei-lhes autonomia para que se dividissem em equipes, distribuíssem as tarefas, fizessem contatos, apontassem pessoas que poderiam colaborar para o debate.

O projeto era desenvolvido no âmbito do componente curricular Sistemas de Informações Gerenciais e as ações envolviam etapas de uma atividade formativa que debatia sobre raça, de modo que eu apenas acompanhava, mediava os conflitos e orientava. Era muito interessante perceber como os jovens de 17 a 20 anos iam se apropriando dos espaços escolares, estabelecendo autogestão, como se colocavam mais firmes contra as violências que sofriam quanto à raça. O projeto também lhes apresentava os debates acadêmicos sobre raça e acredito na reverberação, pois ao encerrarmos o ano letivo muitos estudantes relataram como seus aprendizados, suas posturas tornaram-se até mais combativos e conscientes.

O envolvimento dos estudantes era muito interessante, pois juntava todas as minhas turmas de 3º ano do Ensino Médio/Técnico Integrado e as turmas do Subsequente na organização desse projeto e eles se dedicavam de tal forma que, mesmo estagiando, negociavam com seus supervisores para poder ficar no contraturno e colaborar diretamente. Mesmo no caso de precisar faltar por algum motivo, era justificado e se dedicavam a elaborar suas atividades previamente.

Lembro-me de uma estudante que precisaria ir ao médico no dia da culminância, mas ela preparou uma série de lembrancinhas para os convidados e deixou na escola para presentear-los. Apesar de me avisar que não poderia ir no turno da tarde, a encontrei desempenhando outras atividades e esses esforços demonstram como eles se sentiam responsáveis pela realização daquela proposta coletiva.

O projeto foi muito importante para o desenvolvimento de um debate mais qualificado na escola, uma vez que convidamos

especialistas, pesquisadores e militantes negras e negros para virem dialogar e apresentar suas lutas que muitos membros da comunidade escolar desconheciam. Apesar de conhecer os nomes que as turmas indicavam e que estavam presentes, essa escolha e contato partiam das turmas com base em alguma experiência que tiveram com aquela pessoa.

Este projeto foi uma experiência muito exitosa, tanto no sentido do objetivo de propiciar aos jovens o acesso a pessoas que têm construído uma trajetória de muita luta e resistência, quanto na formação crítica sobre raça, desigualdades e opressões, e pude observar uma mudança no comportamento das turmas.

Em 2020, inicio junto com outros artistas pesquisadores a *PELE NEGRA - Escola de Teatro(s) Preto(s)*, com a Cia Elementos, construo o espetáculo *Itans que encantam*, voltado à contação de histórias afirmativas e o *ÏYÁ'S - Festival de Arte de Mulheres Negras*, um projeto de valorização de artistas negras. Em 2021, produzo mais uma edição do *ÏYÁ'S*, e um projeto artístico-educacional chamado *AWON OMODÈ - afroperspectivas para uma infância plural*, que elaborou uma série de produtos educacionais para que crianças negras pudessem fomentar o acesso a recursos afirmativos ainda na infância, produzimos 3 minisséries afirmativas e foi através dele que pude publicar meus dois primeiros livros infantis: *A mãe de Ayó*, que trata de matriarcado e dos ensinamentos dos valores vindo a partir da vivência com mãe, e que eu observei em contato com a minha própria mãe; e *Candace Luena*, que vai contar sobre a força e a realeza feminina na proteção do seu reino diante da invasão via mar. Ainda sou coautora do livro *Os aprendizados de Dila*, que fala da iniciação de um menino e da educação familiar e comunitária. Esses livros são motivo de muito orgulho para mim, pois apresentam histórias infantis afrocêntricas e que valorizam nossas práticas civilizatórias, livros esses que foram distribuídos para a Rede Municipal de ensino.

Minha militância se reafirma no fazer, por isso, sempre me envolvo em iniciativas que gerem resultados para nosso povo, uma premissa que me auxilia na compreensão dos processos, na

ampliação do portfólio científico. Em 2022, inicio integrando o Programa *Asé-Toré - Formação em Educação sobre Negras (os) e Povos Indígenas*, que busca o enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA, considerando a Lei n.11.645/2008, que vai produzir uma série de recursos educacionais, como cadernos, eventos e biblioteca virtual para execução da Lei n. 11645/2008, no instituto.

Como artista, integro o projeto *Insubmissas vozes de sangue negro - Ocupação Abolicionista*, da Cia de Teatro da UFBA, e, como educadora, estou desenvolvendo o *Laboratório de Educação Afrocentrada em Gestão*, que idealizei para propiciar uma agenda de ensino, pesquisa e vivências pautados na experiência africana de ver e fazer economia coletiva, que consiste em envolver a comunidade escolar do Ensino Básico na formação de um olhar sobre as questões negras integradas às nossas (re)existências.

Me considero uma pessoa negra em movimento que busca, independente das áreas que estou, construir caminhos de afirmação e autodeterminação. Me interessa, sem dúvida, colaborar com meu povo, o povo negro, e essas são as forças que me mantêm em pé. Acredito que somos um povo vitorioso e que, por isso, estamos tomando de volta tudo que nos roubaram.

De pé!  
Raça Poderosa!

## Que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz

Luciene Cardoso

### 1. Como tudo começou

Nasci em uma família de pequenos produtores rurais. Sou a décima primeira de um grupo de quinze irmãos, por parte de pai e mãe, e mais dois por parte de pai, pois quando ele se casou com minha mãe já era viúvo e tinha dois filhos. Desde pequena sempre fui curiosa e questionadora e isso me custou o preço de não estar em casa no dia em que minha mãe faleceu. Lembro-me claramente que, em um determinado dia do ano de 1978, quando penteava o cabelo de minha mãe, que se encontrava doente ela me disse: – Daqui a pouco tempo vou morrer e não quero que você esteja aqui em casa para que seus irmãos não lhe acabem.

Não tenho total certeza por que minha mãe falou isto, até porque nessa época eu tinha apenas sete anos de idade, mas acredito que ela se referisse ao fato de que dois de meus irmãos (uma irmã e um irmão) mais velhos costumavam nos bater e fazer algumas perversidades comigo e com dois irmãos gêmeos mais novos que eu. E, assim, fui posta para trabalhar em casa de família aqui na cidade de Camamu. Por três vezes, em três casas diferentes, eu fugi e voltei para casa. Certa de que em Camamu eu não ficaria, fui levada dessa vez para cidade de Igrapiúna, onde permaneci até que, em uma manhã bem cedinho, uma vizinha chegou para me buscar dizendo que minha mãe havia morrido, que morreu me chamando e eu não estava lá no momento de sua partida.

Minha mãe faleceu em 25 de outubro de 1978 e daí por diante continuei trabalhando para me manter. Em vinte e quatro de abril de 1980, foi a vez de, por meio de um telefonema feito para a cidade de Salvador, onde eu estava trabalhando, ficar sabendo que meu pai, meu papaizinho, havia morrido e, mais uma vez, eu não estava

lá e pior do que na morte da minha mãe foi a do meu pai porque nem após a sua morte eu pude vê-lo.

## **2. Credo no poder da Educação**

No ano de 1981, com apenas nove anos de idade, pedi a uma das minhas irmãs que me matriculasse na escola Maria Quitéria, no bairro de Matatú de Brotas, em Salvador, mas, para minha tristeza, no meu segundo dia de aula fui chamada à direção da escola, onde fui informada que não poderia continuar estudando naquele horário (noturno), pois era menor de quatorze anos. Argumentei, pedi, chorei, mas nada foi possível ser feito. Por fim, me disseram que se um juiz de menor autorizasse, eu poderia continuar estudando no noturno, mas caso contrário não. Iniciou-se nesse momento uma luta por um ideal de vida. Ao lado da escola Maria Quitéria há um complexo policial, então, me dirigi até lá e pedi ao delegado que autorizasse que eu pudesse permanecer na escola, mas ele explicou que não era juiz de menor, porém, se comprometeu a falar com um amigo que era juiz de menor para que ele pudesse me ajudar. Retornei lá no dia seguinte e ele havia esquecido e no outro dia também, foi então que ele mesmo foi até a escola e se responsabilizou por mim e por qualquer dano que eu causasse à escola. Que bom! Finalmente pude estudar.

Estudei nessa escola apenas por um ano, mas este ano foi um divisor de águas em minha vida, pois ali firmou-se a esperança em minha alma. Penso que se naquele momento não conseguisse estudar, não teria forças e/ou tempo para iniciar esta busca por vencer por meio dos estudos mais tarde. Logo entraria a adolescência e os rumos poderiam ter sido outros.

Falando em adolescência, na escola contei também com dois colegas, uma moça e um rapaz, que me orientavam nas atividades escolares, visto que eram mais desenvolvidos que eu. E foi este colega, o meu colega, que pacientemente me orientou e me ensinou tudo sobre o processo da puberdade, pois até aqui nada sabia deste assunto. E ele se utilizava do assunto por meio das revistas que ele

pegava das irmãs para cobrar de mim a leitura enquanto me ensinava acerca do que ia acontecer comigo no período da puberdade. Ainda me lembro muito dele porque quando a turma se reunia nos intervalos e conversava a respeito dos relacionamentos, namoro e coisas do gênero e eu ficava sem entender nada e fazia perguntas bobas ele sempre dizia: – Vocês não veem que ela é uma criança? E foi daí que passei a perguntar as coisas e ele pacientemente me ensinava.

Nesse primeiro ano letivo, muitas coisas me marcaram, mas uma delas gostaria de destacar, que é a ausência de solidariedade que há em algumas pessoas e até hoje não consigo compreender por que elas são assim. Sofri desde a negação de me dizerem que horas eram, pois eu não conhecia as horas em relógio, até mesmo me deixarem dormir na porta do apartamento, não me deixando entrar em casa por não ter conseguido pegar o transporte e chegar em casa antes das vinte e duas horas. Por isto, neste parágrafo, resolvo com muita dor falar de uma dor maior, que é a que o sistema impregna em nós, negros, nos fazendo crer que só servimos para servi-los. E muitos de nós cremos com tanta veemência nisto que agredimos a nós mesmos e aos que nos cercam enquanto pensamos que os amamos e, por isto, os defendemos de sofrimentos futuros, proibindo-nos de lutar e crer que somos gente, pois para nós a ideia de pensarmos que somos gente é uma falsa esperança da qual precisamos ser resgatados e salvos. Esta é para mim uma explicação lógica para compreender tanto sofrimento por que passei ao longo da infância, da adolescência, da juventude e por aí afora.

Se não fosse assim, pensaria eu que os meus semelhantes, negros, pobres, periféricos explorados nas cozinhas das casas de famílias eram maus. Não! Com certeza não. Ao contrário, é este sistema preconceituoso e perverso que nos induz a uma falsa crença que perverte, corrompe e mata pessoas. E nos leva a pensar e acreditar que o melhor para nós, negros e pobres, é o estado de servidão; que nós não podemos acreditar em nossos sonhos. E muito menos acreditar nos questionamentos de uma criança negra,

órfã, pobre, filha de pai e mãe analfabetos. Não. Infundem em nós que não podemos ter conhecimento nem ser doutor. E este (pré)conceito, muitas vezes velado, nos convence de que não devemos acreditar nem defender o sonho de que negro é gente, de que negro um dia poderá ser doutor.

E, assim, convivemos com um sistema tão preconceituoso que corrompe nossa alma, dia após dia, nos conduzindo ao nosso próprio fracasso por meio de nosso próprio preconceito e ainda nos acusam dizendo que somos nós os preconceituosos com nossa própria gente. Enquanto isto, utilizam tantos termos pejorativos contra nós. Triste, triste realidade que ainda persiste em nossos tempos. Ah! Aqui também ocorreu algo muito forte: fui proibida de ir para escola porque ia todo dia com a mesma roupa. Ah!!!! Que bom que sou teimosa!!! E continuei indo com a mesma roupa todo dia.

No ano seguinte, 1982, fui convencida por uma das minhas irmãs a não estudar, pois eu precisava trabalhar. Estudar, isso eu faria depois; e lá fiquei um ano sem estudar. No ano seguinte, em 1983, fui matricular-me e vivi tudo de novo: desta vez, foi na Escola Tales de Azevedo, no Bairro da Cidade Nova. Informada no ato da matrícula que não poderia estudar à noite, voltei para casa angustiada, angústia essa que perdurou até o dia seguinte, por volta das dez horas da manhã, quando, por milagre, uma pessoa mais uma vez se responsabilizou por mim para que eu pudesse estudar.

Nessa escola permaneci por dois anos: no primeiro ano cursei a primeira série e no segundo ano, ainda na primeira unidade, fui promovida à quarta série, pois a escola era regida pelo Sistema de Ensino Integrado e os alunos eram promovidos mediante o nível de conhecimento. De toda esta persistência ficou a vitória de conseguir concluir a 4ª série no mês de novembro do ano de 1984, exatamente no mês e ano em que me tornaria apta a iniciar a 1ª série no período noturno do ano seguinte. Permaneci trabalhando nessa mesma casa de família até o ano de 1985, quando cursei até a sexta série do Ensino Fundamental II. E dessa época destaco dois

acontecimentos: um é a aplicabilidade da leitura e da escrita em meu local de trabalho, já nessa casa em que eu trabalhava.

O primeiro era fazer a lista de compras mensais da casa e ir sozinha fazer estas compras, utilizando a lista e fazendo cálculos, pois tinha que comprar tudo que estava na lista, mas nem sempre o dinheiro dava para a quantidade estabelecida. Então, às vezes, eu tinha que diminuir a quantidade de itens para conseguir comprar tudo. E era assim: primeiro na Cesta do Povo, que ficava no Bairro da Caixa D'água, onde comprava os itens não perecíveis, porque os preços eram mais em conta, e depois, no supermercado, os itens perecíveis e, porventura, algum que não tinha na Cesta do Povo. O outro acontecimento é que meu sonho passou a ser fazer contabilidade e minha patroa toda vez que ouvia eu falar que ia fazer contabilidade, ela me dizia: – Pobre e preto tem que fazer é Magistério para ter emprego, pois, os donos de empresas que tiverem vagas em seus estabelecimentos vão dar para os filhos, os filhos dos amigos, então, tem que fazer é Magistério para ter emprego. E, aí, a Educação começou a desenhar-se como profissão em minha vida.

Outro destaque que deixarei aqui: antes do meu regresso à minha terra natal, no ano seguinte, em 1986, estudei no Colégio Estadual Santo Dumont, no Bairro de Pirajá, onde, mais uma vez, fiz uso da leitura e da escrita sendo mesária da Liga Esportiva do Bairro de Pirajá, onde residi por 11 meses. Era um serviço voluntário, mas de grande responsabilidade, pelo menos para mim, visto que tinha que anotar os lances e acontecimentos ocorridos durante a partida de futebol, registrar em livro próprio de Ata da Liga Esportiva.

No mês de dezembro de 1987, retornei à cidade de Camamu nove anos depois de ter saído daqui, e só retomei os estudos dois anos depois, em 1989, quando cursei a 8ª série. Neste período retomei mais uma vez a prova de resistência, desta vez, contra a fome e a falta de recurso financeiro para compra dos materiais didáticos, farda e outros itens escolares e pessoais, pois só tinha 8ª série durante o dia, o que me impossibilitava de trabalhar. Por isto,

quantas foram as vezes que fui à escola com fome, pedindo a Deus que tivesse alimentação escolar naquele dia para matar a minha fome. Mas, também não me faltaram ajudas vindas do céu e desta vez contei com a colaboração de uma colega em especial, que sempre estava disposta a me emprestar seus livros didáticos para que eu pudesse responder minhas atividades e estudar, visto que me faltavam alguns livros, mas esta colega tinha algo a mais de especial: um dia enquanto conversávamos descobri que ela era filha do mesmo motorista que me levou de volta para casa as três vezes que tentei fugir daqui de Camamu, antes da morte de minha mãe. Ele nunca soube nem desconfiou que naquelas três viagens eu ia fugida, pois era comum eu viajar com ele e depois meus pais pagarem a passagem. Contei também com a ajuda do diretor do Colégio Estadual Luís Rogerio de Souza deste ano, 1989, pois recebi dele, juntamente com alguns professores, a doação da camisa da farda, com a qual estudei por quatro anos até a conclusão do Ensino Médio. Destaco também, aqui, a ajuda do porteiro que me alertou sobre a blusa da farda, em uma sexta-feira antes da semana de provas, onde a ordem transmitida para ele era: – Ninguém pode entrar na segunda-feira sem a farda completa. Contei também com a ajuda de um vizinho adolescente que partilhava comigo sua sandália, durante um bom tempo, pois eu não tinha nem uma sandália para ir à escola. Esta situação perdurou até minha irmã Adelaines me dar o dinheiro para comprar uma sandália igual para mim (do tipo emborrachada de dedo) para eu ir para a escola.

Durante o Ensino Médio, o processo foi mais ou menos semelhante com um agravante: no término do 3º ano, quando entrei em depressão, fiquei duas semanas consecutivas sem ir ao colégio nem ao Estágio, pois nesse período estava estagiando. Entrei em um quadro depressivo, pois temia concluir os estudos e não conseguir um trabalho, me achava incapaz, incompetente para ser uma professora! E meu maior medo era me revoltar contra Deus por algo que ele não tinha culpa, pois a incompetente era eu e Deus não ia poder fazer nada por mim. Desta vez, contei com a ajuda persistente e determinada de um dos padres daqui da paróquia,

Padre Sebastião, vulgo Tião; das duas professoras da Escola Estadual, professora Margarida Gene e de uma ex-estagiária que me doou o material didático do estágio como forma de pressão para que eu retornasse aos estudos. Retomei os estudos depois da terceira semana e concluí o Curso de Magistério no ano de 1994. Fui aprovada no Concurso Público Municipal no mês de fevereiro do ano seguinte, 1995, onde ainda atuo.

Minha Formação Superior foi no ano de 2003, quando ingressei na faculdade no curso de Habilitação em Formação Pedagógica e Gestão Educacional, na FACE – Faculdade de Ciências Educacionais de Valença-BA. Nesta fase de minha vida, não tinha mais nenhuma perspectiva de estudar, até que o professor Marcos Policarpo, professor da referida faculdade, apareceu na Escola Municipal Professora Eponina Marques Ferreira, onde lecionava, e não se deu por vencido por minhas negações de não querer me inscrever para o vestibular. Ele foi à minha casa, fez a inscrição com minha filha e ainda pagou o valor do vestibular (valor que eu iria estornar quando eu fosse me matricular).

Passei no vestibular, entrei na faculdade e aí está: não deu outra, mudou toda a minha vida. De início, logo que já atuava como professora do Ensino Fundamental I- FI, optei por fazer Pedagogia, pois estava na área que eu atuo. No entanto, enquanto cursava Pedagogia fui remanejada para o Ensino Fundamental II - FII, para trabalhar com a Disciplina de Matemática, por esse motivo, em respeito a meu aluno, decidi fazer a segunda formação na área de Matemática, embora tenha total consciência de que minha base educacional não tenha sido boa, devido ter sido aluna da EJA - Educação de Jovens e Adultos, desde o início dos meus estudos. Sempre trabalhei durante o dia e estudei à noite desde o processo da alfabetização. Sei que sempre nos falta algo, mas tenho lutado contra as dificuldades e tenho me doado o máximo que posso para fazer o melhor possível.

A vivência no mundo acadêmico contribuiu muito para o crescimento da minha vida profissional e pessoal. Foi o meio acadêmico que me proporcionou maior conhecimento pedagógico,

mas também o conhecimento e a formação cidadã. Tanto na vida profissional quanto na vida pessoal, fui me realizando por meio da elaboração e execução de um projeto em sala de aula de forma coletiva ou individual. No mundo acadêmico pude desenvolver com muito mais segurança minhas aulas, principalmente na Disciplina de Matemática e contribuir com meus alunos. Esta narrativa me trouxe sensações muito boas neste momento. Lembrei de alguns alunos que passaram a dizer que iam ser professor(a) para ensinar igual a mim, que da forma que eu ensinava era bom de aprender. Melhor do que isto foi ver alunos que passaram por mim, que vinham de um histórico de reprovação, se motivarem a estudar. Olhe que eram alunos das séries finais do FII (7ª e 8ª séries). Por sinal, tenho uma ex-aluna que fez seleção e passou no CEFET BA (Centro Federal de Educação Tecnológica na Bahia), na primeira tentativa e já se formou em Matemática pela UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz); outros como pedagogos e em cursos técnicos e até mesmo o simples fato de concluírem o Ensino Médio foi algo muito novo na vida destes meninos e meninas da Escola Pública de Camamu, oriundos da periferia, da zona rural e marítima do município.

Isto são vitórias da entrada do mundo acadêmico em nosso meio. Nesta época (2003), aqui em minha cidade, na Rede Municipal não tínhamos professores com formação superior. Fiz parte dos primeiros grupos de professores a ter formação acadêmica e pude perceber que o conhecimento perpassa pelo educador e se expande no educando. Desta forma, posso dizer que me sinto realizada/representada/recompensada pelo sucesso mesmo destes poucos alunos que têm dado frutos, redefinindo suas vidas, suas histórias. Professora, isto é incrível! A proporção de alunos que passaram os dois anos estudando comigo que optaram por seguir a área da Educação, inclusive meus filhos, todos dois optaram pela educação, mas não apenas para a educação, mas de redefinir literalmente suas vidas, construindo uma nova história.

Enquanto professora, tenho levado em frente o princípio de crer na Educação e quero referenciar o grande Nelson Mandela,

que nos diz que: “A Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. Devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe conflito e inspirar esperança onde há desespero”. E com esta crença, enquanto estive em sala de aula, busquei motivar os educandos e seus pais para que buscassem a Educação como uma aliada na luta contra o preconceito e a desigualdade social e a libertação dos que a sofrem.

Desta forma, lembro-me da minha primeira experiência em sala de aula, que foi como professora leiga. Lembro-me que não queria, mas faltava professor formado para lecionar no período noturno na zona rural, pois não se encontrava, e as pessoas tinham o desejo de aprender, como eles externavam: – Quero aprender a fazer pelo menos o meu nome. Por isso terminei aceitando a proposta. Fiz a matrícula das pessoas e encaminhei para a Secretaria de Educação. Eram cerca de 20 alunos, se tratava de uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos), na Comunidade do Sobrado, um Povoado aqui do município da Camamu-BA. Aqui encontrei a rejeição do dono da propriedade, que não permitia que eu lecionasse na escola construída em sua propriedade. E aqueles alunos, cerca de umas vinte pessoas, ficaram sem estudar, pois não tinha professor (ou alguém com escolaridade) naquela localidade e trazer alguém de fora era difícil, pois naquela época não tinha transporte disponível.

A saga não terminou aí: o Secretário de Educação decidiu por me contratar para outra comunidade vizinha, a Comunidade da Terra Seca, onde lecionei nesse referido ano. Durou apenas um ano letivo e pediram “minha cabeça”. Segundo relatos de terceiros, alegavam o fato de eu ser negra, ter uma caligrafia feia, cabelo curto, crespo e que ali na própria localidade tinha outra pessoa de cor clara que escrevia bem e nunca foi chamada para ser professora. Como a escola também estava localizada em área particular, fiquei eu desempregada. A suposta pessoa não foi contratada, pois não tinha nem o Ensino Fundamental I completo. Quanto a mim, no ano seguinte retomei meus estudos, como já foi descrito em parágrafos anteriores.

Já no ano de 1995, estando formada e concursada na Rede Municipal de Educação de Camamu – BA, lembro-me da primeira escola em que lecionei: a Escola Santo do Monte, no Povoado da Maria Ribeira, Município de Camamu-BA. Não tinha merendeira nem zeladora, era uma comunidade rural muito carente, de extrema pobreza. E paralelo a isto a alimentação escolar farta e de qualidade no depósito, mas a escola só recebia biscoito, leite, chocolate e suco em garrafa para que a professora fizesse, neste caso, eu. Na época não tinha muito conhecimento, trabalhei com o que tínhamos, reuni as mães e fizemos um combinado. Assumimos a alimentação escolar: eu ia buscar no depósito e trazia até a escola; aos educandos cabia: as meninas levavam uma garrafa pet com água, pois a escola não tinha água potável, os meninos, uma lasca de lenha, pois não tinha fogão a gás, só a lenha, em uma casa próxima à escola, que pertencia ao dono da propriedade onde a escola foi construída. Por sinal, a escola funcionou por alguns anos nessa mesma casa. E as mães ficaram de fazer a alimentação escolar.

Nessa primeira experiência, criamos vínculos, mães se matricularam para estudar, não tive problema com evasão escolar. Os pais tinham a preocupação de passarem sempre na escola para saber se estava tudo bem e a mãe que permaneceu fiel fazendo a alimentação escolar depois foi contratada pela prefeitura, saiu por motivo de saúde, está encostada pelo INSS, e a filha dela, que foi minha aluna, está trabalhando, contratada pelo município, na mesma escola.

### **3. Os Conselhos Municipais e o controle social na educação**

Com o decorrer do tempo, passei a atuar também como conselheira em Conselhos Municipais de Educação. Iniciei pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, por volta do ano de 2005, onde atuei por quatro anos na defesa dos direitos dos educandos na forma da Constituição Federal de 1988, que diz: “Alimentação a todos do ensino fundamental”. E com a promulgação da Constituição Federal ficou assegurado o direito à alimentação

escolar a todos os alunos do Ensino Fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais, onde concluí que, diga-se de passagem, precisamos compreender que fazemos parte de uma democracia e que nosso sistema de governo é participativo, o que nos faz corresponsáveis pela gerência deste país.

E de 2007 a 2018, aproximadamente, atuei no Conselho Municipal de Educação – CME. O legado deixado aqui é grande e a frustração também, mas vamos aos legados: os quatro primeiros anos, estive no CME como representante do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, e os outros seis anos como representante dos professores. Desta forma, sou testemunha ocular e participante da criação e da implantação do Sistema Municipal de Ensino do Município de Camamu-BA. Com a implantação do Sistema Municipal de Ensino, o município se desvinculou do Sistema Estadual de Ensino e passou a gerenciar sua própria Rede, ou seja, a implantar as próprias Resoluções Educacionais do Ensino Infantil e Fundamental, mediante às características do próprio município, salvaguardando as legislações superiores. E o Sistema abarca também o Ensino Infantil da Rede Particular, das Entidades Filantrópicas e Confeccionárias, dando autonomia ao município.

Participei também da elaboração e implantação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Quilombola. Nosso município tem dez Comunidades Quilombolas reconhecidas, mas, destas somente duas são tituladas e tem mais quatro em andamento. E a Diretriz Curricular Municipal tem sido referência na região, a qual teve participação maciça das comunidades remanescentes de Quilombos da Região, onde podemos conhecer mais de perto as vivências e saberes de cada comunidade para construirmos com eles as Diretrizes.

Quando estive presidente do Conselho Municipal de Educação, durante o mês de janeiro e fevereiro do ano de 2013, montamos uma equipe, com conselheiros municipais de educação, diretores escolares, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, trabalhamos arduamente, para revisarmos e aprovarmos os

Regimentos Escolares de todas as escolas do município com exceção do Colégio Municipal Professor Pirajá da Silva que tinha seu regimento aprovado em anos anteriores. As demais escolas estavam com os Regimentos prontos há mais de quatro anos, encaixotados no corredor da Secretaria de Educação onde dava acesso à sala dos conselhos. Na época desta aprovação eram mais de oitenta escolas ativas e sem um único Regimento Escolar para normatizar a vida das escolas.

Desta forma, fizemos uma grande festa da democracia. Mesmo que tenha sido após anos sonhando com este Instrumento Normativo aprovado nas mãos das comunidades escolares para produzirem seus efeitos legais para a segurança e defesa dos atores da educação. Vivíamos cansados de ver a vida dos educandos serem decididas sem um instrumento normativo, mesmo com um sistema de Ensino em vigor. Tentamos fazer o mesmo com os Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs das escolas, entretanto, não deu, pois as forças contrárias venceram aquela batalha e até o presente momento da execução deste trabalho os PPPs ainda não foram aprovados, mas, estes pelo menos estão nas escolas, assim mesmo.

Vamos nos aprofundar um pouco mais no que chamei de forças contrárias. Falo das dificuldades que os educandos e nós educadores passamos no exercício de nossa função. Ao falarmos de preconceito envolvendo nossa profissão aqui em nosso município, percebe-se que o preconceito se manifesta de forma muito abrangente, mas ao mesmo tempo de forma muito velada também, pois este se apresenta de forma semelhante e impregnada com as mazelas estabelecidas ao longo do tempo em nossas comunidades escolares, mazelas estas que se caracterizam no descaso, descompromisso, desrespeito por parte do poder público municipal.

Ele se encontra estampado claramente nas paredes sujas das escolas, no início de cada ano letivo, telhados sujos e gotejantes, pelas águas das chuvas, transporte escolar sucateado, superlotado, motoristas que transportam passageiros de comunidades longínquas junto com os educandos, obrigando-os a viajarem, muitas vezes, em pé e com ameaças de que se reclamassem não

poderiam mais vir naquele transporte. Estas foram lutas constantes, travadas contra estas discriminações que se repetem ainda hoje na vida de muitas meninas e meninos negros, pobres, das Zonas Rurais e Ribeirinhas, usuários do Transporte Escolar Público, que faltam muitas vezes, até por semanas e meses consecutivos, por motivos diversos, desde falta de manutenção nos veículos até a falta de manutenção nas estradas, que se tornam intransitáveis, principalmente durante o período chuvoso. Fatos estes, muitas vezes, registrados nos documentos do Conselho Municipal de Educação, mas também velado e esquecido na mente e no coração de muitos educandos que não têm jeito a dar. É neste contexto que, muitas vezes, enfrentei e ainda enfrento muitos embates em defesa desta maioria que se torna minoria nas mãos dos governantes do Município de Camamu no Estado da Bahia.

O fato de constante provocação aos Órgãos de Controle Social, a respeito de acontecimentos desta natureza, levou entidades como a CGU (Controladoria Geral da União); TCM (Tribunal de Contas dos Municípios); MP (Ministério Público); MPF (Ministério Público Federal); e até a PF (Polícia Federal) a atuarem aqui em Camamu nos anos de 2017 e 2018, mas, a situação não muda, pois o desrespeito e a falta de compromisso imperam nesta cidade.

É comum encontrarmos, principalmente os alunos do Ginásio (Ensino Fundamental II), nas ruas durante um período inteiro de aula, ao Deus dará, aguardando o transporte escolar desde as 07h até às 11h30min ou às 17h30min, simplesmente porque faltou água na escola e decidiram de última hora não abrirem a escola. Educandos que saem de casa às 4h da manhã e que só vão chegar em casa por volta de 14 ou 15h. Aí, até mesmo para nós que vivemos esta realidade, fica difícil não nomear de preconceito e racismo. Na esperança de amenizarmos estas situações, fizemos um mandado muito atuante, no tocante às visitas às escolas com relatórios e encaminhamentos aos órgãos competentes, sendo eles: Secretaria Municipal de Educação, Gestor Municipal, APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, Câmara de Vereadores, Ministério Público, Procuradoria do

Ministério Público e seguimos na luta em prol de dignidade. Apenas isto: DIGNIDADE.

#### **4. Como é minha vida neste cenário**

É muito comum as pessoas se afastarem de mim, mesmo que seja de forma discreta, provavelmente por segurança, porque não é bom estar atrelado a alguém que “reclama tanto”, que se envolve no que “não dá conta, da vida alheia”. Enquanto mulher negra, mãe, educadora, cidadã cristã (preciso neste momento parar e falar do meu grande amor, dos meus sustentáculos, do meu solo seguro, da minha rocha, do meu Deus. Ele é meu tudo). Enfim, compreí as dores, principalmente, dos educandos. Por isto, fui afastada do CME, por força do Decreto Municipal de n. 88/2018. Para tanto, empreitamos mandado de segurança pedindo meu retorno e o direito de defesa, visto que o referido Decreto foi expedido contra mim sem nenhuma forma de diálogo e não tive direito de defesa. Com base neste princípio, me foi concedido, em primeira e segunda instâncias, o direito de reiteração ao Conselho na mesma função que exercia no ato da expedição do Decreto, que era a função de presidente, (acordão de n. 8003038-05.2019.8.05.0000). A situação atual é tão complexa que optei por não pedir a execução do acordão (decisão judicial em segunda instância). Recentemente, no segundo semestre do ano de 2021, participei de nova eleição para o mesmo conselho, em outro mandado, mas fui substituída por outra pessoa. Mais uma vez empreendemos outro mandado de segurança, no entanto, tenho sob minha responsabilidade quase quinhentas pessoas de uma entidade trabalhista. Visto isto, recuei mais uma vez e sigo construindo a luta, perseguindo dias melhores para a educação no processo ensino/ aprendizagem dos educandos e educadores da Rede Pública Municipal de Camamu-BA.

E no intuito de melhor conduzir minha vida por este caminho que terminei traçando para mim, é que decidi retornar à universidade, desta vez cursando Bacharelado em Direito. Iniciei no segundo semestre do ano de 2021 em Salvador, mas, devido à

distância, mudei para a FAESB (Faculdade de Educação Social da Bahia), em Valença, e, por se tratar de uma turma alfa, estou cursando o Primeiro semestre novamente. Mas estou bem, graças ao Bom Deus.

Agradeço à acadêmica em Pedagogia e Professora Relatora, Ana Célia dos Santos Pereira, que indicou meu nome para este grupo, à doutoranda professora Joana Maria Leôncio Núñez, por aceitar minha participação neste trabalho e a todas nós, professoras narradoras, por tamanha entrega, garra, luta, superação e resistência diante de um mundo tão cruel. Deixo aqui um texto de minha autoria que diz assim: “Quando falo, expresso o conhecimento que tenho, mas preciso conhecer o seu, para que juntos possamos escolher o melhor”. E assim expresso meu desejo de contribuir na construção de dias melhores. Espero um dia conhecê-las pessoalmente.



## **Memórias de uma travessia: Educação e negritude como instrumentos de emancipação**

Maria Lívia Ferreira dos Santos

Pensar as nossas memórias será sempre um exercício, por excelência, fundamental para existir. Além de promover autoconhecimento, fortalece nossas construções identitárias, afetivas, sociais e ancestrais. Contar as histórias dos meus pertencimentos é falar do lugar em que nasci e da realidade que impulsionou meus movimentos. Demarcar minha condição existencial é um compromisso antológico, patrimonial e intelectual com o povo do qual faço parte.

Sou neta de uma trabalhadora de ganho, preta, não alfabetizada, que a partir do exercício de lavar as roupas de uma pseudoburguesia da época, sustentou sete filhas mulheres e um homem (o caçula), depois de abandonada por meu avô. Minha avó era uma mulher humilde, marcada por uma vida de pobreza e muito trabalho braçal. Oriunda da zona rural do município de Esplanada - BA, com luta criou minhas tias e tio, com o auxílio de minha mãe, a filha mais velha.

Foi lavando roupa, cuidando das irmãs mais novas e dando aulas às crianças da própria comunidade que minha mãe estudou, inicialmente, na Escola Parque e formou-se como professora primária, concluindo o curso de Magistério no Instituto Central Isaías Alves (Iceia). Meu pai, por sua vez, perdeu a mãe aos cinco anos de idade em função de uma doença respiratória e logo em seguida foi abandonado pelo pai. Interno de um orfanato, aprendeu sozinho a sobreviver frente à fome e às múltiplas violências que o atravessaram. É a partir dessas travessias que tenho construído o caminho que fiz até aqui e, nessa direção, pretendo compartilhar parte do meu percurso pessoal, profissional, intelectual e ancestral, considerando sempre minhas

escrevivências e as das minhas antepassadas. Experiências, práticas, ações e impressões que mobilizaram minha trajetória e que ainda hoje atravessam meu fazer profissional, acadêmico e simbólico como professora, educadora, pesquisadora e mulher.

Quero começar minha fala agradecendo a experiência plural e intensa que esse convite com certeza proporcionará a todas nós. Realmente é com imenso prazer e alegria que farei parte de um movimento de mulheres tão diverso, qualificado e potente como este. Me chamo Maria Lívia Ferreira, nasci em Salvador, em uma das inúmeras periferias que esta cidade acolhe. Comecei minha vida laboral aos 17 anos, cuidando de algumas crianças, para que mães da rua em que morava pudessem trabalhar. Um tempo depois, consegui uma vaga como operadora de teleatendimento em uma empresa de call center. A partir dessa renda, paguei um cursinho preparatório para o vestibular. A vida do estudante trabalhador é orientada por uma realidade que envolve cansaço, acúmulo de matéria, falta de tempo para estudar, noites em claro, o sentimento de desesperança e inferiorização de nossas subjetividades. É sentir-se sempre aquém dos demais. Em minha vida adulta sempre precisei conciliar trabalho e estudo; não teve jeito! Trabalhar para me manter na universidade, mesmo sendo esta pública. Vestir, comer, arcar com os custos dos deslocamentos de ônibus, fazer as cópias, pagar as impressões eram custos com os quais precisava arcar.

E foi assim, trabalhando e estudando com muitas dificuldades, que me tornei bacharel e licenciada em Geografia (UFBA), Pedagoga (FACIBA - Faculdade de Ciências da Bahia), Especialista em Educação, Gênero e Direitos Humanos (NEIM - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) e Psicopedagoga. Mestre e doutoranda em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia, integro o grupo de pesquisa Sankofa: Negritudes, Panafricanismo e subalternidades. No momento, atuo como Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Educação da Bahia. Sendo ainda professora de Geografia nos pré-vestibulares Jenipapo Urucum e Quilombo Educacional Gbesa. Neste último,

atuo também como uma das coordenadoras do curso e articuladora de área do núcleo de Humanidades.

Como mulher negra, nascida na periferia de Salvador, tive na educação a oportunidade de ocupar espaços e compreender a importância do conhecimento para a transformação de realidades e emancipação de todo um povo. Como disse há pouco, sou filha de professora. Minha mãe não sabia, mas a ruptura que iniciou iria mudar várias existências. Embora minhas tias não tenham feito faculdade, todas se libertaram do trabalho de ganho e do serviço doméstico. Minha irmã mais velha formou-se professora como nossa mãe. Mulheres que me fazem valorizar ainda mais a figura mobilizadora que as mulheres exercem na construção da sociedade e em redes de coletividades.

Apesar de sentir o peso de um cotidiano marcado pelo racismo e pela misoginia, reivindico o direito à vida. Me permito tecer amizades, participar de rodas, africanidades, quilombos, movimentos que nos mobilizem a pensar e lutar por transformação, que me ampliem e permitam o acesso a novos aprendizados, lugares como estes, minhas camaradas! Percebo que ser mulher preta é lutar por saúde mental, por aceitação, para manter de pé a autoestima, o amor-próprio. Por isso, leio, danço, canto, confraternizo, milito, educo, partilho, afeto e me deixo afetar em movimentos que imbricam dor e tristeza, mas, também, esperança, relações de troca, generosidade, inventividade e ousadia.

Observar o mundo à minha volta e questioná-lo sempre foi uma pré-disposição, porém, o despertar analítico partiu de uma professora de Geografia, no primeiro ano do Ensino Médio, que me ajudou a pensar a condição social e simbólica que me alcançava e a sonhar com alternativas possíveis de transformação.

Retomando um pouco dessas memórias afetivas, observo que sempre fui atravessada pela existência de mulheres pretas, entidades femininas extremamente significativas, durante meu percurso. Mãe, irmã, sete tias e uma avó, professoras, vizinhas, companheiras de luta, me fizeram pensar a condição feminina como opressora, desigual e excludente, mas, também me fizeram

perceber o poder feminino e a potência matrigestora que as mulheres dos meus lugares de vida carregaram e carregam.

Sempre acreditei na educação como ato político e dispositivo central e determinante para o processo de emancipação do nosso povo. Além dos conteúdos inerentes à Geografia, minhas aulas recorrentemente estiveram comprometidas com a formação crítica e decolonial dos meus pares. Mobilizar sujeitos, ajudá-los a pensar sua condição e evidenciar caminhos possíveis de ruptura política, econômica e social adensam o meu fazer e ser professora nas periferias dessa cidade.

São as filhas (sou uma delas) das lavadeiras, das trabalhadoras de rua e do mar, das mulheres do campo, das não alfabetizadas, mulheres humildes, mas que protagonizam lutas incansáveis pela sobrevivência sem perder de vista a capacidade criadora e afetiva de ressignificarem os lugares de suas experiências.

Voltando a esse meu percurso, posso inferir que a passagem pela universidade, quando se é pobre e preto, tende a se delongar. A gente atrasa o curso, pois precisa diminuir a quantidade de matérias a serem cursadas por semestre. Sempre trabalhei dois turnos para garantir ao menos um salário mínimo. Todo esse tempo entre graduação, passando pela pós-graduação, foi dedicado a sobreviver e conciliar as atividades e demandas relacionadas ao trabalho, à família e aos estudos. Como disse Milton Santos, ser um intelectual negro no Brasil é duplamente desgastante, é um contínuo lutar por espaços, moradia, educação, transporte, comida, saúde etc. É extremamente cansativo e desafiador, porém, o povo preto resiste, ocupando espaços, subvertendo ordens, inspirando os mais novos, fortalecendo os mais velhos.

Até alcançar uma vaga no mestrado, foram quatro anos insistindo em ocupar um lugar que não foi feito para mim. Somente em 2018, me encontrei com o PPGEL (Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens) da Universidade do Estado da Bahia, que acolheu meu objeto de estudo, minhas memórias e expectativas de elucubração. Me aquilombei com um grupo de 13 mulheres, sendo 08 mulheres pretas. As experiências orquestradas

por este grupo foram catalisadoras. Os aspectos que nos uniam eram inúmeros e plurais, mulheres, mulheres negras, mulheres do campo, mulheres mães, mulheres professoras.

O que realizamos foi um movimento de transformação. Rompemos estigmas, estruturas limitantes, lugares de conforto, perspectivas teóricas e metodológicas. Tensionamos, problematizamos, criamos possibilidades. Nesse processo de formação docente, formamos vínculos de solidariedade e afeto. Trocamos, interseccionamos, ampliamos nossas relações e expandimos percepções e maneiras de ver e viver o mundo. Neste aquilombamento de dois anos nasceu minha dissertação e o embrião para o projeto de doutorado. No mestrado, depois de quatro dolorosas tentativas, passei em primeiro lugar e comprovei que a mulher preta, cotista da escola pública pode e deve sonhar.

Com o doutorado não foi diferente. Foi preciso persistência e o desejo de problematizar vivências, agora de mulheres em Salvador. Partindo de suas geografias simbólicas, experienciais e afetivas, pretendo ouvir o que as mulheres presentes em narrativas de Jorge Amado têm a dizer sobre a cidade e como operavam resistências.

O projeto de ocupação não pode parar. É preciso continuar o legado ancestral das mulheres pretas que vieram antes de mim. Eu sou o sonho das minhas ancestrais e devo honrar o sacrifício que realizaram para que eu estivesse hoje, aqui, pleiteando lugares e oportunizando minhas vivências. E é justamente a partir desse lugar de mobilização por meio da educação que me coloco diante do mundo e do que passou a fazer sentido para mim. Ser uma possível referência, inspirar mulheres pretas e pobres, assim como eu, a acreditarem em si mesmas e na capacidade que a escola possui de criar possibilidades passou a ocupar um lugar central na maneira como desejo exercer minha docência com vistas a qualificar minha atuação como professora, mulher, educadora.

Duas experiências pedagógicas foram eleitas e a primeira delas começa em 2019, quando fui aprovada no concurso público da rede estadual de ensino da Bahia para o cargo de Coordenadora

Pedagógica. Atualmente, atuo em uma escola com quase 2000 estudantes no bairro de Castelo Branco, em Salvador. Como a grande maioria das escolas públicas presentes em bairros periféricos da cidade, a comunidade escolar é marcada pela violência urbana, pela interferência do tráfico de drogas, a carência de recursos, os riscos de deslizamento das encostas nos períodos chuvosos, entre tantos outros atravessamentos. Embora marcados por violências simbólicas, sexuais, baixa autoestima, intuições suicidas, automutilação e falta de perspectivas, esses jovens resistem.

Quando cheguei na escola foram muitos os sentimentos que precisei vivenciar. Um deles foi a solidão. A solidão da mulher negra, tão comumente discutida e problematizada em nossos circuitos, não se restringe às relações afetivas. Presente nas mais diversas instâncias e lugares que reproduzimos nossa existência, a vivenciei dentro da escola. A identidade frágil que circunda o lugar da coordenação pedagógica na rede em que trabalho, aliada ao racismo, à misoginia, ao preconceito geracional, intensificaram os tensionamentos nesse lugar. Embora tenha sido acolhida por algumas pessoas, principalmente as pretas, precisei pensar estratégias para buscar uma rede de acolhimento que encontrei justamente nos(as) estudantes. Fui pessoalmente em cada uma das turmas buscando por aqueles e aquelas que acreditassem no propósito de nos aquilombarmos a partir do enfrentamento às formas de opressão, da ressignificação da história do povo Preto, da resistência, do afeto e da colaboração. Aos poucos fomos avançando, propondo temas, autores, obras, perspectivas em torno da nossa ancestralidade. Chamamos gente Preta para palestrar e falar das nossas dores, lutas e conquistas. Trabalhamos com filmes, documentários, música, arte, que ratificaram a potência de nossas trajetórias. Envolvemos pais, familiares, responsáveis, professores(as) egressos e assistimos à cocriação de uma grande roda. Palmares resiste! Na escola, atualmente, mobilizo e sou mobilizada por uma resistência integrada por cerca de 20 estudantes, irmãos e irmãs que são meus grandes e maiores aliados. São lindas e potentes as atividades, ações e eventos que pensamos

e trazemos para nossa escola. Fazemos festa! Celebramos nossa ancestralidade, fazemos da escola pública o *locus* da revolução, o lugar da resistência.

De todos os eventos que construímos juntos, o referente ao Dia da Consciência Negra é o mais disputado e esperado. Ainda no início do ano letivo, recebo estudantes que me procuram para pensarmos juntos o nosso Dia da Consciência Negra. Interessante pensarmos nesse movimento. Ele sinaliza a carência e o desejo ancestral da nossa juventude de se ver representada em sua própria escola e comunidade. Representa ainda a necessidade de se reconhecerem como corpos políticos, belos e atuantes. Protagonistas, acolhidos, amados e valorizados.

Embora a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, preveja como obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as escolas da Educação Básica, é muito complexa e deficiente a garantia da sua aplicação. Além da fragilizada formação docente, assim como de mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação. Frente a estas limitações, recorremos ao mês de novembro para mobilizarmos discussões sobre a importância e a necessidade de reivindicarmos políticas de reparação e direito a condições de igualdade e equidade, no vinte de novembro, Dia da Consciência Negra.

As oficinas cumprem um papel de fundamental importância no processo de conscientização racial e formação crítica desse público. A escola, junto com a sociedade, tem o papel de formar cidadãos que tenham consciência de classe, responsabilidade ética, política e compromisso ancestral para analisar cada momento histórico de seu país. As histórias africanas e afro-brasileiras estão presentes na construção de todo este território, então, é urgente que estejam presentes na formação cidadã de cada indivíduo. Além de uma formação crítica ampla e realista, é de grande importância que nossos estudantes desenvolvam consciência racial, identitária e sentido de pertencimento, pois, vivemos em um país que ainda não superou o mito da democracia racial, perpetuando, com isso, uma estrutura extremamente preconceituosa, racista, elitista e misógina.

Para executarmos o projeto, pensamos coletivamente a partir de núcleos, envolvendo estudantes e professores das diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, delegamos as tarefas, ficando cada um encarregado pela organização, execução e acompanhamento das ações, com responsabilidade, pertencimento, identificação pessoal, fazendo com que nossos educandos, mestres na arte de fazer viver, de ter esperança e vontade, promovam transformações em realidades diversas através da educação. São principalmente os estudantes, juntamente com a coordenação pedagógica e o corpo docente, que controlam participação, disciplina e presença. Os alunos(as) são os responsáveis por ministrar as oficinas de formação, acompanhados dos professores orientadores, que pensam e articulam todo esse movimento juntos. Tivemos oficinas de escrita criativa, desenho, dança, música, xadrez, boxe, estética-afro, fotografia, capoeira; todas orientadas pelas nossas potências. Propomos nomes de pensadores pretos, declamamos, dançamos, cantamos, trocamos afeto, vivências, dignidade.

Para trabalhar os conteúdos relacionados a raça, gênero, classe, território, diversidade, direitos humanos, fazemos uma pré-seleção de textos, autores, diretrizes, discutidos com a equipe pedagógica e eleitos colaborativamente, de acordo com o ciclo de formação, seja Ensino Fundamental ou Médio. Normalmente, os professores reúnem-se junto à gestão e à coordenação pedagógica para planejar, organizar e discutir nossas ações; às vezes, com o grupo como um todo, às vezes, entre as próprias áreas do conhecimento. Considerando a vastidão do legado acerca do conhecimento científico, cultural e simbólico dos povos africanos em diáspora podemos explorar diversos campos do conhecimento durante o processo de construção da atividade. A área da Matemática valoriza a etnomatemática, os jogos africanos e a experiência provocada por trabalhadores como pescadores e artesãos, por exemplo. Na Literatura, Biologia, Astrologia e nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a riqueza da intelectualidade negra, assim como a consciência racial, são

trabalhadas por professores e professoras. Teoria e prática são articuladas quando partimos do conhecimento acumulado por estudiosos, pesquisadores, referências e bibliografias diversas e, sobretudo, quando contamos com professores(as) e colaboradores dotados ou dispostos a desenvolver consciência racial, responsabilidade política e afetiva com o povo do qual fazem parte. As oficinas cumprem o papel de agregar ações e interesses, gerar visibilidade e aproximação de experiências, muitas vezes, distantes do cotidiano e abrir caminhos formativos. Quando elegemos oficinas como a de desenho, pintura, poesia, música e dança, trazemos a dimensão das artes, da cultura, da capacidade de criação e autonomia para nosso público. Ao pautarmos a produção de oficinas de fotografia, estética-afro (maquiagem, penteados), apoio à saúde mental, trabalhamos, além da autoestima, a possibilidade de uma formação laboral, de uma fonte de renda alternativa.

As oficinas são eleitas por comissão composta por estudantes, professores e coordenação e buscam atender principalmente demandas apresentadas pelo nosso corpo discente. Quem ministra as oficinas são estudantes que integram a comissão. Cada um assume a oficina ou demanda na organização com a qual mais se identifica. Temos as estudantes que já são trançistas e maquiadoras e que cumprem a função de socializar seus conhecimentos; da mesma forma, trabalhamos com a música a partir da experiência que esses estudantes trazem de suas igrejas, terreiros e comunidades; as oficinas de dança são oferecidas por estudantes que integram grupos de dança, já atuantes na comunidade de Castelo Branco. As oficinas de desenho, por sua vez, são desenvolvidas por estudantes que já produzem essa arte e que veem ali a oportunidade de autoafirmação e visibilidade.

A outra experiência foi ainda mais recente e aconteceu durante a pandemia quando foi soprada até a mim a possibilidade de conhecer um projeto insurgente. Foi no convite realizado por um grupo de jovens pretos e pretas para pensar uma formação para este mesmo público, estudantes e/ou egressos da escola pública,

que ganhei uma nova motivação para enfrentar momentos de dor e insegurança, como os provocados pela Covid 19. Agora, sou professora voluntária de Geografia e articuladora de área desse mesmo núcleo, além de uma das coordenadoras do projeto. Foi no pré-vestibular afroperspectivado Quilombo Educacional Gbesa, que significa “a voz mágica que acorda os ancestrais”, que encontrei o afeto, o acolhimento, a segurança e a motivação para entender que é preciso ressignificar nossas formas de pensar a educação e, principalmente, refuncionalizar estratégias de nossa configuração social. No Quilombo a palavra de ordem é a partilha. Socializamos nossas experiências, histórias, vivências, marcas, dores, fragilidades. Denunciamos, nos indignamos, somos solidários às questões do outro. Através de plataformas *online* um coletivo de 39 professores e professoras, produtores culturais, comunicadores, socioeducadores e psicólogos pretos e pretas ministram aulas para estudantes da escola pública que, assim como eu, veem a universidade como um espaço importante de atuação e agente catalisador de transformação de múltiplas coletividades, apesar das contradições seculares que carrega. Contamos com aulas de segunda-feira a sexta-feira, das 18h às 21h, e aos sábados pela manhã com monitorias. Simulados são realizados, aulões interdisciplinares e acompanhamento psicopedagógico, além do Espaço Ubuntu, que conta com a possibilidade de realizarmos vários atravessamentos, apresentando debates identitários, étnicos, estéticos, simbólicos e afetivos, contando sempre com a participação de convidados que compartilham suas experiências artísticas e existenciais. O Quilombo Educacional Gbesa, insurge como um espaço de escuta poderoso, onde inúmeras vivências são compartilhadas. As aulas são oferecidas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, gravadas e disponibilizadas, posteriormente, para os estudantes que não conseguem acompanhar os encontros síncronos. Contamos ainda com ações como o Ajeum Literário e Ciclos de formação pedagógica, orientados sempre pela necessidade de as populações negras se organizarem politicamente para ocuparem cada espaço dessa sociedade racista.

Pensando nessa potência, compartilho um outro atravessamento experienciado, também, durante a quarentena que aqueceu meu coração de afeto e senso de coletividade. Trata-se do Pré-universitário Jenipapo Urucum, voltado para mulheres e meninas indígenas de todo o país. O convite apareceu e, mesmo em meio a uma rotina pesada, disse sim a esse projeto que recebeu mulheres indígenas de mais de cinquenta etnias em condição de vulnerabilidade social, aldeias em sua grande maioria e mobilizadoras políticas em suas comunidades. Mulheres e meninas encantadoras, fortes, firmes, livres.

O Jenipapo Urucum é um parceiro do Gbesa, podemos até afirmar que um desdobramento dessa ação, agora voltada a mulheres e meninas indígenas de diferentes partes do Brasil. Foi a partir da partilha da experiência vivida no Gbesa, da colaboração dos professores e professoras e do compromisso ancestral que nos interliga, nos intersecciona, que o Jenipapo Urucum se forjou. Lá, sou professora de Geografia e vejo que operamos a partir do mesmo princípio do Quilombo. Através das trocas, das partilhas, da cooperação coletiva, da rede de solidariedade, das coletividades, do enfrentamento e do desejo de superar opressões seculares, estamos de pé. Comunidades inteiras de mulheres que resolveram andar de mãos dadas e enxergar a luta das mulheres como única, necessária e urgente. Estamos preparando esses coletivos para avançarem nos espaços do Ensino Superior. Como já foi colocado, temos aulas todos os dias, de segunda a sexta e monitoria aos sábados. Aulões interdisciplinares, simulados, apostila, material de apoio pedagógico individualizado, cuidadoso e preocupado.

O nosso povo resiste! Resistirá sempre até o fim e para além do próprio fim. A força, a inteligência, a inventividade, a capacidade afetiva e ressignificativa da juventude negra dentro e fora das escolas públicas é algo que abala as estruturas criadas pela branquitude para nos exterminar, mas seguiremos!

São tantos os movimentos que precisamos fazer para mover estruturas que certamente não caberiam nestas páginas. Estudar no país em que vivemos ainda é um privilégio relegado a poucos. E

quando pensamos em espaços como a pós-graduação, o serviço público, os espaços de decisão política e econômica, torna-se ainda mais caro e significativo adentrá-los. Sou a primeira da minha família a entrar no doutorado. A primeira da rua que nasci, de muitas das salas de aulas que já frequentei. Serei a primeira de muitas a fazer ecoar impressões, narrativas, projeções, sonhos e caminhos possíveis.

Estudar as relações socioespaciais como elas se projetam nos lugares, criando tensões, conflitos, violações, mas também ações de resistência, pertencimentos e inventividade é o meu principal objetivo intelectual. Entender como dispositivos políticos, raciais, de classe e gênero forjam identidades e elegem o papel social de cada sujeito é poder pensar em formas de (re)organização, rebeldia, criação alternativa, outras possibilidades de pensar a sociedade para tentar transformá-la. Toda minha vida foi marcada por esses fluxos. A vida pobre na comunidade, minhas mais velhas, minha mãe e irmã, minhas tias e primas, as amigas da infância, as professoras que tive. Cada mulher que atravessou minha trajetória contribuiu de maneira mais ou menos efetiva, para o meu florescer enquanto mulher preta, que atua na educação e vê nela uma oportunidade para o futuro e chave fundamental para o processo emancipatório do seu povo.

Como nos disse Nelson Mandela: “Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Junto com as artes, a cultura, a experiência ancestral, a capacidade inventiva, intelectual e interessada em empoderar e emancipar o seu povo. As experiências femininas são um excelente ponto de partida para analisarmos o mundo à nossa volta. Carregam um valioso caráter multidisciplinar, didático e sensível a questões que toquem as subjetividades humanas.

Eu, pessoalmente, sou movida pelos sonhos. Tenho o desejo de ampliar o legado do povo do qual faço parte. Minha perspectiva é de buscar os territórios de construção coletiva, de aquilombamento e ampliação pessoal e intelectual como estes aqui que estamos forjando. Espaços de apropriação identitária, cultural,

simbólica, existencial e afetiva de mulheres atravessadas pelas questões de raça, sexualidade, gênero, religião entre tantas outras.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente à nossa ancestralidade pela grandiosa oportunidade de fazermos essa travessia juntas. Agradecer a disposição e o compromisso da potência de mulher chamada Professora Doutoranda Joana Leôncio. Gratidão pela sensibilidade, paciência, empatia, responsabilidade ética e política para com as mulheres Pretas e para com todo nosso povo. As companheiras, que compõem essa rede de mulheres, tão sensacionais e acolhedoras, que agigantaram momentos de reflexão, mobilizaram trocas, teceram nossos encontros de forma generosa, foram enormes por compartilharem tanto sem nunca perderem a atenção, o cuidado ou a forma amorosa de lidar. Agradecer também à Universidade do Estado da Bahia por abrir espaços de escuta como este. Me despeço com um até breve! E lembrem-se: “Quando a mulher negra se movimenta, toda sociedade se movimenta com ela” (Angela Davis). Abraços fraternos!



## **Minha história minha resistência**

Maria Lúcia dos Santos

Sou Maria Lúcia dos Santos, casada, mãe de 2 filhos e tenho uma neta. Nasci no município de Ibirapitanga, no dia 11 de setembro de 1969, filha de pais agricultores, Renato José dos Santos e Maria Conceição dos Santos, pais de 8 filhos, viemos morar no município de Camamu há 35 anos, na comunidade quilombola do Barroso, com a qual me identifico e aprendi a amar.

No dia 28 de agosto de 1985, quando chegamos na comunidade, existia uma vizinha, a professora Maria de Lourdes, semialfabetizada que tenho orgulho de chamar de professora! Ela se prontificou a me alfabetizar e também meus 7 irmãos. Trabalhávamos na roça durante o dia e a noite íamos estudar na casa da dona Lourdes, viva até hoje, graças a Deus!

No mês de novembro aprendi a ler e foi motivo de muita alegria! Continuei estudando, fiz minha 2ª série e parei. Passados alguns anos, voltei a estudar com meu cunhado, Ivanildo dos Santos Pereira e fiz a 4ª-série. Alguns anos depois fui convidada a dar aulas numa comunidade chamada Lameiro, para substituir a professora que estava em licença maternidade. Passaram alguns anos, a professora foi embora e aquelas crianças ficaram sem aula, então, a comunidade me convidou para dar aula e não era exigida a formação. Fui com um pai na prefeitura e lá eles me contrataram. Iniciei em um espaço na casa de um morador e lá quando chovia molhava tudo no espaço onde eu lecionava, ou o sol também atrapalhava, mas fazia meu trabalho como dava. A merenda escolar, quando tinha, a esposa do dono da casa fazia, voluntariamente, no fogão à lenha e com as panelas dela, que nem isso a prefeitura dava. Passados alguns anos apareceu um vereador que construiu um espaço escolar, o que ajudou muito no trabalho com os alunos e, mesmo sem reboco e com um piso grosseiro, a

situação melhorou. No ano de 2000, os professores que não tinham concluído o Ensino Fundamental foram convidados a fazer um curso chamado Pró Leigo. Com muitas dificuldades fiz aos finais de semana e conclui do 5º ao 9º ano. Terminando o Pró Leigo, tive que fazer o Pró Formação para concluir o Ensino Médio. Foi muito difícil, também nos finais de semana, mas, conclui. Ensinava durante a semana, nos finais de semana estudava e, muitas vezes, tinha que passar alguns dias em Camamu na casa de pessoas amigas. Deixava minha filha com o pai, avós e tias. Andava 11km, até o ponto para pegar o carro. Foi duro, mas venci.

Em 2004, resolvi fazer Pedagogia, fiz o 1º e o 2º-semestres, estava difícil, pois tinha um filho pequeno, tranquei a faculdade e em 2007, voltei a estudar, também aos finais de semana. Foram tempos de muitas dificuldades, devido a ter que trabalhar, cuidar de casa, fazer os trabalhos à luz de velas, mas consegui! Em maio de 2012, me formei em Pedagogia, fiz minha pós em Alfabetização e Letramento e, hoje, quando há cursos continuo fazendo e lecionando na comunidade do Lameiro, do Infantil ao 5º ano.

No início foi complicado com filhos pequenos. Deixava-os com minha mãe, minha sogra e minha irmã. Ao chegar em casa, fazia todas as atividades domésticas e tinha que tomar banho, lavar roupas e louças na fonte, que tinha uma enorme ladeira. Mesmo assim dava conta do recado, sem contar o compromisso na igreja católica da comunidade. Às vezes, aos finais de semana, ia para os encontros na paróquia e quando era época de chuva e frio o sofrimento era maior, tanto para mim quanto para meus filhos, que tinham que acordar mais cedo para ir comigo para a casa de minha mãe. Veio a gravidez da minha filha na adolescência, que foi muito complicado, tanto para mim quanto para ela. Minha neta teve problemas de cólica por 60 dias, tinha que ficar acordada para ajudá-la, já que a pequenina chorava muito à noite, e minha filha estudava, deixava a bebê comigo ou com a bisa, tias, vizinhos etc. Minha filha, a partir daí, começou a perder de ano, que antes nunca havia perdido, sofria muito como mãe. Hoje sou grata por ter minha netinha, mas, inicialmente, não foi fácil.

Já tive várias experiências, mas uma que me marcou foi no início da minha trajetória como professora iniciante. Eu não conhecia direito a comunidade, conhecia algumas crianças que as colegas e a comunidade falavam que tinham um comportamento agressivo. Em um destes dias de aula, iniciando, eu tinha 2 meses em sala de aula, este aluno danado, que já tinha sido expulso de outra escola do Município, pois tinha levado uma faca para escola para furar uns colegas e, aí, a professora acabou não querendo mais ele na sala, esse menino veio para minha escola e o pessoal falava muito que o pai era muito ignorante. Um certo dia, numa manhã, vi que aquela criança chegou na escola com o olho vermelho e ensanguentado. Tinham sido outras crianças, outros colegas, filhos de um vizinho que também tinha uma fama de valente. É que o menino foi abusar das outras crianças, que eram crianças mais tranquilas, e aí elas, para se defender, pegaram uma pedra e deram com a pedra nele.

Quando eu vi aquele menino chegando com o olho enorme sangrando me deu um nervoso danado. Eu nunca tinha lidado com uma situação daquela e como o povo falava me deixava ainda mais nervosa e com medo de lidar com a situação e, aí, eu botei minha mão na cabeça e pensei: “Ai, meu Deus! O que é que eu faço? Dai-me sabedoria!” Então, eu mandei recado para esses pais. Eu não conhecia nenhum deles, só conhecia de vista, mas não tinha aproximação. Os pais chegaram, cada um com seus instrumentos de trabalho: facão, enxada, outro com espingarda. Ai, meu Deus, que medo que me deu, nunca vivi umas coisas dessas. Comecei a conversar, fui tranquilamente conversar com eles e graças a Deus não foi nada daquilo que eu estava com medo e nem o que as pessoas falavam. Pedi que as crianças contassem como foi. Os alunos colocaram o seu caso, não mentiram, falaram a verdade e aí o pai do menino que ficou com olho machucado levou o menino para o médico e o outro pai dos meninos que jogaram a pedra ajudou a pagar a medicação, a passagem e combinaram de cada um dar uma parte e depois levaram seus filhos pra casa e deram o castigo que mereciam.

A partir daí, quando este menino brigava, eu conversava e comecei a ser amiga dele, conhecer seu pai, que morreu, mas graças a Deus foi um ótimo amigo, tanto ele como o filho, e não tenho mais nada que falar nada contra ele. A gente conversava, a gente brincava, ele me tratava muito bem e, graças a Deus, o problema foi solucionado. Aquele menino que era perigoso, que era danado e até faca levava para escola, passou a ser meu grande amigo e até hoje sempre me trata de professora. Aquele menino mudou muito, pois, no princípio, ele não respeitava nem a merendeira da escola, ele dizia besteira, xingava. Outro dia, ele estava lembrando: “Meu Deus, como que eu falei aquilo com D. Maria!” Esse menino foi mudando o comportamento à medida que eu dava atenção e carinho a ele e, graças a Deus, terminou o ano letivo comigo, concluiu o quinto ano na época, depois ele foi estudar na Escola Agrícola Familiar, de Ilhéus, se formou e se tornou um pai de família, trabalhador, uma boa pessoa.

Dentro dessa comunidade, tinha pessoas com fama de terem um temperamento agressivo, às vezes, eu tinha que interferir e resolver intrigas entre crianças e familiares e, por conta desses comportamentos, era preciso muita tranquilidade e jeitinho para tentar amenizar estas situações. Nas reuniões de pais, a gente nunca teve grandes problemas, pois sempre fomos uma comunidade muito acolhedora. Em cada época de festas (junina, final de ano, Dia das Crianças, Dia das Mães, dos Pais), eles sempre concordavam em fazermos algum evento para os alunos, e os pais sempre contribuíam e participavam de boa vontade nesta comunidade.

No início foi tudo difícil, tinha um aluno que passava o dia comigo na escola. Em casa não tinha o que comer, então, eu dividia o que levava para comer com ele, aliás, sempre levava almoço a mais para dividir com estudantes cujas famílias não tinham as condições mínimas para comprar comida, quem dirá comprar caderno para os filhos, pois, alguns não tinham alimentos em casa uma boa parte do mês e dependiam de doações de roupas usadas, dependiam da prefeitura. Algumas crianças amarravam os cabelos com tiras de trapos e tecidos velhos.

Após o Bolsa Família, muita coisa mudou, pois as crianças tinham seus materiais didáticos, mochilas, roupas novas nos primeiros dias de aula. A autoestima daquela comunidade mudou muito! A fome de muitos foi saciada, o que devolveu a autoestima daquela comunidade. O preconceito contra comunidades quilombolas ainda é muito forte, mas acredito que aos poucos alguns estão se conscientizando e passando a lutar por seus direitos e por dignidade.

Atendi muitas crianças, aprendi muito, especialmente, com os alunos com deficiência como: surdos, síndrome down, crianças com dificuldades de aprendizagem. Os estudantes se apegaram muito a mim e eu a eles, são muito carinhosos, mas não pude fazer muito por eles, por não ter especialização na área e não ter formação para isto, mas fiz o que estava ao meu alcance. Mesmo numa sala multisseriado com alunos com deficiências, sem material didático e sem formação específica como Libras por exemplo, oferecia atenção, carinho e cuidado, trabalhava jogos com toda turma, sem distinção. As atividades eram as mesmas, com nível de dificuldade diferenciado, mas, com tempo específico para eles, mesmo aqueles com mais dificuldades conseguiam escrever seus nomes, reconhecerem as letras, os números. Os pais confiavam bastante em mim e alguns diziam que seus filhos estavam na escola porque sabiam de meu compromisso com a educação. Durante a pandemia foi ainda mais difícil, pois não tinha como trabalhar ludicidade com eles, devido ao distanciamento social e aulas online, muitos não tinham acesso a ferramentas e o envio de tarefas para a família ficava mais difícil, até pouco tempo não tinham acesso a escola, recentemente, as aulas voltaram presencialmente e melhorou um pouco. Há uma enorme falta de apoio por parte das secretarias de educação dos municípios, as crianças que com deficiências e mesmo as outras não tiveram o acesso à internet ou qualquer outra ferramenta que ajudassem a trabalhar leitura, escrita, etc. Foram várias as experiências e frustrações por não poder ajudar muito, mas, de qualquer forma, aos poucos, o trabalho presencial voltou à normalidade. A aprendizagem destas crianças precisa do concreto,

cara a cara, elas precisam do convívio com outras crianças e minha sala é multisseriada, umas crianças ajudam as outras e elas se dão muito bem e tem um bom vínculo entre elas.

Hoje, devido ao desvio de função (como eu já falei lá anteriormente, fiz concurso para serviços gerais), na verdade eu faço meu trabalho como se eu fosse voluntária. Por quê? Porque, por exemplo, a gente só ganha o salário básico, o piso que acompanhava o dos professores até 2016 foi retirado de nosso salário e aí meu salário foi rebaixado porque não era concursada como professora, então eu e mais alguns colegas, perdemos todas as vantagens, AC (Atividades Complementares), tudo que o professor tem direito nos foi retirado. A gente só ficou com o salário base e até hoje eu continuo em sala de aula, não parei minha atividade porque eu não vejo uma outra coisa para fazer como, por exemplo, a secretaria. Se eu sair daqui para uma secretaria eu vou ter que pagar o transporte, mas não tem ajuda e eu não tenho como pagar e eu continuo fazendo meu trabalho igual aos outros, recebendo menos. Isto é muito desalentador e nem as horas que trabalho a mais não ganho nada em minhas horas extras.

No dia de hoje mesmo, almoço correndo, vou pra casa fazer minhas coisas, fazer alguma coisa da escola, preparar o ensino para as crianças que têm dificuldades de aprendizado, (tenho que dar atenção), mas à noite eu poderia continuar corrigindo atividades, que eu tenho para corrigir, mas, devido ao meu glaucoma, eu não gosto de forçar muito minha visão porque já que eu trabalhei durante o dia todo, lendo e escrevendo, junto com eles, então, à noite não quero forçar, mas, mesmo assim, eu faço meu trabalho, às vezes, eu trabalho o dia todo corrigindo atividade e à noite fica bem difícil para ler. Às vezes, para não acumular trabalho, quando eu estou melhor, corrijo, faço planejamento, faço o que tenho que fazer, não deixo meu trabalho acumular. Por exemplo, se tem Atividade Complementar, eu vou pagando do meu bolso, sem nenhuma ajuda de custo e são essas as principais dificuldades e experiências que eu tenho de sala de aula.

## **Autoras**

### **Ana Célia dos Santos Pereira**

Mulher negra, quilombola, agricultora, professora em formação pela Universidade Estadual de Feira de Santana em pedagogia, ativista da Rede De Mulheres do Baixo Sul, Presidente da Associação da Comunidade Quilombola do Barroso, Município de Camamu, Educadora da Escola Reunida Barroso no Quilombo do Barroso.

### **Anália Santana**

Pedagoga (UNEB), Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana (FVC) Mestra e Doutoranda em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros em Línguas e Culturas (NGEALC/UNEB). Educadora na Escola Municipal de Novo Marotinho, séries iniciais do Ensino Fundamental I, Rede Municipal de Ensino de Salvador-BA, Coordenação Regional Cajazeiras. Membro da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho, participante do Movimento Rolezinho das Caras Pretas.

### **Anete Carvalho**

Mulher negra, lésbica e mãe solteira de dois filhos. Mora e trabalha com crianças do Ensino Fundamental I, na Escola Maria Aleluia de Oliveira, Zona Rural da Cidade de Santo Amaro-Bahia. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com Especialização em História da África pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia., ativista da Rede de Mulheres Negras da Bahia e do *Movimento CulturAção* na cidade de Santo Amaro-Bahia.

### **Carla Caroline S. Santana**

Pedagoga, especialista em Alfabetização e Letramento, licenciada em História com especialização em Metodologia do Ensino de História e História do Brasil. Atualmente atua no 3º ano do Ensino Fundamental I, EJA. Participa de Movimentos de musicalidade formado por Mulheres Crespas e Cacheadas que utilizam o fio de cabelo para fomentar discussões e compreensões acerca da identidade negra. Participa de movimentos voltados ao artesanato.

### **Jucy Silva**

Graduada em Letras Vernáculas com Inglês (UCSal). Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa pela Faculdade Visconde de Cairu. Professora da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Salvador. Diretora pedagógica do Instituto Steve Biko, trabalha com Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Coordena projetos sociais e educacionais para inclusão e empoderamento da população negra no mercado de trabalho, preparação para acesso ao ensino superior e em programas de Intercâmbios (Brasil-EUA).

### **Juliana Monique de Souza de Araújo**

Mestra em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB). Professora do Ensino Médio – Técnico da Educação Profissional no CEEP em Gestão Severino Vieira. Idealizador e Coordenadora do Laboratório de Educação Afrocentrada, diretora da Companhia de Artes Elementos e do ÌYÁ'S – Festival de Artes de Mulheres Negras, docente da Pele Negra – Escola de Teatro (s) Preto (s), colaboradora do Coletivo Cabuleiras – Associação Artístico Cultural ODEART e do Fórum Negro de Arte Cultura e membro da Afrocentricidade Internacional – AI/BR.

### **Luciene Cardoso Nascimento**

Mulher Preta, esposa e mãe de dois filhos, e avó de um neto. Graduada em Pedagogia, Licenciada e Especialista em Matemática

e estudante do 3º semestre de Direito. Diretora Geral da APLB Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia. Lotada na Escola Municipal Professora Eponina Marques Ferreira. Participante da Rede de Mulheres Negras do Baixo Sul. Participou da elaboração e implantação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Quilombola. Ativista da Rede De Mulheres do Baixo Sul, Camamu, Bahia.

### **Maria Lívia Ferreira dos Santos**

Mulher Preta periférica, nascida e criada em Salvador. Professora de Geografia pela UFBA. Especialização em educação, Mestrado e doutoranda em Estudo de Linguagens na UNEB. Professora e coordenadora das redes municipal e estadual, na comunidade de Castelo Branco, Salvador. Professora do Pré-vestibular Jenipapo Urucum destinado às mulheres e meninas indígenas. Coordenadora geral do Coletivo Quilombo Gbesa voltado para educação do povo preto, egresso da escola pública.

### **Maria Lúcia dos Santos**

Mulher Negra, Mãe, Educadora Quilombola, Cristã, Pedagoga, Pós-Graduada em Alfabetização e Letramento, Professora da Comunidade do Lameiro - Ensino Fundamental I. Ativista da Rede De Mulheres do Baixo Sul e da Associação de Moradores do Barroso, Camamu, Bahia.

A escrita das narrativas pedagógicas de (re)existências foi um trabalho desafiador que exigiu autoria, alteridade, compromisso, ensaiar, escrever, (re)escrever e compartilhar em um exercício constante de transgressão pedagógica como prática de liberdade (hooks, 2013). Chegamos ao fim de um movimento narrativo coletivo e estamos felizes em compartilhar com vocês as histórias de vida e as experiências pedagógicas de (re)existências de nove professoras/autoras deste livro que mobilizaram, nestas escritas, afetividade, prazer da troca, respeito às experiências, representatividade, dignidade e respeito às identidades, ancestralidade articuladas em narrativas de (re)existências.

